



ARMY UNIVERSITY  
PRESS

AQUI SE FORMAM

<http://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Edicao-Brasileira/>

PB-100-17-10/11/12

Headquarters, Department of the Army

PIN: 202089-000

Approved for public release; distribution is unlimited



# **Military Review**

REVISTA PROFISSIONAL DO EXÉRCITO DOS EUA

QUARTO TRIMESTRE 2017

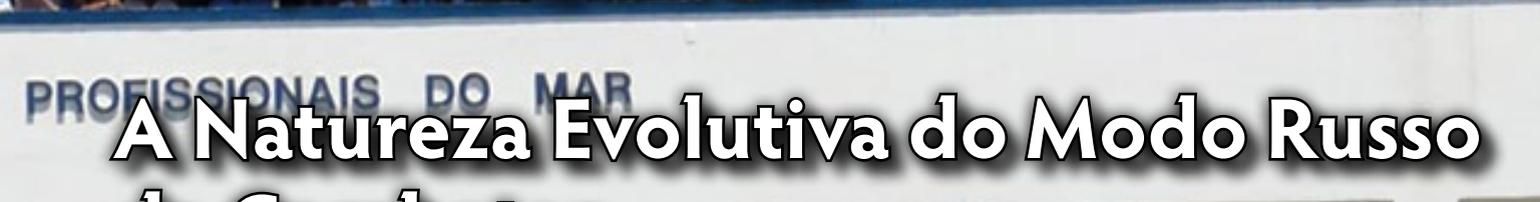
## **O Pensamento Militar Brasileiro** p3

Gen Ex (Res) Paulo Cesar de Castro, Exército Brasileiro



## **Lidando com a Presença de Mulheres Não Combatentes na Área de Operações** p37

Master Sergeant Vince Lowery, Exército dos EUA



## **A Natureza Evolutiva do Modo Russo de Combater** p58

Ten Cel Timothy Thomas (Reserva), Exército dos EUA



CENTRO DE ARMAS COMBINADAS, FORTE LEAVENWORTH, KANSAS

### 3 O Pensamento Militar Brasileiro

Gen Ex (Res) Paulo Cesar de Castro, Exército Brasileiro

*Este artigo se propõe a identificar conquistas significativas do pensamento militar no período 1993-2017, notadamente as que o tornam progressivamente conjunto.*

### 9 Cortando os Pés para Caber nos Sapatos

Uma Análise do Comando de Missão no Exército dos EUA  
Maj Amos C. Fox, Exército dos EUA

*Ao longo da última década, o Exército dos EUA vem tentando assimilar o Comando de Missão, mas vem enfrentando resistência em muitas áreas. O Comando de Missão não se firmou no Exército porque carece de especificidade em relação às condições e à cultura do Exército.*

### 18 O Cerne da Questão

A Segurança das Mulheres, A Segurança dos Estados

Valerie M. Hudson,  
Bonnie Ballif-Spanvill,  
Mary Caprioli e  
Chad F. Emmett

*Neste artigo, sustentamos que há um fator explicativo que precisa ser considerado quando se examinam questões de segurança e conflito estatal: o tratamento dado às mulheres dentro da sociedade. Chegamos a essa conclusão com base em um trabalho de pesquisa detalhado, calcado em métodos qualitativos e quantitativos.*



Foto da Capa:

Ensino da Marinha. Divulgação Marinha do Brasil

## **37 Lidando com a Presença de Mulheres Não Combatentes na Área de Operações**

**Como Incorporar a RCSNU 1325 no Ambiente Operacional**

**Master Sergeant Vince Lowery, Exército dos EUA**

*Em marcante contraste com metodologias de planejamento anteriores, o considerável efeito que segmentos populacionais vulneráveis — dos quais as mulheres representam uma grande parte — podem ter sobre o combate deve ser considerado no planejamento e monitorado durante toda a campanha. Uma forma de examinar essas questões operacionais, que vem ganhando destaque devido às suas contribuições ao êxito na execução da missão, é a incorporação, no planejamento, da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança.*

## **47 A Guerra Jurídica**

**Uma Introdução**

**Gen Bda (Reserva)**

**Charles Dunlap Jr.,**

**Força Aérea dos EUA**

*O propósito deste artigo é prover uma visão geral do conceito do que veio a ser conhecido como a guerra jurídica. Ainda, visa proporcionar contexto prático para os líderes não ligados à área jurídica pensarem na guerra jurídica, bem como algumas considerações de como se preparar para operar contra um inimigo que busca tirar proveito desse fenômeno dos conflitos contemporâneos.*

# Military Review

THE PROFESSIONAL JOURNAL OF THE U.S. ARMY

Terceiro Trimestre 2017 Tomo 72 Número 4  
Professional Bulletin 100-17-10/11/12  
Authentication no. 1718805

Comandante, Centro de Armas Combinadas:  
General-de-Divisão Michael D. Lundy

Editora-Chefe da Military Review: Coronel Katherine Guttormsen  
Editor-Chefe das Edições em Inglês: William M. Darley  
Editor-Chefe, Edições em Línguas Estrangeiras: Miguel Severo  
Gerente de Produção: Major Andrew White  
Administração: Linda Darnell

## Edições Ibero-Americanas

Assistente de Tradução: Posição vaga  
Diagramador/Webmaster: Michael Serravo

## Edição Hispano-Americana

Tradutora/Editora: Emilio Meneses  
Tradutor/Editor: Ronald Williford

## Edição Brasileira

Tradutor/Editor: Shawn A. Spencer  
Tradutora/Editora: Flavia da Rocha Spiegel Linck

## Assessores das Edições Ibero-americanas

Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Brasileira: Cel Danilo Mota Alencar  
Oficial de Ligação do Exército Chileno junto ao CAC/EUA e Assessor da Edição Hispano-Americana: Ten Cel Carlos Eduardo Osses Seguel

Military Review – Publicada pelo CAC/EUA, Forte Leavenworth, Kansas, trimestralmente em português e espanhol e bimestralmente em inglês. Porte pago em Leavenworth Kansas, 66048-9998, e em outras agências do correio.

A correspondência deverá ser endereçada à Military Review, CAC, Forte Leavenworth, Kansas, 66027-1293, EUA. Telefone (913) 684-9338, ou FAX (913) 684-9328; Correio Eletrônico (E-Mail) [usarmyleavenworth.tradoc.mbx.military-review-public-em@mail.mil](mailto:usarmyleavenworth.tradoc.mbx.military-review-public-em@mail.mil).

A Military Review pode também ser lida através da internet no Website: <http://www.militaryreview.army.mil/>. Todos os artigos desta revista constam do índice do Public Affairs Information Service Inc., 11 West 40th Street, New York, NY, 10018-2693.

As opiniões aqui expressas pertencem a seus respectivos autores e não ao Departamento de Defesa dos EUA ou seus elementos constituintes, a não ser que a observação específica defina a autoria da opinião. A Military Review se reserva o direito de editar todo e qualquer material devido às limitações de seu espaço.

Military Review Edição Brasileira (US ISSN 1067-0653) (UPS 009-356) is published bimonthly by the U.S. Army, Combined Arms Center (CAC), Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Periodical paid at Leavenworth, KS 66048, and additional mailing offices. Postmaster send corrections to Military Review, CAC, Truesdell Hall, 290 Stimson Ave., Ft. Leavenworth, KS 66027-1293.

Mark A. Milley—General, United States Army Chief of Staff

Official: 

Gerald B. O'Keefe—Administrative Assistant to the Secretary of the Army

## 58 A Natureza Evolutiva do Modo Russo de Combater

Ten Cel Timothy Thomas  
(Reserva), Exército dos EUA

*Este artigo discute os três artigos militares russos sobre os quais a maioria dos analistas militares ocidentais especialistas em Rússia tem dedicado a sua atenção ao longo dos últimos quatro anos. Diferente de outras análises desses artigos, esta oferece uma perspectiva que os compara lado a lado, examinando o texto das versões originais.*

## 68 A Região Indo-Ásia-Pacífico e o Conceito de Combate Multidomínio

Gen Ex Robert B. Brown,  
Exército dos EUA

*O nascente conceito de Combate Multidomínio aborda a progressiva complexidade do campo de batalha e a sua exigência pela integração das Forças Singulares. Embora ainda em fase de desenvolvimento e experimentação, o conceito já afeta as decisões operacionais e sobre a distribuição de recursos, especialmente na região Indo-Ásia-Pacífico.*

## 76 Índice Anual



Vista aérea da floresta amazônica, perto de Manaus, capital do estado do Amazonas. – Foto de Neil Palmer (CIAT) 19 de abril 2011.

# O Pensamento Militar Brasileiro

Gen Ex (Res) Paulo Cesar de Castro, Exército Brasileiro

*“O pensamento militar brasileiro? Não existe!”*

**E**stupefato, ouvi essa afirmativa de um colega de turma na Escola de Guerra Naval em 1993. Éramos alunos do Curso de Política e Estratégia Marítima (C-PEM) e referia-se ele ao tema de minha monografia. Ao saber de sua opinião, fui tomado por dois sentimentos simultâneos: decepção e estímulo. Decepção, pela crítica tão mordaz e desabonadora à

cultura militar. Estímulo, para pesquisar, estudar, refletir, concluir e expressar o pensamento militar brasileiro e, além disso, demonstrar o erro grosseiro que aquele oficial cometera.

Pesquisas e estudos conduziram-me a abordar o tema segundo quatro vetores de pensamento: o naval, o militar terrestre, o aeroespacial e o da Escola Superior de Guerra (ESG). Reflexões e conclusões permitiram-me afirmar que, no Brasil, havia

consistente pensamento militar expresso nos planejamentos estratégicos da cada Força e em alentada produção intelectual de nossos marinheiros, soldados e aviadores.

Entretanto, tornou-se evidente, também, que cada Força desenvolvera, ao longo da história, pensamento próprio e isolado do das coirmãs. A ESG contribuíra com sua doutrina básica, especialmente por intermédio de consolidada proposta de método de planejamento estratégico que, com ligeiras nuances, fora parcialmente adotado e adaptado pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica.

Restou patente que o pensamento era, pois, constituído de ilhas de excelência estratégica, isoladas, distantes, desconfiadas umas das outras e que temiam se identificar como um arquipélago. Naquelas ilhas nascera, crescera e sedimentava-se profícuo pensamento militar. Essas conclusões revigoraram-me a alma de soldado e ratificaram-me plena confiança nas instituições armadas.

Desde então, tenho testemunhado a expansão crescente e de tendência agregadora das fronteiras do pensamento militar brasileiro. As ilhas de excelência estão cada vez mais próximas e seus habitantes têm aprendido a se comunicar no mesmo idioma, irmanados que são por ideais e valores comuns.

Assim, este artigo se propõe a identificar conquistas significativas do pensamento militar no período 1993-2017, notadamente as que o tornam progressivamente conjunto.

## O Pensamento Militar e a Amazônia

Estudos político-estratégicos abriram os olhos das Forças Armadas para um imenso vazio demográfico, rico, cobiçado, invejado, inexplorado, abandonado pelo poder público e pontilhado de organizações não governamentais estrangeiras e nacionais (sic), sob as vistas complacentes de autoridades civis, malgrado o persistente assessoramento e os insistentes alertas que recebiam das três Forças.

O General Beaufre<sup>1</sup>, em *“Disuasion y Estrategia”*, afirma que a estratégia total no modo indireto decorre de limitações como: liberdade de ação; nível de emprego da força; meios (em geral); e meios militares. Nessa obra, o autor estuda a manobra por lassidão que, *no campo militar não pretende ganhar, mas durar sem perder. Consiste em prova de força*

*desenvolvida por longo tempo, em um ponto fraco do inimigo, num teatro de operações excêntrico para ele, constituindo uma zona de combate limitada*<sup>2</sup>.

A lassidão encaixou-se como uma luva, isto é, a resposta militar adequada para enfrentar um inimigo cujo poder de combate fosse, incontestavelmente, superior ao nosso. O Exército Brasileiro adotou-a para combater na Amazônia e, por meio de experiências próprias, aprimorou a ideia original e desenvolveu a estratégia e o combate de resistência. Selva!

Pioneiro, vanguarda histórica da ocupação do território brasileiro, o Exército transferiu brigadas e unidades de outras áreas para o Comando Militar da Amazônia e construiu quartéis e residências, ações que potencializaram sua contribuição para o desenvolvimento regional e apoio às populações locais.

Sob a mesma ótica, a Marinha criou, em 1994, o Comando Naval da Amazônia Ocidental, embrião do 9º Distrito Naval, ativado em 2005<sup>3</sup>, em Manaus. Esse grande comando tem empregado seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais em prol da defesa da Pátria e, simultaneamente, apoiado às comunidades ribeirinhas. Lá estão homens e mulheres de branco da *“Marinha do Brasil, protegendo nossas riquezas, cuidando de nossa gente!”*

Riscando os céus da Amazônia, *“As asas que protegem o País”* tornaram-se cada vez mais indispensáveis — vitais mesmo — para a sobrevivência de populações desassistidas e indígenas, bem como dos guerreiros de selva e a seus familiares nos pelotões especiais de fronteira (PEF). A exemplo dos voos pioneiros do Correio Aéreo Nacional, a chegada de uma aeronave é, sempre, motivo de júbilo, festa e esperança para todos.

A fim de incrementar o poder aeroespacial na área, a FAB, nos anos noventa, ativou o 1º /3º Grupo de Aviação, Esquadrão Escorpião, sediado na, então, Base Aérea de Boa Vista, operando aeronaves de ataque AT-27, Tucano. Ativou, também, o 2º /3º Grupo de Aviação, Esquadrão Grifo, sediado na, então, Base Aérea de Porto Velho, que opera os modernos AT-29, Super Tucano.

Além do exposto, a FAB desativou gradativamente os famosos C-115 Búfalo, notabilizados por inesquecíveis participações em operações militares e de apoio humanitário em áreas carentes só acessíveis por via aérea como, por exemplo, o PEF de Surucucu, em Roraima. Quantos devem suas vidas e a de seus familiares aos militares da FAB, heróis anônimos? E quantos

já estão devendo aos que tripulam os recém incorporados C-105 Amazonas, aeronaves que substituíram os saudosos C-115?

Desde a década de noventa, portanto, Marinha, Exército e Aeronáutica já operavam de forma conjunta na Amazônia, sem necessidade de documentos normativos ou doutrinários. Esse testemunho pode ser recolhido dos marinheiros, soldados e aviadores que tiveram o privilégio de servir naquela área estratégica prioritária.

## O Pensamento Militar e as Amazônias Verde e Azul

O pensamento militar evoluiu muito daqueles idos de 1993 até 2017. A floresta tropical e o Atlântico Sul emprestaram suas cores para distinguir duas áreas estratégicas de prioridade um, a “Amazônia Verde” e a “Amazônia Azul”.

Naquele período, a Amazônia (“Verde”) manteve-se como uma das referências do pensamento militar de longo prazo. A Marinha do Brasil, por exemplo, propõe-se a fortalecer sua presença na região próxima à foz do Amazonas, razão porque prossegue

os estudos com vistas à criação de uma 2ª Esquadra e de uma 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra<sup>4</sup>.

O Exército criou, em 2013, o Comando Militar do Norte (CMN), com sede em Belém. Sua área de jurisdição abrange os estados do Pará, Amapá, Maranhão e, em parte, Tocantins, ou seja, a Amazônia Oriental. Em decorrência, há unidades subordinadas prontas para o combate e outras em fase de implantação.

Merece ser citado que Belém sedia, hoje, grandes comandos apenas de duas forças: o 4º Distrito Naval e o CMN. A Força Aérea, em curso de ousada reestruturação<sup>5</sup>, ativou em fevereiro de 2017, a Ala 9, em Belém. Foram ativadas, também, as Alas 7 (Boa Vista), 8 (Manaus) e 6 (Porto Velho), organizações operacionais de nível tático subordinadas ao Comando de Preparo.

*A Marinha tem buscado alertar a sociedade para os incalculáveis bens naturais, biodiversidade e vulnerabilidade de extensa área oceânica, adjacente ao continente, a “Amazônia Azul”, cuja área é pouco menor, porém em tudo comparável à “Amazônia Verde”<sup>6</sup>. A “Amazônia Azul”, por receber prioridade um, implica planejamento e preparo conjunto das forças componentes, naval, terrestre e aérea. Um desafio e tanto!*



AT-29 Super Tucano: Asas que protegem o país - Foto EMBRAER

## O Pensamento Militar e as Operações de Paz

O pensamento militar brasileiro tem evidenciado evoluir em direção a um pensamento conjunto. Eis o que se pretende demonstrar por intermédio de breve apreciação sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e sobre o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

A MINUSTAH foi criada por Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em fevereiro de 2004. Sob o comando de um general brasileiro encontram-se capacetes azuis da Marinha, do Exército e da Força Aérea, além de tropas de outros quinze países<sup>7</sup>.

A par da missão atribuída pela ONU, a MINUSTAH tem aproximado as Forças Armadas e lhes permitido adquirir experiência em operações conjuntas. Uma das peças de manobra do Batalhão de Infantaria de Força de Paz Brasileiro (BRABAT) é o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais<sup>8</sup> e um pelotão de Infantaria da Aeronáutica integra o próprio BRABAT. Eis uma primeira conquista do pensamento militar conjunto.

O CCOPAB é uma organização militar vinculada diretamente ao Ministério da Defesa (MD), porém subordinado ao Exército Brasileiro, através da 1ª Divisão de Exército. É vinculado, também, ao Comando de Operações Terrestres e ao Departamento de Educação e Cultura do Exército<sup>9</sup>.

A história do CCOPAB passa pela criação, em 2005, do Centro de Instrução de Operações de Paz (CI Op Paz). Em 2010, essa organização militar foi designada pelo MD para a preparação de militares e civis brasileiros e de nações amigas a serem enviados em missões de paz e, simultaneamente, denominou-a CCOPAB.

Este Centro herdou a denominação histórica do antigo CI Op Paz, “Centro Sérgio Vieira de Mello”, atribuída em 2008 pelo Comandante do Exército. Atualmente, o CCOPAB assim expressa sua missão: “apoiar a preparação de militares, policiais e civis brasileiros e de nações amigas para missões de paz e desminagem humanitária<sup>10</sup>”. Como organização conjunta, seus quadros contemplam militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, segunda conquista do pensamento militar conjunto.

A próxima conquista são as operações conjuntas de garantia da lei e da ordem (Op GLO).

## O Pensamento Militar e as Op Glo

O MD adotou, em janeiro de 2014, o manual MD33-M-10, “Operações de Garantia da Lei e da Ordem” (GLO). Esse documento conjunto conceitua GLO como uma operação militar determinada pelo Presidente da República e conduzida pelas Forças Armadas de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, que tem por objetivo a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presume ser possível a perturbação da ordem (Artigos 3º, 4º e 5º do Decreto Nº 3.897, de 24 de agosto de 2001)<sup>11</sup>.

Também em janeiro de 2014, o Exército adotou o Manual de Fundamentos EB20-MF10.103 Operações<sup>12</sup>, necessária fonte de atualização doutrinária para planejar e executar as operações em amplo espectro. Dentre as chamadas operações básicas encontram-se as de apoio a órgãos governamentais que, como as demais, tem formas de apoio e, estas, tarefas. Garantir a Lei e a Ordem é uma das cinco tarefas da forma de apoio<sup>13</sup> proteção integrada. Eis brevíssima síntese da doutrina em vigor no Exército sobre GLO<sup>14</sup>.

A doutrina, consolidada em ambas as fontes e transmitida pelos citados manuais, decorre de larga experiência acumulada por nossas forças em operações cada vez mais frequentes. Expressa pensamento militar genuinamente nacional.

Foram conduzidas, somente em 2017, as seguintes Op conjuntas de GLO: “Operação Capixaba”, no Espírito Santo; “Operação Carioca”, no Rio de Janeiro; e “Operação Potiguar II”, no Rio Grande do Norte. Chama a atenção a presença de tropas da Marinha, do Exército e da Força Aérea atuando sob o mesmo comando e doutrina, terceira e relevante conquista do pensamento militar brasileiro. Algo impensável naqueles tempos em que tive a honra de cursar o C-PEM.

## Conclusões

O pensamento militar brasileiro em 1993, quando este autor teve a felicidade de cursar o C-PEM, era consistente e fruto de atualizados estudos político-estratégicos expressos nos mais elevados documentos orientadores da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, forças



Ensino da Marinha. Divulgação Marinha do Brasil

que observavam, segundo ótica própria, a doutrina básica da ESG. Constituíam-se em ilhas de excelência isoladas, desconfiadas, irmanadas por ideais e valores, mas que temiam reunir-se em um arquipélago. Assemelhavam-se, também, a quatro vetores que não formavam um sistema de forças.

A evolução do pensamento militar levou o Exército a voltar-se para a imensidão amazônica. Estudos acurados da conjuntura mundial, do subcontinente sul-americano, do abandono a que estava relegada aquela área estratégica e de seu vazio demográfico assustador, entre outros fatores, obrigaram o Exército a concluir sem hesitar: Amazônia, prioridade número um! Resultado atual: em Manaus, o Comando Militar da Amazônia e, em Belém, o Comando Militar do Norte, tendo ambos recebido unidades transferidas de áreas distantes e outras unidades especialmente criadas para operar na região. Selva!

A Marinha, sem tirar os olhos das águas azuis, decidiu incrementar seu poder de combate e, em consequência, sua presença na região amazônica. Assim,

surgiram o Comando Naval da Amazônia Ocidental e seu sucessor o 9º Distrito Naval, com sede em Manaus.

A Força Aérea, com aeronaves AT-27, Tucano, e AT-29, Super Tucano, ativou unidades de ataque na Amazônia Ocidental, a par de substituir os C-115, Búfalo, pelos modernos C-105, Amazonas. Continuou, destarte, a proteger o espaço aéreo, além de amparar a vida de inúmeras populações isoladas, dos militares do Exército e familiares que servem e vivem nos PEF.

Operar de forma conjunta é o dia-a-dia das Forças Armadas na Amazônia. Lá a doutrina aprende com os profissionais de branco, verde e azul. Por vezes é difícil distingui-los, posto que todos envergam uniformes camuflados.

A Amazônia influenciou de tal modo a evolução do pensamento militar que a Marinha, em decisão magistral, denominou de “Amazônia Azul” a extensa região oceânica adjacente ao litoral brasileiro que, de tão rica e cobiçada quanto sua irmã “Verde”, como esta recebeu prioridade estratégica máxima. A preparação das forças componentes para eventual teatro na “Amazônia Azul”

é um desafio a mais para os que pensam as soluções para o problema militar brasileiro atual e futuro.

O pensamento militar tem dado significativos passos rumo às operações conjuntas. É gratificante testemunhar tropas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica operando sob comando único e doutrina similar em operações de paz sob a égide da ONU e em operações de garantia da lei e da ordem.

A criteriosa seleção das áreas estratégicas prioritárias e o emprego conjunto das Forças Armadas comprovam que o pensamento militar brasileiro evoluiu - e muito! - de 1993 a 2017. A par da comunhão de valores e ideais, o pensamento contribui para que desfrutemos de elevados índices de credibilidade junto à população brasileira. Rumo ao futuro, "Sustentar o fogo que a vitória é nossa!" ■

*O Gen Ex Paulo Cesar de Castro é graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras, na arma de Artilharia. É pós-graduado pela Escola de Comando e Estado-Maior, pela Escola de Guerra Naval (EGN) e pela Escola Superior de Guerra, do Exército Argentino. Comandou, como coronel, o 21º Grupo de Artilharia de Campanha; como Gen Bda, a ECEME; como Gen Div, a 4ª Região Militar e a 4ª Divisão de Exército. Como Gen Ex, foi chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército até 11 de maio de 2009, quando foi transferido para a Reserva Remunerada. Atuou nas operações Rio-92, Rio, Minas Gerais e Ouro Preto, todas de garantia da lei e da ordem. É doutor em Ciências Navais pela EGN e doutor em Ciências Militares pela ECEME.*

## Referências

1. General de Exército, francês, nascido em 25 de janeiro de 1902. Retirou-se do Serviço Ativo em 1962.
2. General Beaufre, ESTRATEGIA DE LA ACCIÓN. p. 138 e seguintes. BUENOS AIRES: Editorial Pleamar, 1994.
3. BRASIL, Comando da Marinha. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com9dn/sobrenos>. Acesso em: 9 mar. 2017.
4. MUTTI, Gersio. MARINHA DO BRASIL, "IMPLANTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA SEGUNDA ESQUADRA", in, Nota do Plano Brasil. Disponível em: <http://www.planobrazil.com/marinha-do-brasil-implantacao-e-localizacao-da-segunda-esquadra/>. Acesso em: 12 mar. 2017.
5. Todos os Comandos Aéreos Regionais (COMAR) foram desativados, no contexto do processo de reestruturação da FAB.
6. BRASIL, Marinha do Brasil. AMAZÔNIA AZUL. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/content/amazonia-azul-0>. Acesso em: 12 mar. 2017.
7. BRASIL, Ministério da Defesa. O BRASIL NA MINUSTAH (HAITI). Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/relacoes-internacionais/missoes-de-paz/o-brasil-na-minustah-haiti>. Acesso em: 12 mar. 2017.
8. Defesanet. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/ph/noticia/24470/GptOpFuzNav-tem-a-primeira-mulher-combatente-a-integrar-uma-tropa-da-ONU/>. Acesso em: 12 mar. 2017.
9. BRASIL, Centro Conjunto de Operações de Paz. SUBORDINAÇÃO. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>. Acesso em: 12 mar. 2017.
10. BRASIL, Centro Conjunto de Operações de Paz. SOBRE O CCOBAB. Disponível em: <http://www.ccopab.eb.mil.br/pt/sobre-o-ccopab>. Acesso em: 12 mar. 2017.
11. BRASIL, Ministério da Defesa. OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM, p. 14-64. BRASÍLIA, Diário Oficial da União, 3 fev. 2014. Disponível em: [http://defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33\\_m\\_10\\_glo\\_2ed\\_2014.pdf](http://defesa.gov.br/arquivos/2014/mes02/md33_m_10_glo_2ed_2014.pdf). Acesso em: 13 mar. 2017.
12. BRASIL, Estado-Maior do Exército. OPERAÇÕES. BRASÍLIA: Estado-Maior do Exército, 1994.
13. Ibid., p. 4.21.
14. Ibid., p. 4.22.



Um graduado de informações do Comando de Apoio (Expedicionário) explica como resumir a situação do inimigo por meio do sistema de informações Command Post of the Future a um subordinado durante o exercício *Command Post Exercise-Functional*, no Camp Parks, Califórnia, 19 Set 15. (Maj Gregg Moore, Exército dos EUA)

# Cortando os Pés para Caber nos Sapatos

## Uma Análise do Comando de Missão no Exército dos EUA

Maj Amos C. Fox, Exército dos EUA

**A**o longo da última década, o Exército dos EUA vem tentando assimilar o Comando de Missão, mas vem enfrentando resistência

em muitas áreas. O Comando de Missão não se firmou no Exército porque carece de especificidade em relação às condições e à cultura do Exército. Tampouco se

alinha com o atual modo americano de combater, que se destaca pela busca obcecada de eficiência e precisão, por meio de informações e dados. Este artigo busca desenvolver um método de Comando e Controle mais alinhado com a realidade dos procedimentos e princípios do Exército. Recomenda a revogação da definição doutrinária do Comando de Missão, enquanto mantém os seus princípios. A doutrina do Exército sobre o Comando e Controle deve incorporar uma mentalidade modular que inclui tanto o Comando de Missão quanto o controle centralizado, em vez de pregar o Comando de Missão, e, no entanto, muitas vezes, sugerir a prática de controle excessivo pelos comandantes.

O Exército define o Comando de Missão como “o exercício da autoridade e direção pelo comandante, valendo-se das ordens de missão de modo a permitir que a iniciativa disciplinada ocorra dentro da Intenção do Comandante, habilitando comandantes flexíveis e adaptáveis para a condução de operações terrestres unificadas”<sup>1</sup>. O Exército estabelece os seguintes princípios para orientar o Comando de Missão: formar equipes coesas por meio da confiança mútua, criar um entendimento compartilhado, prover uma Intenção do Comandante clara, exercer a iniciativa disciplinada, usar ordens de missão e aceitar o risco calculado<sup>2</sup>.

Existem duas teorias principais sobre o Comando de Missão, ambas as quais baseadas no conceito alemão de *Auftragstaktik*. No Comando de Missão, o comandante comunica claramente a sua intenção em relação às forças amigas, ao inimigo e à missão, mas deixa decisões sobre como executar a missão com os comandantes subordinados. O comandante superior permite que os subordinados desenvolvam o “como” com base na situação, condições, terreno, familiaridade com sua unidade e seus equipamentos<sup>3</sup>. Essa ideia, provendo flexibilidade na execução, está no cerne do Comando de Missão, e de sua fonte intelectual, *Auftragstaktik*. Embora não sejam explicitamente referenciados em nenhuma publicação doutrinária, ambos os conceitos servem como a base fundamental da filosofia dominante no Exército sobre a arte do Comando e a ciência do Controle.

A outra escola filosófica trata o Comando de Missão e o Comando e Controle como dois lados da mesma moeda. Nessa linha de raciocínio, a origem da teoria de Comando e Controle existe na relação entre o fluxo de informações e a tomada de decisões. O Comando de Missão, ou o que o teorista militar Robert Leonhard

chama *controle diretivo*, é requerido quando a tomada de decisões já não pode acompanhar o fluxo de informações<sup>4</sup>. O Comando e Controle, o que Leonard chama *controle detalhado*, é requerido quando a tomada de decisões pode acompanhar o fluxo de informações. Nesta escola filosófica, as duas formas de Comando e Controle — o controle diretivo e o controle detalhado — são aceitáveis e viáveis no combate moderno. A chave é equilibrar o fluxo de informações com a autoridade para a tomada de decisões.

No entanto, uma análise mais minuciosa sugere que o Comando de Missão — o controle diretivo de Leonhard — é desorganizado, ineficiente e ambíguo. É desorganizado porque proporciona parâmetros, entre os quais deve-se atuar, em vez de um método instrutivo de operações. O Comando de Missão é ineficiente e ambíguo porque se baseia em interpretações e informações imprecisas, de baixo para cima, em vez de uma compreensão perfeita ou quase perfeita. Por isso, o Comando de Missão é lento em relação aos altos escalões de comando, na medida que os escalões subordinados esclarecem e analisam a situação, executam as linhas de ação e, somente após isso, reportam aos escalões superiores.

## O Comando de Missão no Exército Atual

A adoção do Comando de Missão pelo Exército tem sido ótima para gerar debates sobre a concessão do poder de decisão aos comandantes subordinados e para o desenvolvimento de confiança mútua entre as unidades. Em 2016, o Exército publicou vários trabalhos sobre o Comando de Missão, incluindo *Mission Command in the 21st Century* (“Comando de Missão no Século XXI”, em tradução livre), *Training for Decisive Action: Stories of Mission Command* (“Treinamento para a Ação Decisiva: Narrativas sobre o Comando de Missão”, em tradução livre) e *16 Cases of Mission Command* (“16 Casos do Comando de Missão”, em tradução livre)<sup>6</sup>. Além disso, as revistas profissionais do Exército e os blogs relacionados ao Exército estão constantemente cheios de artigos que defendem o Comando de Missão e os princípios associados.

Contudo, resistência ao caráter do Comando de Missão pode ser encontrada por toda parte. Apesar de todo o êxito que o Comando de Missão parece ter obtido em todo o Exército, há algumas deficiências

críticas que limitam a aplicação plena por toda a Força. O Exército de hoje se encontra operando em um ambiente onde métodos de comando desorganizados, ineficientes e lentos são indesejáveis e contraproducentes. Independentemente do método de Comando e Controle adotado na doutrina, os comandantes sempre tem avaliado as suas unidades e seus subordinados com base em quanto podem confiar neles, e continuarão a fazê-lo. Assim, os comandantes concederão diferentes graus de independência de ação, com base nessa confiança.

## O Comando de Missão na Doutrina

No seu influente trabalho sobre a teoria da guerra de movimento, *Fighting by Minutes: Time and the Art of War* (“O Combate por Minutos: Tempo e a Arte da Guerra”, em tradução livre), Leonhard observa que nada na doutrina militar é duradouro, independentemente de quão forte tenha sido durante um determinado tempo. Ele continua, “Por isso, a doutrina possui uma expectativa de vida, e a sua morte é certa”<sup>7</sup>. Ao analisar o Comando de Missão, podemos concluir que talvez ele, também, esteja chegando perto do seu fim inevitável.

A doutrina do Exército sobre o Comando de Missão está, na realidade, sendo aplicada de uma maneira impositiva. O Exército exige a primazia do Comando de Missão, em vez de prover os comandantes e estados-maiores com opções para a direção das ações dentro das suas unidades. Os comandantes se encontram em um dilema: devem seguir fielmente a doutrina — potencialmente às custas do que seria a decisão correta — ou desviarem-se da doutrina com base no seu entendimento a respeito de sua organização e de seus comandantes subordinados?

Essa dinâmica salienta a necessidade do Exército de arquivar a ideia de que o Comando de Missão é uma abordagem única e inquestionável. Em vez disso, o Exército deve encorajar um método mais flexível que incentive os comandantes a considerar opções baseadas no seu entendimento sobre a sua unidade e os seus comandantes subordinados, considerando o ambiente operacional.

## A Influência do Ambiente Operacional no Comando e Controle

Frequentemente, os ambientes operacionais atuais colocam unidades em situações em que as suas ações

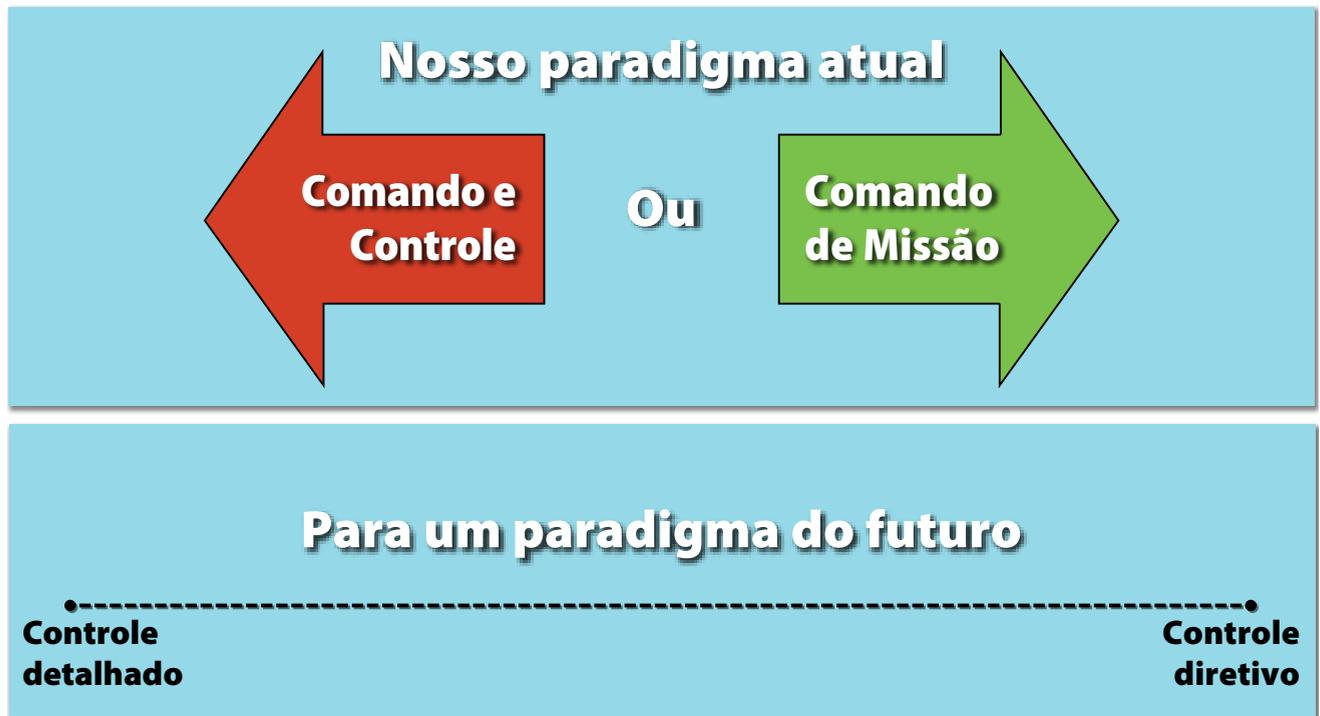
precisam ser muito bem analisadas e controladas. Em muitos casos, o governo dos EUA utiliza o Exército como uma ferramenta para preparar o ambiente estratégico. Quando os interesses nacionais estão em jogo, mas os objetivos delimitados não justificam operações de combate de grande escala, as unidades do Exército precisam operar delicadamente, de uma maneira não necessariamente compatível com o Comando de Missão. Conceitos como o “cabo estratégico” ressaltam os limites do Comando de Missão — as ações independentes de um único soldado no campo de batalha podem ter um impacto estratégico<sup>8</sup>. Se as ações dos militares não forem cuidadosamente controladas, as consequências podem afetar a Segurança Nacional. No entanto, essa noção contrasta claramente com os princípios do Comando de Missão, que permitem que militares escolham as suas ações de acordo com a intenção e a visão do comandante, a iniciativa disciplinada, o entendimento compartilhado e a confiança mútua. Os métodos de Comando e Controle são influenciados não apenas pelos limites estratégicos da missão, mas também, de maneira contundente, pelos avanços tecnológicos.

A proliferação de tecnologias de comunicações, sistemas de coleta de informações e armas de precisão levou o Exército a criar soluções demasiadamente complexas no campo de batalha. O raciocínio era que uma compreensão situacional quase perfeita podia ser alcançada, e potencializado pelo uso de armas de precisão para matar sem se aproximar do inimigo, ao mesmo tempo reduzindo muito os danos colaterais. Embora essas ideias sejam virtuosas, elas minam os princípios do Comando de Missão e são, em grande medida, inalcançáveis.

Em muitos casos, o avanço tecnológico tem sido orientado para proporcionar aos comandantes um melhor conhecimento da situação e uma melhor capacidade de comunicação, com o emprego de sistemas digitais, como Blue Force Tracker, Command Post of the Future e sistemas de veículos aéreos não tripulados. No passado, comandantes dependiam de relatórios do terreno para marcar as posições amigas nos mapas. Hoje, o Blue Force Tracker e o Command Post of the Future permitem que comandantes vejam as suas tropas, até viaturas isoladas, em mapas digitais de alta resolução, quase em tempo real. O emprego de sistemas de veículos aéreos não tripulados, juntamente com

sistemas de acompanhamento do combate, permite que comandantes tenham um grau de compreensão situacional relativamente alto. Um alto grau de compreensão situacional, junto com abundantes sistemas de comunicações, tem levado a um ambiente semelhante àquele do Vietnã, onde comandantes de múltiplos escalões direcionavam as ações de pelotões e grupos de combate no terreno<sup>9</sup>.

preferência teórica, ou que o Exército está cortando os dedos dos pés para caber no sapato. A manutenção do Comando e Controle na doutrina conjunta, em vez da adoção generalizada de Comando de Missão, pode ser visto como um reconhecimento dessa ideia. Falta à doutrina de Comando de Missão do Exército a especificidade em relação aos ambientes nos quais os Estados Unidos se encontram atualmente atuando, em relação



(Gráfico pelo autor)

## Figura 1 Espectro Modular entre Comando e Controle e Comando de Missão

### A Inovação Bem-Sucedida e o Comando de Missão

O historiador William Murray definiu quatro fatores críticos para a inovação militar bem-sucedida: especificidade; uma cultura militar reflexiva e honesta; o uso adequado da história; e a abertura cognitiva a novas ideias<sup>10</sup>. Os pensamentos de Murray sobre a inovação são importantes para o Comando de Missão porque sugerem que as filosofias e os métodos operacionais precisam ser derivados da cultura que tencionam apoiar. Ao tentar forçar a adaptação do Comando de Missão para caber na doutrina do Exército, alguns argumentam que a Força usa a história indevidamente e desconsidera a especificidade somente para justificar a incorporação do conceito, baseado somente em uma

à forma natural como a tecnologia vem influenciando o modo de operar da Força Terrestre e como a era da informação tem moldado a mentalidade do Exército sobre o combate. Com base nos fatores de Murray sobre a inovação militar bem-sucedida, está na hora da abordagem do Exército para o Comando de Missão evoluir.

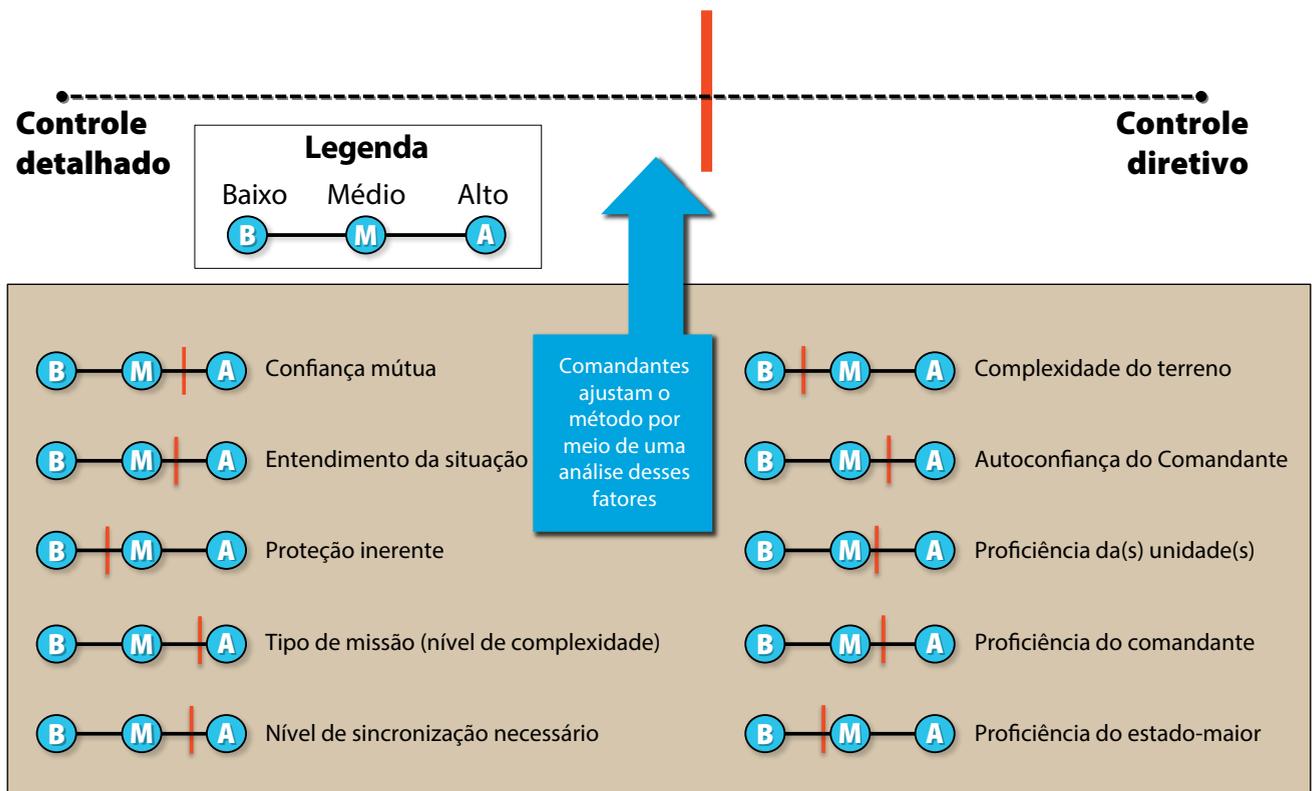
O que agrava mais a confusão sobre o Comando e Controle é que o Comando de Missão não proporciona especificidade ao Exército em relação ao atual modo americano de combater. A filosofia *Auftragstaktik* era uma inovação específica para as necessidades táticas, doutrinárias e culturais do exército alemão<sup>11</sup>. As condições que permitiam o desenvolvimento orgânico do conceito de *Auftragstaktik*, ao longo do tempo, e o

seu florescimento nas forças armadas alemãs não se encontram nas operações atuais do Exército dos EUA.

As bases teóricas de *Auftragstaktik* eram produtos de vastos campos de batalha, onde grandes exércitos de campanha estavam dispersos através de grandes distâncias, geralmente operando contra oponentes semelhantes em estilo e organização. Contudo, nas operações do Exército, na Século XXI, as condições são diferentes.

Os Estados Unidos lutavam, tradicionalmente, de acordo com o que muitos chamam o “modelo de guerra ocidental”. O historiador Geoffrey Parker sugere que esse modelo é caracterizado por um foco na busca de uma vitória rápida e decisiva, por aniquilação. Além disso, segundo Parker, se baseia nas finanças, tecnologia, diversidade e um poder de fogo esmagador<sup>12</sup>.

O teorista militar Antulio Echevarria sugere que as forças norte-americanas devem “se afastar do pensamento sobre o complicado processo de converter triunfos militares ... em sucessos estratégicos”<sup>13</sup>. Ele concorda com Russell Weigley e Max Boot que essa falta de pensamento claro se origina da ênfase de destruir o oponente, em vez de levar em consideração os resultados da vitória tática<sup>14</sup>. Nesse conceito, a “mania de controle”, ou um método de Comando e Controle que busca suplantar o risco e os erros do campo de batalha por meio do controle detalhado, parece ser um subproduto do modo de combater americano fomentado pela era da informação. O fato de que soldados individualmente podem causar problemas estratégicos está no cerne do hipercontrole. Para eliminar o peri-

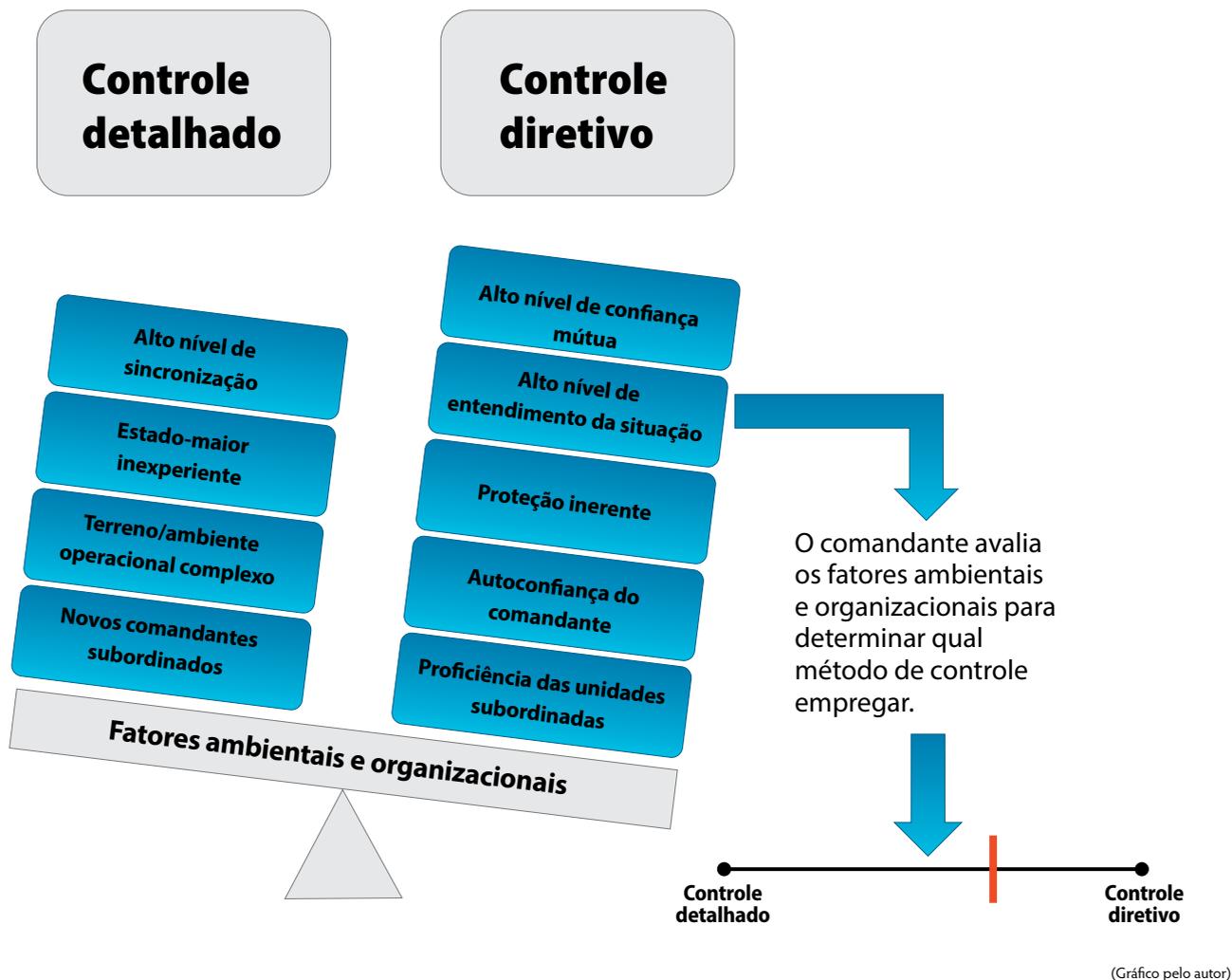


(Gráfico pelo autor)

**Figura 2 Fatores que Determinam o Método de Controle**

No entanto, as condições mudaram conforme os avanços tecnológicos da era da informação ocorreram e a União Soviética, com sua grande força militar, se desintegrou. Esses fatores, junto com os efeitos da globalização, ocasionaram uma relativamente nova teoria sobre como os EUA combatem, atualmente.

go de que comandantes subordinados cometam, ou permitam acidentalmente, que os seus subordinados venham a cometer erros estratégicos, limitações são implantadas, a observação é quase onipresente e heurísticas, como o “cabo estratégico”, são desenvolvidas para mitigar o risco. Tudo — a redução de danos colaterais



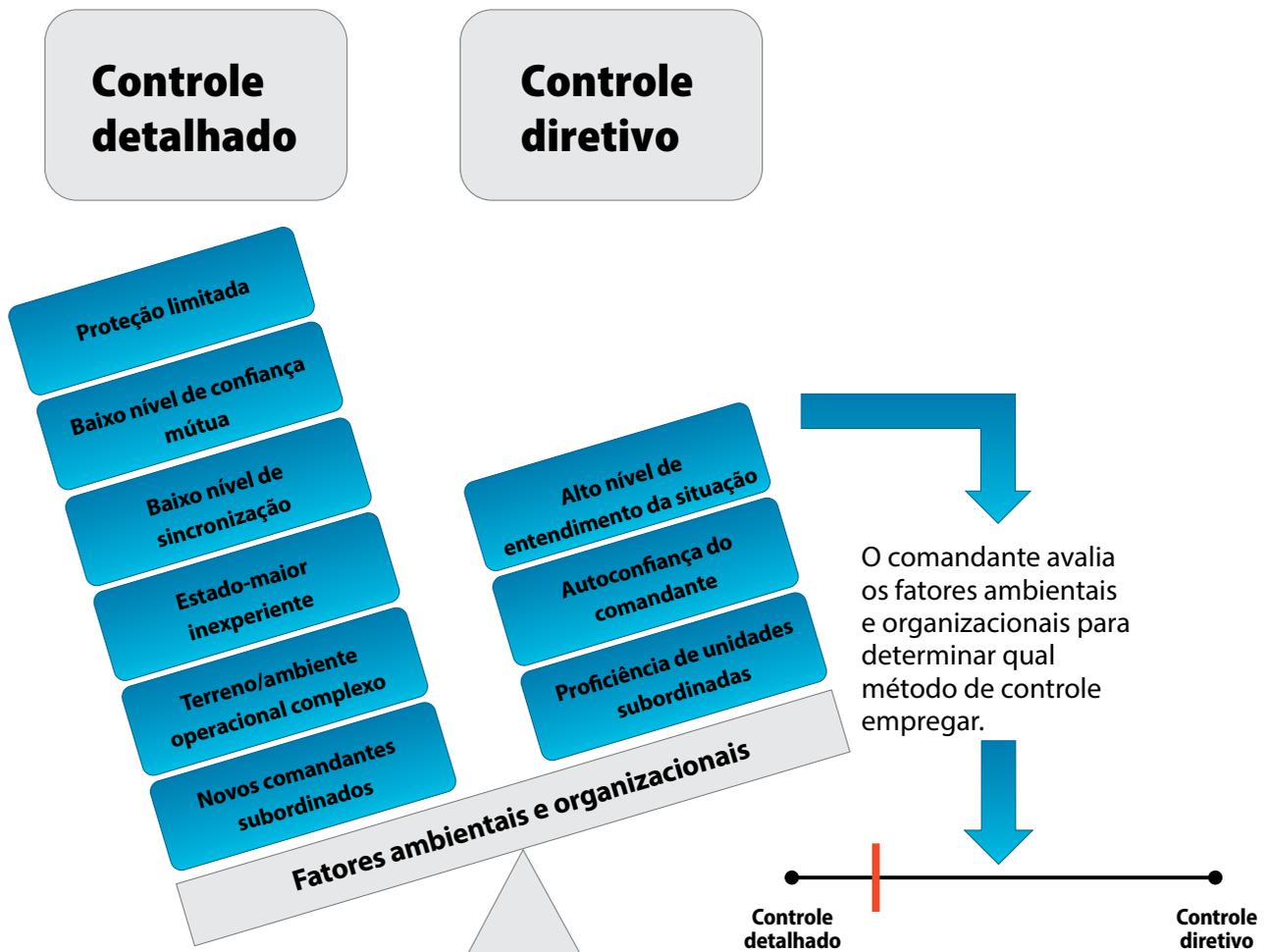
**Figura 3 Condições que Merecem Mais Controle Detalhado**

e a eliminação do inimigo à distância, por meio do emprego de munições de precisão e forças de ação pontual, do controle de narrativas e da busca da compreensão situacional perfeita — vai contra o método menos controlador do Comando de Missão, que se concentra na iniciativa individual, confiança e aceitação de riscos calculados. O Comando de Missão reforça o foco norte-americano no combate (vitória operacional e tática) em vez da guerra (vitória estratégica e política) porque o método foi derivado de um conceito operativo alemão para rapidamente vencer batalhas de aniquilação.

Neste ponto, é instrutivo remontar à teoria de Comando e Controle de Leonhard para entender como a tecnologia da era da informação incentiva as práticas que conflitam com o Comando de Missão. Hoje em dia, comandantes e estados-maiores podem contar com uma

incrível variedade de ferramentas que lhes permitem visualizar o campo de batalha e o ambiente operacional, que, por sua vez, lhes deixam sentir como se estivessem usando o fluxo de informações para orientar o processo decisório. Os comandantes, em suas mentes, não microgerenciam a missão; eles tomam decisões e direcionam ação coerente com o que são capazes de entender.

Assim, a proliferação de tecnologia continua a influenciar dramaticamente como os comandantes dos EUA exercem o Comando e Controle. Durante a Primeira Guerra Mundial, a guerra de trincheira levou ao Comando e Controle detalhado, porém no Século XXI, a tecnologia vem provocando um efeito semelhante, levando os comandantes a caírem demasiadamente no lado de controle detalhado do espectro do Comando e Controle. Isso tem minado o Comando de



(Gráfico pelo autor)

### Figura 4 Condições que Merecem Mais Controle Diretivo

Missão. O subproduto da tecnologia é a fé na capacidade de obter informações perfeitas ou quase perfeitas antes de lançar armas de precisão para destruir um alvo específico. A busca pela perfeição das informações para eliminar, com precisão, um alvo, de uma maneira que minimize as chances de danos colaterais, produz um ambiente de mania de controle, a antítese do Comando de Missão. Os comandantes do Exército não aceitam riscos calculados, pelo contrário, tendem a minimizar o perigo ao estabelecer condições rigorosamente precisas antes de eliminar um alvo ou empenhar forças.

### Recomendações

Os princípios do Comando de Missão não devem ser exclusivos para o Comando de Missão, devem ser princípios aos quais qualquer exército moderno

e democrático venha a aderir. A confiança mútua, o entendimento compartilhado, os comandantes subordinados que exercem iniciativa, a aceitação de riscos calculados — esses não são direitos sagrados conferidos aos subordinados por um comandante esclarecido; em vez disso, esses são princípios críticos para o êxito no campo de batalha moderno. A velocidade da era da informação exige que esses princípios sejam qualidades intrínsecas para qualquer exército que quer vencer. Os princípios devem servir como a base do processo operacional, da arte de Comando e da ciência de Controle em tudo feito pelo Exército. No entanto, a maneira pela qual os comandantes lideram as suas organizações e os seus subordinados não pode ser padronizada.

Em vez disso, o Exército precisa reconhecer que os comandantes bem-sucedidos ajustam a sua abordagem

para a metodologia de comando, avaliando continuamente uma variedade de fatores para determinar quanto afrouxar ou segurar as rédeas de controle. Os comandantes precisam determinar as suas abordagens com base no entendimento derivado de uma avaliação individual de cada subordinado e organização. O Exército não deve determinar uma abordagem (i.e., Comando de Missão ou Comando e Controle) acima de outra. Em vez disso, a doutrina deve definir a arte de Comando e a ciência de Controle como ocorrendo em quantidades proporcionais ao longo de um espectro modular, com o controle diretivo e o controle detalhado como as extremidades (veja a Figura 1)<sup>16</sup>. A decisão sobre o método de controle deve, então, depender do comandante, com base no seu entendimento sobre um variado número de fatores (veja a Figura 2)

A doutrina deve relacionar os tipos de fatores que comandantes devem considerar ao determinar o método de controle que empregarão. Contudo, a doutrina deve esclarecer que esses fatores são apenas exemplos para estimular o pensamento, e não uma lista definitiva. Ao determinar o seu método de controle, comandantes devem avaliar os seguintes fatores:

- ◆ grau de confiança mútua entre os comandantes na unidade
- ◆ grau de entendimento da situação
- ◆ grau de complexidade associada à missão (i.e., o problema é simples, complicado, complexo ou caótico?)
- ◆ grau de proteção inerente à unidade<sup>17</sup>
- ◆ grau de sincronização necessário para a missão ou missões subordinadas
- ◆ complexidade e tipo de terreno
- ◆ autoconfiança do comandante
- ◆ proficiência da organização e das suas unidades subordinadas
- ◆ proficiência dos comandantes subordinados
- ◆ proficiência do estado-maior

É provável que os comandantes gravitem para o controle detalhado nas áreas com baixos graus de proficiência ou altos níveis de complexidade (veja a Figura 3). Por outro lado, é provável que comandantes tendam mais para o controle diretivo nas áreas com moderados a altos graus de proficiência e pouca complexidade (veja a Figura 4).

Além disso, comandantes precisam entender que o método de Comando e Controle não é estático. Eles precisam ajustar o seu método de controle com base

nas condições que evoluem, continuamente. Outra consideração é que os comandos possuem diversas unidades. O comandante pode ter uma tropa de cavalaria avançada, esclarecendo a situação no terreno, enquanto as unidades de manobra conduzem uma operação complexa e altamente sincronizada, como uma transposição de curso d'água obstáculo. É provável que o comandante empregue o controle diretivo para a tropa de cavalaria, enquanto mantenha um controle mais detalhado na parte da missão que exige operações altamente sincronizadas. Após cumprir a missão complexa, o comandante deve reverter ao controle diretivo.

O benefício principal dessa abordagem é que reconhece, formalmente, o processo cognitivo que o comandante se submete ao pensar sobre como comandar e controlar as operações. Os comandantes em todos os níveis fazem constantes avaliações dos seus subordinados e da sua organização antes de decidir como exercer o comando sobre cada pessoa e unidade. Os subordinados e unidades que precisam de mais supervisão recebem mais controle. Por outro lado, aqueles que são confiáveis para operar com mais independência, frequentemente, recebem mais autonomia.

Além disso, quando se trata do atual modo americano de combater esse método proporciona flexibilidade ao comandante, ao não determinar uma abordagem específica para o Comando e Controle das operações. Se o Exército ajustar a maneira pela qual a doutrina é escrita e adotar a ideia de um espectro modular entre o controle diretivo e detalhado, lidará melhor com as realidades da guerra, tirando a doutrina da esfera teórica para a tangível.

Não obstante, é útil observar que qualquer método de comando, ou combinação deles, é dependente, em grande parte, da qualidade dos militares incumbidos de desempenhar a missão. O Gen George S. Patton Jr. articulou esse requisito, há mais de 70 anos, quando escreveu, “Para ser um bom soldado um homem precisa ter disciplina, autorrespeito, orgulho da sua unidade e do seu país, um alto sentido de dever e obrigação aos seus homólogos e aos seus superiores e autoconfiança produzida pela proficiência demonstrada”<sup>18</sup>.

## Conclusão

Em resumo, o Comando de Missão precisa ser reformulado. O conceito falha no aspecto da especificidade e, assim, está em conflito com a cultura do

Exército e o novo modo americano de combater. O Exército precisa remontar à sua própria história para definir o que quer de cada lado do espectro de Comando e Controle, sem esquecer da prática atual do modo americano de combater e da influência da era da informação. A doutrina não deverá determinar uma forma ou um lado do espectro de Comando e Controle em detrimento do outro, mas precisa descrever, em vez disso, como comandantes devem

avaliar, continuamente, a si próprio, suas unidades, seus subordinados, seu ambiente e a ameaça ou o inimigo quando determinam qual método empregar. O método precisa ser apropriado para cada comandante subordinado na sua organização. Ao adotar um espectro modular de Comando e Controle, o Exército desenvolverá uma abordagem que estará em harmonia com a cultura da Força e com a forma pela qual tem preferido lutar, por muito tempo. ■

*O Major Amos Fox, Exército dos EUA, é estudante na Escola de Estudos Militares Avançados, no Forte Leavenworth, Kansas. É bacharel pela Indiana University–Purdue University Indianapolis e mestre pela Ball State University. Serviu na 4ª Divisão de Infantaria, no 11º Regimento de Cavalaria Blindado e na Escola de Blindados do Exército dos EUA.*

## Referências

1. Army Doctrine Publication 6-0, *Mission Command* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], 2015).
2. Army Doctrine Reference Publication 6-0, *Mission Command* (Washington, DC: U.S. GPO, 2012), p. 2-1.
3. Robert Leonhard, *The Art of Maneuver: Maneuver-Warfare Theory and AirLand Battle* (New York: Presidio Books, 1991), p. 113.
4. Robert Leonhard, *Fighting by Minutes: Time and the Art of War* (Westport, CT: Praeger Press, 1994), p. 111–19.
5. Ibid.
6. Nathan K. Finney e Jonathan P. Klug, eds., *Mission Command in the 21st Century: Empowering to Win in a Complex World* (Fort Leavenworth, KS: Army Press, 2016); Operations Group, U.S. Army National Training Center, *Training for Decisive Action: Stories of Mission Command* (Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute Press, 2014); Donald P. Wright, ed., *16 Cases of Mission Command* (Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute Press, 2013).
7. Leonhard, *Fighting by Minutes*, p. xxii.
8. Charles C. Krulak, "The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War," *Marines Corps Gazette* 83, no. 1 (January 1999).
9. Department of the Army, *Division-Level Communications, 1962-1973* (Washington, DC: Center for Military History, 1982), p. 40–41.
10. Williamson Murray, "Innovation: Past and Future," in *Military Innovation in the Interwar Period*, eds. Williamson Murray and Allan R. Millet (Cambridge: Cambridge University Press, 1996), p. 308–23.
11. Ibid., p. 308; Donald E. Vandergriff, "Misinterpretation and Confusion: What is Mission Command and Can the U.S. Army Make it Work?" *The Land Warfare Papers*, no. 94 (June 2013), p. 2–4.
12. Geoffrey Parker, "The Western Way of War," in *The Cambridge History of Warfare*, ed. Geoffrey Parker (Cambridge: Cambridge University Press, 2005), p. 2.
13. Antulio J. Echevarria II, *Toward an American Way of War* (Carlisle Barracks, PA: Strategic Studies Institute, 2004), p. vi.
14. Ibid., p. v–vi.
15. Este processo é um exercício mental. Esses dados são somente usados para ilustrar o processo — não são planejados para ser ferramentas prescritivas para comandantes avaliar a sua situação.
16. Leonhard, *Fighting by Minutes*, p. 114.
17. A premissa é que a proteção inerente aumentará a probabilidade que o comandante escolherá ser mais diretivo porque há um pouco menos de preocupação sobre a segurança física.
18. George S. Patton Jr., *War as I Knew It* (New York: Houghton Mifflin, 1947), p. 335. O livro é publicado no Brasil com o título "A Guerra que Eu Vi".

# O Cerne da Questão

## A Segurança das Mulheres, A Segurança dos Estados

Valerie M. Hudson, Bonnie Ballif-Spanvill, Mary Caprioli e Chad F. Emmett

Quais são as raízes dos conflitos e da insegurança para os Estados? Alguns estudiosos afirmam que as diferenças civilizacionais, definidas por etnia, idioma e religião, são os principais catalisadores subjacentes dos conflitos e da insegurança<sup>1</sup>. Outros discorrem sobre a importância de se diferenciar entre tipos de regime democráticos e não democráticos ao explicar os conflitos no sistema internacional moderno<sup>2</sup>. Outros, ainda, consideram que a pobreza, exacerbada pela escassez de recursos em um contexto de desigualdade de acesso, está no cerne dos conflitos e da insegurança nos níveis micro e macro de análise<sup>3</sup>.

Neste artigo, sustentamos que existe um outro fator explicativo mais básico, e quiçá mais forte, do que os tradicionalmente propostos, o qual precisa ser considerado quando se examinam questões de segurança e conflito estatal: o tratamento dado às mulheres dentro da sociedade. Chegamos a essa conclusão com base em um trabalho de pesquisa detalhado, calcado em métodos qualitativos e quantitativos. Infelizmente, as análises



estatísticas e descrições metodológicas comprobatórias são extensas demais e quiçá um tanto herméticas para serem descritas neste artigo relativamente curto; por isso, apresentamos apenas os resultados principais de nossas conclusões. Para os interessados em obter mais informações, análises mais detalhadas dos dados, acompanhadas de gráficos, são apresentadas em nosso livro, *Sex and World Peace* (“O Sexo e a Paz Mundial”, em tradução livre).

À primeira vista, nosso argumento não parece nada intuitivo. Como pode o tratamento dispensado às mulheres estar ligado a questões de alta política, como a guerra e a segurança nacional? Para alguns, as duas esferas não parecem ocupar o mesmo espaço conceitual. Para outros, a conexão entre o tratamento das mulheres



Refugiados civis — em sua maioria, mulheres e crianças — chegam na aldeia de Putumatalan, em Puthukkudiyirippu, no norte de Sri Lanka, após fugirem de uma área ainda sob o controle dos Tigres de Libertação do Tamil Eelam na “zona desmilitarizada”, 22 Abr 09. Milhares de outros refugiados saíram da zona de combate de Sri Lanka enquanto os militares e os rebeldes travavam o aparente combate final da mais longa guerra da Ásia, apesar de apelos pela proteção dos que ainda estavam na área. (Foto de Stringer, Reuters)

e a segurança é algo óbvio. Por exemplo, em 2006, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, opinou: “O mundo está começando a entender que não existe política mais eficaz para promover o desenvolvimento, saúde e educação do que o empoderamento de mulheres e meninas. E eu arriscaria dizer que não há nenhuma política mais importante na prevenção de conflitos ou na obtenção da reconciliação após o término de um conflito”<sup>4</sup>.

Este artigo tem como objetivo analisar a afirmação de Annan, enfocando a seguinte questão: existe uma ligação significativa entre a segurança das mulheres e a segurança dos Estados?

Quando um dos coautores deste artigo levantou a questão durante uma reunião de pesquisa de seu departamento, a resposta foi um rápido e resolutivo “não”. A opinião predominante era a de que a violência gerada pelos grandes conflitos militares do século XX constituía uma prova de que seria melhor que os estudiosos de segurança se concentrassem em questões mais amplas, como democracia e democratização; pobreza e riqueza; e ideologia e identidade nacional. Com base em uma escala de “sangue derramado e vidas perdidas” como sendo o devido foco de interesse de estudos sobre segurança, nossos colegas indagavam por que alguém escolheria examinar a questão das mulheres<sup>5</sup>.

Surpresos com essa declaração absoluta de que estávamos no caminho errado, levamos algum tempo para formular uma resposta. Ao examinar a questão do verdadeiro significado de “segurança do Estado”, como alguém explicaria o número de mortes entre as indianas em decorrência do infanticídio feminino e do aborto seletivo por sexo desde 1980 até o presente se não como uma autêntica “questão de segurança”? O número de mulheres mortas em questão é quase 40 vezes o total de mortes de todas as guerras da Índia desde, e incluindo, sua sangrenta luta pela independência. Esse fato, por si só, sugere vastas implicações adversas de segurança para a estabilidade e bem-estar econômico do Estado.

Ponderamos, assim, que seria esclarecedor considerar a escala pela qual as mulheres morrem por causas seletivas por sexo, investigando suas implicações para a

segurança estatal. Utilizando a razão entre o número de homens e o de mulheres em uma população, ou razão de sexo, como um indicador aproximado para uma variedade de causas de morte em decorrência de uma pessoa ser do sexo feminino, consideramos os resultados apresentados na figura, em comparação aos grandes massacres do século XX<sup>6</sup>.

Além disso, como o número de mortes nas referidas guerras e conflitos inclui mortes de mulheres civis e combatentes, cremos que não seria um exagero sugerir que, em sua maioria, as instâncias de “sangue derramado e vidas perdidas” do último século foram, principalmente, de mulheres.

Infelizmente, ao pensarem em guerra e paz e segurança nacional, muitas pessoas restringem sua visão à imagem de um soldado fardado — homem — estirado morto no campo de batalha, convertendo essas importantes questões em assuntos do sexo masculino. Em contrapartida, talvez uma ótica nova, como a apresentada na figura, deva voltar os pensamentos daqueles que refletem seriamente sobre a segurança nacional e global para a menininha afogada em um riacho próximo ou o corpo carbonizado de uma jovem noiva assassinada em um “incêndio na cozinha” provocado por seus sogros. Para formular essa pergunta de maneira mais conceitual, haverá algo mais a investigar do que apenas o efeito da guerra sobre as mulheres — *será possível que a segurança das mulheres, na verdade, afete a segurança dos Estados?*

Amplos estudos demonstraram que há uma forte base lógica para afirmar que existe uma relação entre a segurança das mulheres e a segurança dos Estados<sup>7</sup>. A diferença sexual serve como um modelo crucial para o tratamento social da diferença entre indivíduos e entre coletividades. Uma longa tradição na psicologia social identificou três características básicas que as pessoas notam imediatamente ao conhecerem alguém, desde a infância praticamente: idade, sexo e raça<sup>8</sup>. Embora haja evidências preliminares de que o reconhecimento de diferenças raciais possa ser “apagado” quando cruzado com o aspecto de filiação a um grupo, não foi demonstrado nenhum mecanismo semelhante quanto ao reconhecimento de sexo<sup>9</sup>. Com efeito, a psicóloga Alice Eagly afirma: “Os estereótipos de gênero ultrapassam os de raça em todos os testes das ciências sociais”<sup>10</sup>. Assim, o sexo, como a idade, torna-se uma categoria básica de identificação e uma importante marca de diferença<sup>11</sup>.

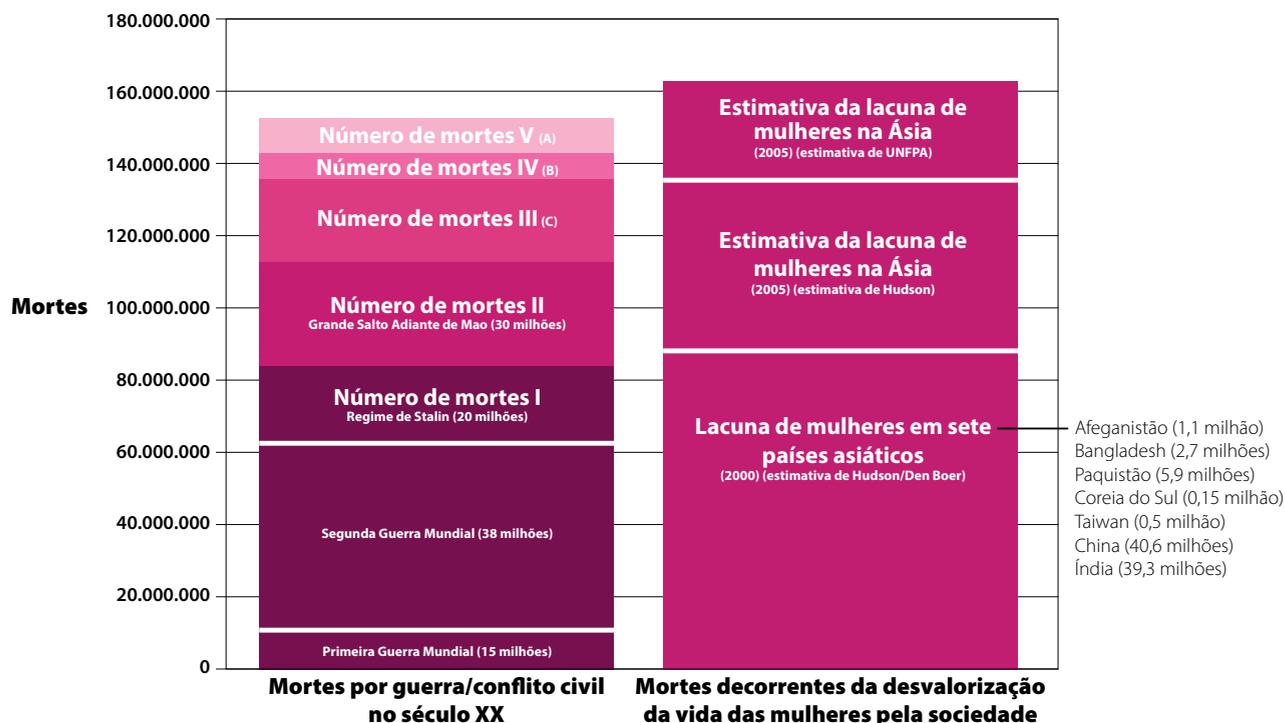
As categorizações por sexo e por idade desempenham papéis distintos na sociedade. Todos passarão, um dia, para um outro grupo etário. Em geral, com algumas exceções, esse tipo de mudança não ocorre com respeito às categorias de sexo. A diferença sexual é, possivelmente, a principal diferença formativa fixa vivenciada na sociedade humana<sup>12</sup>, e a reprodução sexual é o mais forte motor evolutivo dos arranjos sociais humanos<sup>13</sup>.

Concordando com essas constatações de pesquisas nos campos da psicologia e evolução, a filósofa francesa Sylviane Agacinski reflete: “É sempre a diferença dos sexos que serve como modelo para todas as demais diferenças, e é a hierarquia homem/mulher que é vista como uma metáfora para todas as hierarquias interétnicas”<sup>14</sup>. Em consequência, diferenças sociais quanto a opiniões sobre o *status* dos sexos, refletidas nas práticas, costumes e leis, podem ter importantes consequências políticas, incluindo consequências para a política de segurança do Estado-nação e para conflitos e cooperação intra e interestatais.

Utilizando o modelo teórico que chamamos de “tese sobre as mulheres e a paz”, o qual relaciona o modo pelo qual as mulheres são tratadas com o modo pelo qual os respectivos Estados-nação se portam, examinamos, primeiro, a literatura empírica existente que conecta a situação da mulher com a situação dos Estados. Em seguida, conduzimos uma investigação empírica inicial das proposições do modelo, usando diversos bancos de dados existentes, que haviam compilado uma grande variedade de informações estatísticas relacionadas à situação das mulheres e à situação e conduta dos Estados. Nossos resultados, detalhados em *Sex and World Peace*, demonstraram relações fortes e significativas na direção prevista<sup>15</sup>.

## **Análise da Literatura sobre as Constatações Empíricas Existentes: as Mulheres e o Estado**

Há um grande número de trabalhos que ligam o tratamento das mulheres a importantes variáveis no âmbito estatal. Pode-se dizer que a atenção acadêmica à ligação entre mulheres e o Estado teve início no campo do desenvolvimento. Já em 1970, Ester Boserup defendia que a omissão de aspectos de gênero do desenvolvimento levava ao fracasso de projetos. Desde seu trabalho pioneiro, assistimos a sucessivas ondas de pesquisa sobre o papel das mulheres no



**(A) Número de Mortes V**

Brasil (1,1 milhão)  
 Guerra Russo-Japonesa (13 milhões)  
 Balcãs (0,14 milhão)  
 África Oriental Alemã (0,18 milhão)  
 Líbia (0,13 milhão)  
 Guerra Greco-Turca (0,25 milhão)  
 Guerra Civil Espanhola (0,47 milhão)  
 Abissínia (0,4 milhão)  
 Guerra Russo-Finlandesa (0,15 milhão)  
 Guerra Civil Grega (0,16 milhão)  
 Tito (0,2 milhão)  
 Primeira Guerra da Indochina (0,4 milhão)  
 Colômbia (0,2 milhão)  
 Repartição da Índia (0,5 milhão)  
 Romênia (0,15 milhão)

Burma/Mianmar (0,13 milhão)  
 Argélia (0,7 milhão)  
 Guatemala (0,2 milhão)  
 Indonésia (0,4 milhão)  
 Uganda (0,6 milhão)  
 Angola (0,6 milhão)  
 Timor Leste (0,2 milhão)  
 Líbano (0,15 milhão)  
 Iraque (0,7 milhão)  
 Libéria (0,15 milhão)  
 Bósnia (0,18 milhão)  
 Somália (0,4 milhão)  
 Israel/Árabe (0,07 milhão)  
 Angola (0,08 milhão)  
 Sierra Leone (0,08 milhão)

**(B) Número de Mortes IV**

Tibete (0,6 milhão)  
 Revolução Mexicana (1 milhão)  
 Etiópia (1,4 milhão)  
 Nigéria (1 milhão)  
 Moçambique (1 milhão)  
 Sudão (1,9 milhão)

**(C) Número de Mortes III**

China - Século XX pré-RPC (4 milhões)  
 Congo, Século XX (3,8 milhões)  
 Vietnã (3,5 milhões)  
 Coreia (2,8 milhões)  
 Afeganistão (1,8 milhão)  
 Khmer Rouge, Camboja (1,65 milhão)  
 Número estimado no genocídio armênio (1,5 milhão)  
 Guerra Civil Russa (1,4 milhão)  
 Ruanda/Burundi (1,35 milhão)  
 Bangladesh (1,25 milhão)  
 Guerra Irã/Iraque (1 milhão)

(Adaptado de um gráfico em *Sex and World Peace*)

## Figura – Comparação de Mortes Provocadas por Conflitos no Século XX e Mortes Decorrentes da Desvalorização da Vida das Mulheres na Virada do Século XXI

desenvolvimento econômico e qualidade de vida<sup>16</sup>. A literatura empírica nesse campo tem contribuído para o estabelecimento de fortes ligações, em âmbito internacional, entre variáveis de gênero e variáveis econômicas, incluindo PIB per capita, *ranking* de competitividade global e taxas de crescimento econômico<sup>17</sup>. As variáveis de saúde no âmbito do Estado, especialmente sobrevivência/mortalidade e desnutrição infantil, também apresentam uma significativa correlação com o *status* e escolaridade das mulheres<sup>18</sup>.

Essas pesquisas anteriores nos ajudam a entender a significativa correlação negativa entre índices de corrupção e índices dos direitos sociais e econômicos das mulheres<sup>19</sup>. Isso implica que a expansão dos direitos das mulheres oferece um benefício econômico adicional: reduções da corrupção política devido à maior justiça do empoderamento feminino na sociedade parecem, de modo geral, favorecer um aumento em investimentos e crescimento. Em outras palavras, aumentar a equidade entre gêneros promove o crescimento econômico<sup>20</sup>.

As ligações entre a situação e *status* das mulheres, por um lado, e as variáveis econômicas e de saúde, por outro, abriram o caminho para a pesquisa sobre variáveis políticas também. Vale ressaltar que as pesquisas iniciais nessa área indicam que as prioridades e perspectivas de um governo parecem mudar, conforme as mulheres se tornam mais visíveis e audíveis em suas fileiras. Estudos prévios demonstram que quanto mais mulheres houver no governo, maior será a atenção dada ao bem-estar social, proteção legal e transparência no governo e no setor empresarial<sup>21</sup>. Por exemplo, em uma pesquisa de opinião, 80% dos entrevistados disseram que a participação das mulheres restaura a confiança no governo<sup>22</sup>.

De modo geral, então, muitas pessoas, em todo o mundo, estão começando a reconhecer que o *status* das mulheres frequentemente influencia, de maneira considerável, importantes aspectos políticos dos Estados onde vivem. Esse reconhecimento, por sua vez, já levou, em muitos casos, a iniciativas inovadoras na formulação de políticas para tirar proveito dessas constatações<sup>23</sup>.

Apesar da impressionante gama de descobertas empíricas, quando voltamos o foco para questões sobre mulheres e a segurança nacional definida de uma maneira mais tradicional, há razões teóricas para acreditar que a segurança e a conduta de um Estado estão ligadas à situação e segurança de suas mulheres. Isso sugere linhas específicas de investigação: a evidência apoia essa assertiva? Em caso afirmativo, qual é a forma dessa ligação?

Duas principais linhas de investigação ajudaram a elucidar essa ligação: teoria acadêmica e análise de políticas. Um importante pilar da rica literatura teórica sobre estudos feministas de segurança enfatiza a relação entre o *status* das mulheres e as relações internacionais<sup>24</sup>. Além de iniciativas acadêmicas, vale ressaltar a descrição formal da necessidade de incluir mulheres em negociações de paz constante da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) 1325, de 2000; o reconhecimento, na RCSNU 1820, de 2008, da necessidade de punir os que cometerem estupro durante conflitos; um programa mais amplo de organizações intergovernamentais/organizações não governamentais chamado Mulheres, Paz e Segurança (MPS), que resultou em uma maior integração da perspectiva de gênero em áreas como as Operações

de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas (ONU); e uma nova Arquitetura de Gênero (GEAR) para a ONU, que resultou na criação da ONU Mulheres em julho de 2010<sup>25</sup>.

Utilizando detalhados estudos de caso etnográficos, o mapeamento de processo e a análise de discurso pós-estruturalista, pesquisadores elaboraram vários excelentes trabalhos empíricos no campo de estudos feministas de segurança<sup>26</sup>. A seguir, examinamos trabalhos mais quantitativos.

Em uma recente análise empírica sobre as sociedades islâmicas, M. Steven Fish observou que as nações predominantemente muçulmanas não sofrem desproporcionalmente de violência política, mas sofrem desproporcionalmente de regimes autoritários<sup>27</sup>. O autor explora por que o islamismo parece desaproveitar a democracia, constatando — após controlar diversas variáveis, incluindo desenvolvimento econômico, crescimento econômico, fragmentação étnica, etc. — que os indicadores relacionados à subordinação de mulheres, incluindo razão de sexo e diferença entre taxas de alfabetização, representam uma proporção considerável da relação entre o Islã e o autoritarismo. Ele formula a hipótese de que a opressão das mulheres — um dos primeiros atos sociais observados por todos na sociedade — fornece o modelo para outros tipos de opressão, incluindo o autoritarismo, em Estados-nação islâmicos. O tratamento das mulheres pode, então, afetar a tendência de uma sociedade a adotar um regime específico de governo, como o autoritarismo ou a democracia.

Outra importante questão de interesse se refere a como o tratamento das mulheres no âmbito interno tem um impacto sobre a conduta estatal no âmbito internacional. Essa questão é importante para mostrar a ligação entre gênero e segurança porque demonstra aos que tenham poder de decisão que o tratamento dispensado às mulheres tem consequências práticas que vão muito além do objetivo abstrato de obter a justiça social. Um conjunto de trabalhos empíricos convencionais, dirigidos por Mary Caprioli, relaciona medidas de desigualdade de gênero no âmbito nacional com variáveis estatais referentes a conflitos e segurança, com resultados estatisticamente significativos. A implicação evidente é a de que o sistema internacional pode apresentar maior ou menor grau de segurança dependendo da situação das mulheres dentro de suas unidades componentes.



**BURYING BABIES IN CHINA,**

Caprioli utiliza três medidas de igualdade de gênero — igualdade política (porcentagem de mulheres no parlamento e número de anos desde a obtenção do direito ao voto), igualdade econômica (porcentagem de mulheres na força de trabalho) e igualdade social (taxa de fertilidade) — para mostrar que os Estados com níveis mais elevados de igualdade de gênero nos campos social, econômico e político apresentam uma menor tendência a apoiar-se na força militar para resolver disputas internacionais<sup>28</sup>. Em outras palavras, Caprioli observou que uma maior igualdade de gênero torna um Estado menos propenso a ameaçar, demonstrar ou empregar a força ou iniciar uma guerra após envolver-se em uma disputa interestatal. Portanto, Caprioli assevera, uma política externa que vise a criar a paz deve concentrar-se em melhorar o *status* das mulheres como um meio para atingir tal fim.

Em um outro estudo, Caprioli e Mark Boyer examinaram o impacto da igualdade de gênero sobre a conduta de um Estado durante crises internacionais, situação em que há uma grande probabilidade de violência. Eles tinham como objetivo verificar se a igualdade de gênero tem algum impacto sobre a conduta estatal quando o emprego da violência é extremamente

*Enterrando bebês na China*, ilustração em *Wesleyan Juvenile Offering* (London: Wesleyan Mission House, March 1865), p. 40. O infanticídio feminino é um importante motivo de preocupação em várias nações, como a China e a Índia. Argumentou-se que o "baixo *status*" com o qual as mulheres são vistas em sociedades patriarcais gera a discriminação contra elas. (Imagem cedida por Wikimedia Commons)

provável. Sua pesquisa revelou que os Estados que exibem um elevado grau de igualdade de gênero, medido pela porcentagem de mulheres que integram o parlamento, também exibem menores níveis de violência em crises e disputas internacionais<sup>29</sup>. Analisando dados agregados ao longo de um período de 50 anos (1954-1994), eles observaram uma relação estatisticamente significativa entre o nível de violência em uma crise e a porcentagem de líderes do sexo feminino em cargos de autoridade.

Em geral, descobriram que os Estados com níveis mais elevados de igualdade de gênero na esfera política são menos propensos a envolver-se em pequenos confrontos, graves confrontos ou guerra no ambiente de alto risco de uma crise internacional. A pesquisa de Caprioli e Boyer constatou, ainda, que a igualdade



de gênero tem um efeito sobre a conduta de política externa de um Estado no sentido de reduzir a violência durante crises internacionais.

Esse conjunto e análise de dados indicam, fortemente, que a igualdade de gênero tem importância quando os Estados estão envolvidos em disputas interestatais ou em crises internacionais. Caprioli amplia essa literatura e observa uma relação semelhante, ligada à escalada de violência por um Estado. Os Estados com os níveis mais elevados de igualdade de gênero exibem, de maneira estatisticamente significativa, níveis mais baixos de agressão em disputas interestatais, sendo menos propensos a empregar a força primeiro<sup>30</sup>. Assim, Estados com níveis mais elevados de igualdade de gênero demonstram menor tendência a desferir o primeiro golpe e, mesmo quando atacados, apresentam menor probabilidade de intensificar o emprego da violência.

Praticamente o mesmo padrão foi constatado com respeito a incidentes intraestatais de conflito<sup>31</sup>. Caprioli também estudou o impacto da igualdade de gênero sobre os conflitos internos. Ela constatou que Estados com níveis mais elevados de igualdade de gênero são

Jovem recebe treinamento em um centro vocacional no Sudão do Sul, em 03 Ago 11, para tornar-se a primeira pedreira em sua comunidade. O centro, apoiado pela Oxfam — uma confederação internacional de organizações beneficentes focadas nos direitos humanos e na redução da pobreza global — está ajudando as mulheres a se inserirem em carreiras antes fechadas a elas, como pedreiras, mecânicas e eletricitistas. (Foto cedida por Wikimedia Commons)

menos propensos a sofrer conflitos internos. M. Steven Fish comentou: “O caráter repressivo e domínio incontestado [...] do homem nas relações entre homens e mulheres se reproduzem na sociedade mais ampla, criando uma cultura de poder, intolerância e dependência na vida social e política”<sup>32</sup>. Isso sugere que, embora decerto não seja o único fator importante, a promoção de um melhor tratamento das mulheres ajudaria a assegurar maior justiça social e paz e a prevenir conflitos internos em uma nação.

Buscando analisar abusos dos direitos humanos no âmbito interno das nações, Caprioli e Peter Trumbore criaram um indicador que engloba a desigualdade de gênero, a desigualdade étnica e a repressão política.

Descobriram que Estados caracterizados por normas de desigualdade de gênero e desigualdade étnica, assim como abusos dos direitos humanos, tendem mais a envolver-se em disputas interestatais militarizadas e violentas; a serem os agressores durante disputas internacionais; e a valer-se da força quando envolvidos em uma disputa internacional<sup>33</sup>.

David Sobek e seus coautores confirmam as conclusões de Caprioli e Trumbore de que normas nacionais centradas na igualdade e no respeito aos direitos humanos reduzem os conflitos internacionais<sup>34</sup>. Em outros trabalhos, lições de cenários de jogos também parecem demonstrar que normas de desigualdade e violência no âmbito nacional, incluindo entre os sexos, podem ajudar a “reproduzir” a violência no âmbito internacional<sup>35</sup>.

Em suma, esse conjunto de obras empíricas demonstra que a promoção de igualdade de gênero vai muito além da questão por vezes abstrata de fomentar a justiça social por ela em si, tendo importantes consequências práticas para a segurança internacional. Com efeito, ele indica, fortemente, que a segurança internacional não pode ser alcançada sem a igualdade de gênero. O *status* das mulheres, ao que parece, é um dos principais fatores sociais da segurança internacional.

De fato, talvez as reflexões de Samuel Huntington sobre o choque de civilizações entre as nações devam ser vistas como um choque entre civilizações de gênero, sendo o tratamento das mulheres uma importante marca de divisão entre civilizações<sup>36</sup>.

Em apoio a essa revisão conceitual, ainda que não estivessem pesquisando a conduta do Estado-nação em si, Ronald Inglehart e Pippa Norris analisaram atitudes psicológicas em relação às mulheres nas “civilizações” definidas mais tradicionalmente em termos de religião ou etnia. Constataram que, ao contrário da impressão popular, opiniões sobre a democracia e outros valores políticos não são tão diferentes assim entre, digamos, culturas islâmicas e cristãs. Entretanto, as posturas sobre a igualdade de gênero são extremamente divergentes, algo que os autores enxergam como evidência de que a conceituação de cultura, Estado-nação ou civilização precisa ser redefinida para incluir um componente de gênero. Além disso, identificaram fortes associações entre atitudes psicológicas sobre as mulheres e indicadores como a porcentagem de mulheres eleitas para o legislativo nacional<sup>37</sup>.

## Dados Específicos a Países em Relação às Mulheres – ou sua Ausência

Conforme os estudiosos e políticos começaram a reconhecer a importância da relação do *status* das mulheres com a estabilidade política e econômica e com a paz, índices sobre igualdade de gênero também assumiram maior importância. Apesar das diferentes concepções culturais sobre mulheres e suas vidas, alguns aspectos básicos podem ser avaliados em todas as partes do mundo, para determinar a segurança e o *status* de uma mulher em sua sociedade, e este último pode ser comparado entre nações. Segundo Martha Nussbaum, variáveis observáveis, como razões de sexo extremamente anormais favorecendo homens ou restrições que neguem às meninas o direito legal ou acesso à educação, podem ser comparadas entre nações para determinar crenças sobre o *status* dos gêneros, por estarem diretamente relacionadas ao *status* das mulheres e à segurança nacional<sup>38</sup>. Aplicamos essa mesma lógica para criar escalas para a comparação entre países, representando vários aspectos da segurança das mulheres, como uma etapa preparatória para a investigação de hipóteses derivadas da “tese sobre as mulheres e a paz”.

## Formulando uma Efetiva Metodologia de Pesquisa para Testar nossa Hipótese

A criação de escalas para uma análise comparativa requer dados confiáveis para analisar. Felizmente, já foram feitas várias compilações úteis de informações estatísticas sobre mulheres, baseadas em diferentes índices, as quais utilizamos para realizar comparações e análises estatísticas. Entre elas estão o WISTAT, banco de dados e indicadores estatísticos sobre a mulher, da ONU (aproximadamente 76 dados estatísticos); GenderStats (21 dados estatísticos); e o Projeto *Gender Gap*, do Fórum Econômico Mundial (33 dados estatísticos).

Além de indicadores estatísticos individuais, também foram feitas algumas tentativas louváveis para criar índices multivariáveis sobre o *status* das mulheres. Dois desses índices, criados em 1995, são a Medida de Empoderamento de Gênero (MEG) e o Índice de Desenvolvimento de Gênero (IDevG), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O novo IDG (Índice de Desigualdade de Gênero)

substitui tanto o IDevG quanto o MEG, mas apresenta alguns dos mesmos problemas de seus antecessores. Além do MEG e do IDevG, a base de dados sobre direitos humanos CIRI também desenvolveu três índices sobre os direitos das mulheres<sup>39</sup>.

O Índice de Desigualdade de Gênero (*Gender Gap Index*, ou GGI, na sigla em inglês) do Fórum Econômico Mundial (FEM) é o projeto mais ambicioso até a presente data entre os esforços para representar mais plenamente a situação das mulheres. O FEM desenvolveu oito escalas. A codificação para quatro delas é obscura (autoridade paterna x materna; poligamia; mutilação genital feminina; e a existência de leis que punam a violência contra mulheres). Contudo, a codificação das outras quatro escalas — participação e oportunidade econômica (cinco dados estatísticos); nível de instrução (quatro dados estatísticos); empoderamento político (três dados estatísticos); e saúde e sobrevivência (dois dados estatísticos) — contém a habitual meia dúzia de dados estatísticos, conforme citados, além de variações. Por exemplo, a escala “nível de instrução” examina diferenças entre homens e mulheres não apenas quanto à taxa de alfabetização, mas também quanto ao número de matrículas nos níveis de ensino primário, secundário e terciário. Todas as escalas evidenciam uma dependência persistente em informações facilmente quantificadas, excluindo informações qualitativas, que poderiam fornecer uma visão mais matizada sobre a situação das mulheres. O Índice de Desenvolvimento e de Gênero Africano, da Comissão Econômica para a África (CEA) das Nações Unidas, chega bem mais perto do nosso ideal de medidas qualitativas e quantitativas multifatoriais utilizadas como base para a criação de uma escala mais rica de comparação do *status* das mulheres entre países, mas foi aplicado a 12 nações subsaarianas apenas<sup>40</sup>.

Os pesquisadores que queiram estudar o impacto da desigualdade de gênero sobre a segurança e conduta estatal enfrentam, assim, um grave desafio. Existem, aproximadamente, entre seis e dez variáveis referentes às mulheres que são facilmente quantificadas e formam a base para a maioria das análises sobre sua situação no mundo atualmente. Contudo, para apresentar um programa de pesquisa que possa ligar, de maneira definitiva, a segurança das mulheres à segurança dos Estados, ficou claro para nós que seria preciso desenvolver melhores capacidades, para ir além dos limites de apenas informações que pudessem ser mais facilmente obtidas,

e incorporar não apenas dados estatísticos, como também informações qualitativas mais detalhadas.

Reconhecemos, então, que o programa de pesquisa empírica que queríamos conduzir exigia a criação dos meios pelos quais ele poderia ser efetivamente realizado. Para atender a essa necessidade, criamos o banco de dados WomanStats, que começou a compilar dados sobre mais de 320 variáveis referentes à segurança e situação das mulheres em 175 Estados, contendo, atualmente mais de 220 mil dados<sup>41</sup>. Novos pontos de dados são acrescentados todos os dias.

Tendo em vista as divergências que frequentemente existem entre a retórica, a lei e a prática, buscamos obter dados sobre os três aspectos de cada fenômeno em que estávamos interessados: lei; prática/costume; e informações estatísticas. Essa abordagem hoje permite que pesquisadores acessem dados úteis e confiáveis independentemente de seu método preferencial de investigação, seja quantitativo ou qualitativo. Pesquisadores de orientação quantitativa encontrarão dados estatísticos sobre a prevalência de práticas específicas tão facilmente quanto pesquisadores de orientação qualitativa poderão localizar relatos narrativos sobre as experiências e vidas das mulheres. Estamos aptos, assim, a oferecer uma fonte mais rica de dados para os pesquisadores que estejam insatisfeitos com indicadores relativamente superficiais e a capacitá-los a criar seus próprios índices.

Por exemplo, ao examinarmos o fenômeno da violência doméstica, colhemos dados não apenas sobre sua incidência e leis relevantes, mas também sobre os costumes e práticas a ela relacionados. Por exemplo, a violência doméstica é geralmente denunciada? Por que sim ou por que não? Qual é o grau de apoio da sociedade às vítimas da violência doméstica, com base, por exemplo, na existência de abrigos ou telefones de emergência? Como se determina a culpa em processos jurídicos relacionados à violência doméstica? Qual é a escala de punições para essa transgressão? A violência é, às vezes, sancionada pela cultura, como nos casos de “desobediência” de uma esposa ou filha? Existem diferenças regionais, religiosas ou étnicas na incidência de violência doméstica dentro da sociedade? Há outras barreiras à aplicação da lei, como baixas taxas de detenção e/ou condenação? No banco de dados WomanStats, há sete variáveis sobre violência doméstica; onze sobre o estupro; quinze sobre práticas relacionadas a casamentos; e assim por diante<sup>42</sup>.

## Resultados

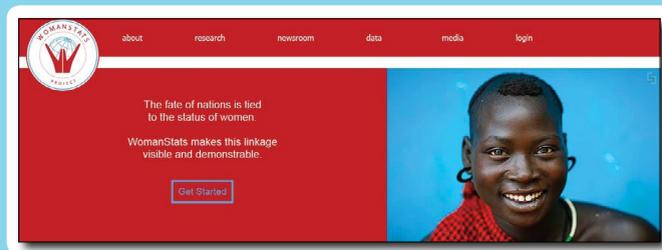
Uma metodologia que comparou e contrastou as análises de diversos bancos de dados forneceu evidências contundentes a favor de nossa hipótese. Apresentamos, adiante, um breve resumo de nossas conclusões<sup>43</sup>.

**A Segurança Física das Mulheres.** O primeiro grupo de hipóteses investigou se havia uma relação estatisticamente significativa entre nossos indicadores de segurança física das mulheres (PSOW, na sigla em inglês) e três variáveis dependentes: Índice Global da Paz (GPI, na sigla em inglês); Índice de Estados Preocupantes para a Comunidade Internacional (SOCIC, na sigla em inglês); e Índice de Relações com Países Vizinhos (RN, na sigla em inglês). As relações observáveis para esse primeiro grupo de hipóteses são extremamente significativas estatisticamente. Constatamos que a segurança física das mulheres, quer sua mensuração inclua ou não a realização da preferência por um filho homem por meio do infanticídio feminino ou do aborto seletivo por sexo, está fortemente associada ao caráter pacífico de um Estado; ao grau com o qual um Estado é preocupante para a comunidade internacional; e à qualidade das relações entre o Estado e seus vizinhos.

**Desigualdade no Direito de Família e Poligínia.** O segundo grupo de hipóteses investigou a relação entre direito de família; segurança das mulheres; e segurança do Estado, operacionalizada com os índices citados anteriormente (GPI, SOCIC, RN). Ao analisar o direito de família e as práticas relacionadas a questões como casamento, divórcio, guarda de filhos, herança e outras questões íntimas familiares, constata-se que eles podem atuar como um indicador que descreve até que ponto uma sociedade tem sido capaz de mitigar a hierarquia evolutiva de domínio masculino<sup>44</sup>.

Até o século XX, um direito de família injusto e favorável aos homens era a regra em praticamente todas as partes do mundo. Assistimos atualmente, no século XXI, a um verdadeiro espectro de sistemas de direito de família. Os sistemas variam de quase totalmente equitativos, de direito se não de fato, a praticamente intactos em relação a um milênio atrás.

Além disso, dedicamos especial atenção ao estudo dos efeitos da poligínia (várias esposas) nessa análise. Embora preliminares, os resultados de nosso trabalho de pesquisa parecem oferecer fortes evidências de que a poligínia tem um impacto extremamente negativo sobre a segurança do Estado.



## Banco de Dados WomanStats

WomanStats é um banco de dados sobre as mulheres em cada nação, utilizado para pesquisas acadêmicas e para servir de base para a formulação de políticas públicas (incluindo sua utilização tanto pela Comissão de Relações Exteriores do Senado dos EUA quanto por vários órgãos da ONU). O banco de dados fornece uma plataforma a partir da qual diferentes tipos de temas de investigação sobre as mulheres podem ser abordados. Os principais colaboradores de pesquisa do projeto definem seus programas de pesquisa segundo suas disciplinas e interesses.

Os principais colaboradores e codificadores de pesquisa exploram a relação entre a situação e segurança das mulheres e a dinâmica entre segurança, estabilidade e conduta do Estado. Abordam questões com as relacionadas a seguir:

- Os Estados com os maiores níveis de violência contra as mulheres apresentam um caráter menos pacífico, maior preocupação para a comunidade internacional e piores relações com Estados vizinhos?
- O nível de divergência de um Estado na aplicação de leis que protegem as mulheres está relacionado com a não conformidade com normas, tratados obrigações internacionais?
- A falta de equidade no direito de família está relacionada com a estabilidade do Estado?
- Os Estados com uma prevalência da poligínia também apresentam níveis mais elevados de violência contra as mulheres?
- O mundo islâmico é uniforme em seu tratamento das mulheres ou há diferenças marcantes conforme mensuradas por vários índices?
- Existe uma relação entre o grau de estrutura patrilinial de uma sociedade e as variáveis saúde, riqueza, governança, composição demográfica e *status* de conflito?

O banco de dados do Projeto WomanStats tem sido utilizado como uma fonte primária para uma ampla variedade de trabalhos publicados no campo da pesquisa empírica, que ligam a segurança das mulheres à segurança dos Estados. Esses trabalhos publicados constam das revistas *International Security*, *American Political Science Review*, *Journal of Peace Research*, *Political Psychology* e *Politics and Gender*. Para obter acesso à base de dados ou mais informações, acesse: <http://www.womanstats.org>.

Essa conclusão também é amplamente corroborada por pesquisas anteriores. Antropólogos observaram a instabilidade e violência intrínsecas das sociedades onde predomina a poliginia. Como afirmou Robert Wright: “A poliginia extrema frequentemente caminha de mãos dadas com uma hierarquia política extrema, alcançando seu ápice nos regimes mais despóticos”<sup>45</sup>. Laura Betzig, em um fascinante estudo empírico de 186 sociedades, constatou que a correlação entre a poliginia e o despotismo é estatisticamente significativa<sup>46</sup>. Antropólogos também identificaram uma correlação significativa entre a poliginia e a quantidade de conflitos em que as sociedades se envolvem<sup>47</sup>. Boone chega a propor que as sociedades polígamas têm maior propensão a conduzir guerras expansionistas como um meio de distrair os homens de baixo *status*, que podem ser deixados sem cônjuges<sup>48</sup>.

**Divergência entre a Legislação Estatal e a Prática Social em Relação às Mulheres.** Nossa análise pareceu apoiar a hipótese de que Estados que sejam indiferentes à aplicação das leis que protegem as mulheres em sua sociedade também sejam menos propensos a obedecer às normas internacionais com as quais tenham se comprometido. Podemos analisar essa questão examinando a associação entre “divergência entre a legislação estatal e a prática social em relação às mulheres”, de um lado, e a escala SOCIC, de outro. Uma comparação dos dados quantitativos nessa área mostra que os resultados são estatisticamente bastante fortes e significativos, o que respalda a observação de que os Estados que não se

importam com suas mulheres também costumam não se importar com os compromissos internacionais assumidos<sup>49</sup>.

## Conclusões da Pesquisa

Nossos resultados de pesquisa apontam para uma justificação empírica convencional para hipóteses que ligam a segurança das mulheres à segurança dos Estados. Há uma relação forte e estatisticamente significativa entre a segurança física das mulheres e três indicadores representando o relativo caráter pacífico



As evidências indicam que quanto maior for o papel das mulheres na governança, maior a probabilidade de que uma sociedade seja estável e pacífica. Além disso, as operações de paz requerem maior cooperação e sinergia entre o pessoal militar e não militar, muitos dos quais provavelmente serão mulheres, após um período de instabilidade envolvendo a violência. (Foto cedida pelo African Centre for the Constructive Resolution of Disputes [ACCORD])

dos Estados. Além disso, em testes comparativos com outros fatores explicativos convencionais, presumidamente relacionados com esses indicadores de segurança estatal — fatores que incluem grau de democracia, grau de riqueza e prevalência da civilização islâmica —, a segurança física das mulheres explica uma maior parte da variância nos mesmos três indicadores de segurança

estatal, tanto na análise bivariada quanto na análise multivariada. Além disso, podemos mostrar que outras práticas que indicam um baixo nível de segurança para as mulheres — sejam a prevalência da poligínia; a falta de equidade no direito de família e na prática, favorecendo os homens; ou uma grande divergência entre a legislação estatal e a prática social em relação às mulheres — também são associadas de maneira forte e significativa com uma menor pacificidade dos Estados.

Isso não quer dizer que a igualdade de gênero seja o único fator importante a ser considerado ou abordado. O que é possível afirmar, porém, é que é improvável que a desatenção à desigualdade de gênero gere resultados sustentáveis em paz ou segurança. Em seu discurso no evento TEDWomen, em 2010, a então Secretária de Estado Hillary Clinton afirmou: “Os EUA fizeram do empoderamento de mulheres e meninas um dos pilares de nossa política externa, porque a igualdade das mulheres não é apenas uma questão moral; não é apenas uma questão humanitária; não é apenas uma questão de justiça. É uma questão de segurança; é uma questão de prosperidade; e é uma questão de paz [...]. É de vital interesse para os Estados Unidos da América.” Com base nos resultados de nossas pesquisas e nos de outros, concordamos com esse parecer<sup>50</sup>. Acrescentamos que é preciso conduzir um número bem maior de análises empíricas antes que esses resultados possam ser considerados definitivos; mesmo assim, são provocantes e desafiantes até mesmo em sua forma preliminar.

## O que é a Segurança?

Os resultados descritos anteriormente nos levam a perguntar mais uma vez: o que constitui segurança? E como se pode obtê-la?

Afirmamos que as evidências indicam, fortemente, que quaisquer explicações sobre a segurança que não levem em consideração a violência contra as mulheres como um dos principais indicadores são incompletas. Constatamos a existência de uma relação forte e significativa entre a segurança física das mulheres e a pacificidade dos Estados. Também asseveramos que, quando as forças evolutivas que predisõem ao patriarcado violento não são controladas mediante o emprego da seleção cultural e aprendizagem social para atenuar a desigualdade sexual, modelos disfuncionais de violência e controle se difundem por toda a sociedade e se manifestam na segurança e conduta estatal.

Ao combinarmos nossos atuais resultados com os de iniciativas de pesquisa anteriores, não só não conseguimos refutar tal afirmação teórica com o uso de metodologias estatísticas agregadas convencionais para o teste de hipóteses, como encontramos maior justificativa empírica para tal afirmação do que para várias outras hipóteses já consagradas<sup>51</sup>.

Com base em nossos resultados, podemos imaginar novos temas de investigação para os estudos de segurança, consistindo em questões que só poderão ser levantadas se a ligação entre a segurança das mulheres e a segurança dos Estados for levada a sério. Por exemplo, o terrorismo é um tema que pode se beneficiar de uma análise de gênero: a poligamia leva a transtornos no mercado matrimonial, os quais também aumentam o apelo do terrorismo entre jovens rapazes sem esperança de casar-se um dia?<sup>52</sup> O *status* de sujeição das mulheres contribui para o crescimento de grupos terroristas que prometem maior igualdade para as mulheres, conforme observado em Sri Lanka e Nepal?

Da mesma forma, a demografia da segurança é um novo subcampo que, a nosso ver, deve incorporar o prisma de gênero: por exemplo, a realização da preferência por filhos do sexo masculino mediante o infanticídio feminino e o aborto seletivo por sexo é um fator que predis põe um Estado para a instabilidade e belicosidade?<sup>53</sup>

E como ficaria o mapa de Huntington se o redesenhassemos com base em diferenças relacionadas à segurança das mulheres, em vez de noções relativamente abstratas de supostos blocos providos de uma afinidade cultural? Veríamos um novo tipo ou definição de “civilização” ao olhar tal mapa? E ele possibilitaria maior entendimento sobre questões de identidade, conflitos e segurança do que o mapa original de Huntington? Por exemplo, os padrões de alianças seriam mais bem compreendidos com base na filiação a uma mesma “civilização de gênero”? A capacidade recém-observada das populações para aumentar seu ponto de referência de felicidade ao longo do tempo tem alguma ligação com a crescente segurança das mulheres naquelas nações?<sup>54</sup> E quais ramificações isso terá para a conduta estatal? No subcampo da análise de política externa, há diferenças observáveis nos processos e resultados decisórios dessa área em nações com níveis mais elevados de igualdade de gênero? O perfil psicológico típico e a orientação de política externa de dirigentes nacionais divergem entre países com níveis maiores ou menores de segurança para as mulheres?

## Para que Servem os Estados?

Se a segurança é o objetivo do Estado, nossos resultados indicam que, para entender e promover a segurança nacional e internacional, a situação e tratamento das mulheres não podem ser ignorados. Os Estados que melhoraram o *status* das mulheres são, de modo geral, demonstravelmente mais saudáveis, mais ricos, menos corruptos, mais democráticos, mais seguros e mais poderosos no cenário mundial do início do século XXI. É quase como se a sorte favorecesse mais aqueles Estados onde as mulheres estão mais seguras. Não acreditamos que isso seja uma coincidência.

Afirmamos, portanto, que questões relacionadas à influência da igualdade de gênero sobre a segurança estatal não diminuirão e sim crescerão em importância com o tempo, à medida que a população mundial e a competição por recursos aumentarem. Vemos, no atual sistema internacional, Estados onde a segurança das mulheres está gravemente comprometida ascenderem ao *status* de grandes potências. Não podemos deixar de pensar na ascensão da Índia e da China, onde faltam quase cem milhões de mulheres na população em decorrência do aborto seletivo por sexo, elevadas taxas de suicídio entre as jovens e outros sintomas de uma grande falta de segurança para as mulheres. A nosso ver, isso significa que o verdadeiro choque de civilizações no futuro talvez não seja, na verdade, nos moldes previstos por Huntington, mas ao longo das linhas de falha entre civilizações que tratam as mulheres como integrantes em pé de igualdade da espécie humana e civilizações que não podem ou não querem tratá-las dessa forma. Além disso, prevemos que haverá uma maior prevalência de conflitos entre e dentro de nações pertencentes a este último grupo.

## Da Teoria à Ação

Embora estejam profundamente arraigados na cultura de cada sociedade, os costumes relacionados ao tratamento das mulheres são passíveis de mudar. As mulheres obtiveram, recentemente, o direito ao voto e a candidatar-se a cargos políticos em países onde isso não lhes era permitido antes. As RCSNU 1325, 1820 e outras transformaram as práticas de manutenção da paz e resolução de conflitos no terreno. A aplicação mais rigorosa de leis contra o aborto seletivo por sexo tem reduzido anormalidades em razões de sexo ao nascer (RSN) em alguns países. Não há razão para nos

sentirmos impotentes ao identificarmos a insegurança da mulher como um importante fator na insegurança e conflitos estatais. Ao contrário, o reconhecimento de que a segurança das mulheres afeta a segurança dos Estados oferece aos formuladores de políticas um valioso objetivo na busca de maior paz e estabilidade no sistema internacional como um todo.

Na opinião de Potts e Hayden:

[Um] modo de reduzir o risco de violência é empoderar as mulheres e maximizar seu papel na sociedade. Essa é, quiçá, a lição mais profunda da adoção de uma perspectiva evolutiva sobre a guerra: o empoderamento das mulheres reduz o risco de conflitos violentos. Longe de ser o que alguns enxergam como apenas uma noção politicamente correta de filosofia feminista, o papel das mulheres em reduzir o risco de guerra é corroborado por rigorosos estudos e experiências históricas [...] As nações ocidentais contemporâneas têm uma grande oportunidade para tornar o mundo mais seguro e reduzir o terrorismo ao fazerem todo o possível para empoderar as mulheres que vivem em países onde tenham, atualmente, poucas opções e pouco ou nenhum poder político [...] No exterior, os EUA pregam a democracia e o livre mercado, mas demoram a contestar as restrições tradicionais tão cruelmente infligidas às mulheres em muitos países em desenvolvimento — restrições que as impedem de participar em pé de igualdade na vida política e econômica<sup>55</sup>.

## Implicações para as Forças Armadas

Voltando nossa atenção para a relevância prática dos resultados apresentados anteriormente para as Forças Armadas dos EUA, concluímos oferecendo a observação de que, em um mundo onde o alto-comando vem exortando os militares a se prepararem para “operações complexas”, um entendimento da frequentemente ignorada ou não reconhecida dinâmica de desigualdade sexual nas áreas operacionais deve ser uma consideração imprescindível no futuro.

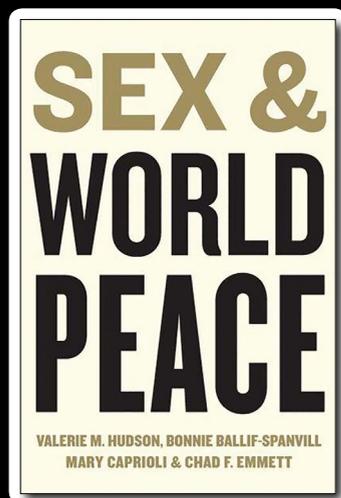
Primeiro, em praticamente todas as futuras contingências que possamos imaginar envolvendo os EUA, suas Forças Armadas provavelmente serão o principal veículo dos valores humanitários nacionais

utilizados para imprimir a estabilidade na fase de reconstrução das operações. Asseveramos que medidas vigorosas para promover a igualdade das mulheres nas populações como parte de tais operações de estabilização devem ser, de agora em diante, permanentemente reconhecidas como um componente-chave para o estabelecimento de uma estabilidade viável tanto em nações devastadas pela guerra quanto naquelas muitas vezes classificadas como nações em desenvolvimento. Em consequência, recomendamos, fortemente, a necessidade de incorporar na doutrina e instrução militar um requisito formal de promover o empoderamento das mulheres de modos apropriados nas populações como um objetivo principal em tais operações e nos exercícios conduzidos em tempos de paz junto a Forças Armadas estrangeiras de países que sofram os efeitos da extrema desigualdade entre homens e mulheres.

Segundo, o entendimento de nossas Forças Armadas sobre o ambiente onde atuam é incompleto sem o prisma de gênero. Ver como a tradição de pagamento à família da noiva e a poligínia criam condições

## MilitaryReview

# RECOMENDAMOS



### Sex & World Peace

Columbia University Press, 2012

Valerie M. Hudson,  
Bonnie Ballif-Spanvill,  
Mary Caprioli e  
Chad F. Emmett

Esse livro multidisciplinar examina a questão de tratamento desigual de gênero como um fator que tem uma influência decisiva na segurança mundial e, por extensão, no ambiente operacional. Incorpora perspectivas de estudiosos de Ciência Política, Geografia Cultural e Psicologia. Vale observar que ele fornece uma detalhada microanálise da dinâmica de questões de gênero em nações islâmicas.

A tese básica do livro é a de que o tratamento dispensado às mulheres é um componente importante, mas muitas vezes ignorado, dos assuntos internacionais e um sinal que pode ser correlacionado com a relativa estabilidade das sociedades, por estar ligado a condições propícias para a violência. Os autores argumentam que os graus de desigualdade de gênero na sociedade podem ser correlacionados com o grau de propensão para a violência, exploração humana e instabilidade social em geral. Afirmam, ainda, que essas normas de violência têm um impacto, proporcionalmente, em tudo, desde o crescimento populacional até a economia e tipo de regime.

Os autores discordam do acadêmico de Harvard Samuel Huntington (que afirmou que seria possível prever futuros conflitos com base em divisões culturais e religiosas) e asseveram, com base na pesquisa apresentada, que as futuras linhas de combate serão previstas por uma análise comparativa da desigualdade de gênero que atravessa divisões culturais e religiosas (ex.: quanto mais os Estados forem caracterizados pela desigualdade de gênero, maior a probabilidade de que eles empreguem a violência como um meio de resolver tanto as questões internas quanto as crises internacionais). Os autores afirmam, ainda, que, para serem confiáveis, os atuais e futuros estudos sobre segurança devem levar em consideração questões relacionadas à igualdade de gênero para explorar plenamente e tornar mais completa e compreensível a dinâmica do Estado e sistemas de segurança internacional em todos os níveis.

nas quais grupos de rebeldes podem recrutar bem mais facilmente é ver mais do que está acontecendo — e isso tem implicações estratégicas e operacionais. Ver que as mães são frequentemente as primeiras a notar quando seus filhos estão se radicalizando, sabem onde não deixar seus filhos brincarem devido ao perigo de materiais bélicos escondidos e preservam importantes evidências do massacre de seus entes queridos é entender que o que acontece com as mulheres está integralmente relacionado com os objetivos militares. Ver como nossas militares do sexo feminino são, muitas vezes, consideradas parte de um “terceiro gênero” nas culturas de clãs patrilineares, estando aptas, assim, a neutralizar os conflitos baseados no conceito de honra, que teriam ocorrido em confrontos entre homens, tem importância tática. Entender que não se pode estabilizar um local até que as mulheres se sintam seguras o suficiente para organizar a vida da comunidade por meio de suas tarefas diárias, provendo alimentos, água e combustível às famílias, é desenvolver um entendimento mais profundo das operações de estabilização. Ter consciência de gênero significa ser mais inteligente em um sentido militar.

Contudo, conforme está implícito na primeira observação feita acima, é vital que o empoderamento das mulheres não seja visto apenas como um meio para obter maior sucesso em operações militares — o que, de fato, é — mas também como um fim em si e uma das próprias marcas do êxito militar. As iraquianas afirmariam que, ao provocarem o retrocesso na causa das mulheres por meio de sua intervenção militar, os EUA

prejudicaram seus próprios objetivos militares naquele país, preparando o terreno para ameaças e instabilidade ainda piores. Está na hora de assumir maior realismo no pensamento militar — um realismo que reconheça a ligação bastante real entre a segurança das mulheres e a segurança de suas nações.

Muitas vidas e recursos foram perdidos na tentativa de exportar a democracia ou capitalismo de livre mercado, visando a relações internacionais menos conflitantes, com menos sucesso do que o esperado. As pesquisas sugerem, fortemente, que a exportação de normas de maior igualdade de gênero mostrará ser uma estratégia mais promissora e eficaz<sup>56</sup>. Essas normas de igualdade de gênero incluiriam não apenas a exigência de níveis mais elevados de segurança física para as mulheres, como também a forte promoção de equidade na lei (especialmente no direito de família), assim como paridade nos conselhos de decisão nacionais. ■

*Longos trechos deste artigo, assim como a figura, foram reproduzidos do capítulo 4 do livro Sex and World Peace, com a permissão de International Security, de Valerie M. Hudson, Mary Caprioli, Bonnie Ballif-Spanvill, Rose McDermott e Chad F. Emmett, “The Heart of the Matter: The Security of Women and the Security of States,” International Security 33, no. 3 (2008/2009): p. 7–45. Os autores observam que eles têm atualizado seus resultados e dado continuidade à sua pesquisa, atualmente sob o U.S. Army Research Laboratory e o U.S. Army Research Office por meio de Minerva Research Initiative, do Departamento de Defesa dos EUA, bolsa de pesquisa W911NF-14-1-0532.*

*Valerie M. Hudson, Ph.D., é professora e Catedrática George H. W. Bush na Bush School of Government and Public Service da Texas A&M University. Sua pesquisa se concentra na análise de política externa, estudos de segurança, gênero e relações internacionais e metodologia. Teve artigos seus publicados nas revistas International Security, Journal of Peace Research, Political Psychology e Foreign Policy Analysis, entre outras. É autora ou editora de vários livros, incluindo Bare Branches: The Security Implications of Asia’s Surplus Male Population, com Andrea Den Boer, o qual ganhou o prêmio American Association of Publishers Award de melhor livro na área de Ciências Políticas e o prêmio Otis Dudley Duncan Award para melhor livro na área de Demografia Social. Hudson foi incluída na lista “Top 100 Global Thinkers” de 2009, da revista Foreign Policy.*

*Bonnie Ballif-Spanvill, Ph.D., é professora emérita de Psicologia e foi a última diretora do Women’s Research Institute da Brigham Young University. Anteriormente, trabalhou durante 25 anos como professora e diretora de departamento no instituto de pós-graduação da Fordham University, no Lincoln Center, em Nova York.*

Suas publicações e trabalhos de pesquisa sobre a motivação e emoção humana lhe conferiram o status de sócia da *American Psychological Association*, em 1984, e da *Association for Psychological Science*, em 1987. Suas publicações abordam a violência doméstica entre gerações; o impacto de testemunhar a violência e a concepção de técnicas para aumentar a pacificidade. Publicou, também, uma antologia mundial de poemas por mulheres, revelando suas experiências com a violência e suas resilientes visões sobre a paz.

Mary Caprioli, Ph.D., é professora associada de Ciência Política e diretora do Programa de Estudos Internacionais na *University of Minnesota Duluth*. Pesquisa o papel que a desigualdade estrutural baseada em gênero desempenha no conflito político e na violência. Caprioli abriu uma linha pioneira de investigação acadêmica sobre a segurança das mulheres e a conduta nacional e internacional dos Estados, confirmando sua ligação usando uma metodologia quantitativa. Sua pesquisa se concentra, de modo geral, em estudos sobre conflito e segurança, incluindo a violência interestatal e intraestatal, e, mais especificamente, em avaliar o papel da desigualdade estrutural baseada em gênero em prever a violência.

Chad F. Emmett, Ph.D., é professor associado de Geografia na *Brigham Young University*. É doutor em Geografia pela *University of Chicago*. Especializou-se em Geografia Política e na Geografia do Oriente Médio e do Sudeste Asiático. Fala árabe e indonésio, tendo viajado e pesquisado amplamente em ambas as regiões. Seu primeiro livro, *Beyond the Basilica: Christians and Muslims in Nazareth*, examina as relações entre cristãos e muçulmanos na maior cidade árabe de Israel. Também é professor na *DePaul University*. Participou do projeto *WomanStats* desde seu início.

## Referências

1. Samuel P. Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (New York: Simon and Schuster, 1996).
2. Michael W. Doyle, "Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs", *Philosophy and Public Affairs* 12, no. 3 (Summer 1983): p. 205–35; Zeev Maoz e Bruce Russett, "Normative and Structural Causes of Democratic Peace, 1946–1986", *American Political Science Review* 87 (September 1993): p. 624–38; James Lee Ray, *Democracy and International Conflict: An Evaluation of the Democratic Peace Proposition* (Columbia, SC: University of South Carolina Press, 1995); Paul Huth e Todd Allee, *The Democratic Peace and Territorial Conflict in the Twentieth Century* (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003); Zeev Maoz, "The Controversy over the Democratic Peace: Rearguard Action or Cracks in the Wall?", *International Security* 22, no. 1 (Spring 2003): p. 162–98.
3. Thomas Homer-Dixon, *Environment, Scarcity, and Violence* (Princeton, NJ: Princeton University Press, 2001); Lael Brainard e Derel Chollet, eds., *Too Poor for Peace? Global Poverty, Conflict, and Security in the 21st Century* (Washington, DC: Brookings Institution, 2007).
4. Kofi Annan, "No Policy for Progress More Effective Than Empowerment of Women, Secretary-General Says in Remarks to Women's Day Observance", United Nations website, 8 March 2006, acesso em 28 fev. 2017, <http://www.un.org/News/Press/docs/2006/sgsm10370.doc.htm>.
5. Embora seja óbvio que os Estados são compostos de pessoas e que mulheres representam cerca da metade delas, essa perspectiva de "segurança humana" é, na verdade, relativamente nova nos estudos sobre segurança, os quais, tradicionalmente, trataram o Estado como uma abstração, em vez de um grupo de seres humanos. É por isso que o indivíduo que fez essa pergunta pôde enxergá-la como sendo algo totalmente coerente.
6. Valerie M. Hudson, Bonnie Ballif-Spanvill, Mary Caprioli e Chad F. Emmett, "The Heart of the Matter: The Security of Women and the Security of States", chap. 4 in *Sex and World Peace* (New York: Columbia University Press, 2012), fig. 4.1, p. 97.
7. Hudson et al., "Taking Wing", chap. 7 in *Sex and World Peace*.
8. Marilyn Brewer e Layton N. Lui, "Primacy of Age and Sex in the Structure of Person Categories", *Social Cognition* 7, no. 3 (1989): p. 262–74; Susan Fiske e Steven Neuberg, "A Continuum of Impression Formation, from Category-Based to Individuating Processes: Influence of Information and Motivation on Attention and Interpretation", *Advances in Experimental Social Psychology* 23 (1990): p. 1–74; Steven Messick e Diane Mackie, "Intergroup Relations", *Annual Review of Psychology* 40 (1989): p. 45–81.
9. Robert Kurzban, John Tooby e Leda Cosmides, "Can Race be 'Erased'? Coalitional Computation and Social Categorization", *Proceedings of the National Academy of Sciences* 98, no. 22 (2001): p. 15387–92.
10. Apud Andrew Stephen, "Hating Hillary", *New*

Statesman online, 22 May 2008, acesso em 28 fev. 2017, <http://www.newstatesman.com/north-america/2008/05/obama-clinton-vote-usa-media>.

11. Jacques Derrida, *Of Grammatology* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976); Jacques Derrida, *Writing and Difference* (London: Routledge, 1978).

12. Ramaswami Mahalingam, Jana Haritatos e Benita Jackson, "Essentialism and the Cultural Psychology of Gender in Extreme Son Preference Communities in India", *American Journal of Orthopsychiatry* 77, no. 4 (October 2007): p. 598–609. Reconhecemos que, em quase todas as sociedades, modernas ou históricas, as pessoas encontram formas de modificar o gênero a elas atribuído. Contudo, isso envolve uma minoria bem pequena de pessoas, sendo a designação de gênero, de modo geral, algo imutável para a vasta maioria dos integrantes de uma sociedade.

13. Joseph Lopreato, *Human Nature and Biocultural Evolution* (Boston: Allen and Unwin, 1984); Richard Wrangham e Dale Peterson, *Demonic Males: Apes and the Origins of Human Violence* (New York: Houghton Mifflin, 1996).

14. Sylviane Agacinski, *The Parity of the Sexes* (New York: Columbia University Press, 2001), p. 14.

15. Hudson et al., "When We Do See the Global Picture, We Are Moved to Ask How This Happened", chap. 3 in *Sex and World Peace*.

16. Hudson et al., "What Is There to See, and Why Aren't We Seeing It?", chap. 2 in *Sex and World Peace*; veja também Eva M. Rathgeber, "WID, WAD, GAD: Trends in Research and Practice", *Journal of Developing Areas* 24, no. 4 (1990): p. 489–502; Martha Chen, "A Matter of Survival: Women's Right to Work in India and Bangladesh", in *Women and Culture and Development: A Study of Human Capabilities*, eds. Martha Nussbaum e Jonathon Glover (Oxford, UK: Clarendon Press, 1992), p. 37–60; Jodi L. Jacobson, *Gender Bias: Roadblock to Sustainable Development* (Washington, DC: Worldwatch Institute, 1992); Amartya Sen, "Women's Survival as a Development Problem", *Bulletin of the American Academy of Arts and Sciences* 43 (1989): p. 14–29; Geeta Chowdhry e Sheila Nair, *Power, Postcolonialism, and International Relations: Reading Race, Gender and Class* (New York: Routledge, 2002).

17. Ricardo Hausmann, Laura D. Tyson e Saadia Zahidi, *The Global Gender Gap Report* (Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2007), acesso em 28 fev. 2017, [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GenderGap\\_Report\\_2007.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2007.pdf); Andrew D. Mason e Elizabeth M. King, *Engendering Development: Through Gender Equality in Rights, Resources, and Voice* (Washington, DC: The World Bank, 31 January 2001); John Hoddinott e Lawrence Haddad, "Does Female Income Share Influence Household Expenditure Patterns?", *Oxford Bulletin of Economics and Statistics* 57, no. 1 (2001): p. 77–97; veja também Hudson et al., "What Is There to See, and Why Aren't We Seeing It?", chap. 2.

18. Duncan Thomas, "Intrahousehold Resource Allocation: An Inferential Approach", *Journal of Human Resources* 25 (1990): p. 635–64; Duncan Thomas, Dante Contreras e Elizabeth Frankenberg, *Child Health and the Distribution of Household Resources at Marriage* (Los Angeles: RAND Corporation, March 1999), acesso em 28 fev. 2017, <http://www.rand.org/content/dam/rand/www/external/labor/FLS/IFLS/papers/distpow.pdf>; Mason e King, *Engendering Development*; Berta Esteve-Volart, "Sex Discrimination and Growth" (working paper, African Department, International Monetary Fund, Washington, DC, 2000), acesso em 28 fev. 2017, <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2000/wp0084.pdf>;

Shireen J. Jeebhoy, *Women's Education, Autonomy, and Reproductive Behavior: Experience from Developing Countries* (Oxford, UK: Clarendon Press, 1995); T. Paul Schultz, "Investments in the Schooling and Health of Women and Men: Quantities and Returns", *Journal of Human Resources* 28, no. 4 (1993): p. 694–725; Albino Barrera, "The Role of Maternal Schooling and Its Interaction with Public Health Programs in Child Health Production", *Journal of Development Economics* 32 (1990): p. 69–91; Lisa C. Smith e Lawrence Haddad, "Overcoming Child Malnutrition in Developing Countries", Food, Agriculture, and the *Environment Discussion Paper* 30 (Washington, DC: Food Policy Research Institute, 2000), acesso em 28 fev. 2017, <http://cdm15738.contentdm.oclc.org/utis/getfile/collection/p15738coll2/id/125413/fileName/125414.pdf>.

19. Daniel Kaufmann, "Challenges in the Next Stage of Anti-Corruption", in *New Perspectives in Combating Corruption*, eds. Daniel Kaufmann e Miguel Schloss (Washington, DC: Transparency International and the World Bank, 1998), p. 139–64, acesso em 28 fev. 2017, <http://siteresources.worldbank.org/INTWBIGOVANT-COR/Resources/challenges.pdf>.

20. Mason e King, *Engendering Development*.

21. Hudson et al., "What Is There to See, and Why Aren't We Seeing It?", chap. 2.

22. Inter-Parliamentary Union, "Politics: Women's Insight", acesso em 28 fev. 2017, <http://www.ipu.org/iss-e/women.htm>.

23. Swanee Hunt, "Let Women Rule", *Foreign Affairs* 86, no. 3 (May/June 2007): p. 10–20, acesso em 1 mar. 2017, <https://www.foreignaffairs.com/articles/2007-05-01/let-women-rule>.

24. Cynthia Enloe, *Bananas, Beaches, and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*, rev. ed. (Berkeley, CA: University of California Press, 2001); Jean Bethke Elshtain, *Women and War* (New York: Basic Books, 1987); Carol Cohn, "Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals", *Signs* 12, no. 4 (Summer 1987): p. 687–718; V. Spike Peterson, *Gendered States: Feminist (Re)Visions of International Relations Theory* (Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1992); V. Spike Peterson, "Gendered National: Reproducing 'Us' Versus 'Them'", in *The Women and War Reader*, eds. Lois Lorentzen e Jennifer Turpin (New York: New York University Press, 1998), p. 41–49; Christine Sylvester, *Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era* (New York: Cambridge University Press, 1994); Christine Sylvester, *Feminist International Relations: An Unfinished Journey* (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2001); Christine Sylvester, "'Progress' as Feminist International Relations", in *Critical Perspectives in International Studies*, eds. Frank P. Harvey e Michael Brecher (Ann Arbor, MI: University of Michigan Press, 2002), p. 150–67; J. Ann Tickner, *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security* (New York: Columbia University Press, 1992); J. Ann Tickner, *Gendering World Politics* (New York: Columbia University Press, 2001); J. Ann Tickner, "Hans Morgenthau's Principles of Political Realism: A Feminist Reformulation", *Millennium: Journal of International Studies* 17, no. 3 (1998): p. 429–40; Rebecca Grant e Kathleen Newland, *Gender and International Relations* (Bloomington: Indiana University Press, 1991); Jan Jindy Pettman, *Worlding Women: A Feminist International Politics* (New York: Routledge, 1996); Marysia Zalewski e Jane Papart, eds., *The "Man" Question in International Relations* (Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1998); veja também Francis Fukuyama, "Women and the Evolution of World Politics", *Foreign Affairs* 77, no. 5 (September/October 1998): p. 24–40, acesso em 1 mar. 2017, <https://www.foreignaffairs.com/articles/1998-09-01/women-and-evolution-world-politics>.

Uma nova geração dá continuidade a essa importante tradição. Veja, por exemplo Laura Sjoberg, ed., *Gender and International Relations: Feminist Perspectives* (New York: Routledge, 2009); Laura Shepherd, ed., *Gender Matters in Global Politics: A Feminist Introduction to International Relations* (New York: Routledge, 2010); Natalie Florea Hudson, *Gender, Human Security, and the United Nations: Security Language as a Political Framework for Women* (New York: Routledge, 2009), para citar apenas alguns trabalhos.

25. Swanee Hunt e Cristina Posa, "Women Waging Peace", *Foreign Policy* (May/June 2001): p. 38–47; Natalie Florea Hudson, "Securitizing Women and Gender Equality: Who and What Is It Good For?" (paper presentation, International Studies Association, Chicago, March 2007); veja também Peace Women website, acesso em 28 fev. 2017, <http://www.peacewomen.org>.

26. Veja, por exemplo, Lene Hansen, *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War* (New York: Routledge, 2006); Sandra Whitworth, *Men, Militarism, and UN Peacekeeping* (Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2004); Dubravka Zarkov, *The Body of War: Media, Ethnicity, and Gender in the Break-up of Yugoslavia* (Durham, NC: Duke University Press, 2007); Dyan Mazurana, Angela Raven-Roberts e Jane Parpart, eds., *Gender, Conflict, and Peacekeeping* (New York: Rowman and Littlefield, 2005); Sylvester, *Feminist International Relations*; Mary Caprioli, "Feminist IR Theory and Quantitative Methodology: A Critical Analysis", *International Studies Review* 6, no. 2 (2004): p. 253–69; veja também Mary Caprioli, "Making Choices", *Politics and Gender* 5, no. 3 (2009): p. 426–31.

27. M. Steven Fish, "Islam and Authoritarianism", *World Politics* 55, no. 1 (October 2002): p. 4–37.

28. Mary Caprioli, "Gendered Conflict", *Journal of Peace Research* 37, no. 1 (2000): p. 51–68.

29. Mary Caprioli e Mark A. Boyer, "Gender, Violence, and International Crisis", *Journal of Conflict Resolution* 45, no. 4 (2001): p. 503–18.

30. Mary Caprioli, "Gender Equality and State Aggression: The Impact of Domestic Gender Equality on State First Use of Force", *International Interactions* 29, no. 3 (2003): p. 195–214. Esses resultados foram reproduzidos por Erik Melander, "Gender Equality and Interstate Armed Conflict", *International Studies Quarterly* 49, no. 4 (2005): p. 695–714; veja também Monty G. Marshall e Donna Ramsey, "Gender Empowerment and the Willingness of States to Use Force", *Occasional Paper Series #2* (Vienna, VA: Center for Systemic Peace, 1999), acesso em 28 fev. 2017, <http://www.systemicpeace.org/vlibrary/CSP2GenderEmpowerment1999.pdf>.

31. Mary Caprioli, "Primed for Violence: The Role of Gender Inequality in Predicting Internal Conflict", *International Studies Quarterly* 49, no. 2 (June 2005): p. 161–78.

32. Fish, "Islam and Authoritarianism", p. 30.

33. Mary Caprioli e Peter F. Trumbore, "Human Rights Rogues in Interstate Disputes, 1980–2001", *Journal of Peace Research* 43, no. 2 (2006): p. 131–48; Caprioli e Trumbore, "Hierarchies of Dominance: Identifying Rogue States and Testing Their Interstate Conflict Behavior", *European Journal of International Relations* 9, no. 3 (2003): p. 377–406; Caprioli e Trumbore, "Ethnic Discrimination and Interstate Violence: Testing the International Impact of Domestic Behavior", *Journal of Peace Research* 40, no. 1 (2003): p. 5–23.

34. David Sobek, M. Rodwan Abouharb e Christopher G. Ingram, "The Human Rights Peace: How the Respect for Human

Rights at Home Leads to Peace Abroad", *Journal of Politics* 68, no. 3 (2006): p. 519–29.

35. Rose McDermott e Jonathan Cowden, "The Effects of Uncertainty and Sex in a Crisis Simulation Game", *International Interactions* 27, no. 4 (2002): p. 353–80; Dominic Johnson et al., "Overconfidence in Wargames: Experimental Evidence on Expectations, Aggression, Gender and Testosterone", *Proceedings of the Royal Society (Biology)* 273 (2006): p. 2513–20; Natalie B. Florea et al., "Negotiating from Mars to Venus: Gender in Simulated International Negotiations", *Simulation and Gaming* 34, no. 2 (2003): p. 226–48.

36. Huntington, *The Clash of Civilizations*. Para testar a explicação baseada em civilizações para o caráter pacífico de um Estado, é preciso identificar, primeiro, uma identidade particular associada com maiores níveis de conflito ou a falta de paz de um Estado. Nos primeiros anos do século XXI, a civilização islâmica — acertadamente ou não — foi acusada dessa dúbia distinção. Veja, por exemplo, Lee Harris, *Civilization and Its Enemies: The Next Stage of History* (New York: Free Press, 2004); Norman Podhoretz, *World War IV: The Long Struggle Against Islamofascism* (New York: Doubleday, 2007); Oriana Fallaci, *The Force of Reason* (London: Rizzoli, 2006). O próprio Huntington faz uma referência específica às "fronteiras sangrentas" do Islã.

37. Ronald Inglehart e Pippa Norris, "The True Clash of Civilizations", *Foreign Policy* 135 (March/April 2003): p. 63–70, acesso em 1 mar. 2017, <http://foreignpolicy.com/2009/11/04/the-true-clash-of-civilizations/>; Inglehart e Norris, *Rising Tide: Gender Equality and Cultural Change Around the World* (New York: Cambridge University Press, 2003).

38. Martha Nussbaum, *Women and Human Development: The Capabilities Approach* (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000); Nussbaum, "Human Capabilities, Female Human Beings", in *Women, Culture, and Development*, eds. Martha Nussbaum e Jonathon Glover (New York: Oxford University Press, 1995), p. 61–104.

39. David L. Cingranelli e David L. Richards, "The Cingranelli-Richards (CIRI) Human Rights Data Project", versão 2006.10.02, <http://www.humanrightsdata.com>.

40. United Nations Economic Commission for Africa, "The African Gender and Development Index", 2005, acesso em 28 fev. 2017, [http://www.uneca.org/eca\\_programmes/acgd/publications/agdi\\_book\\_final.pdf](http://www.uneca.org/eca_programmes/acgd/publications/agdi_book_final.pdf).

41. Mary Caprioli et al., "The WomanStats Project Database: Advancing an Empirical Research Agenda", *Journal of Peace Research* 46, no. 6 (November 2009): p. 839–51.

42. WomanStats Project, acesso em 1 mar. 2017, <http://www.womanstats.org>. Os dados são de livre acesso a qualquer pessoa com uma conexão de internet, facilitando assim a pesquisa sobre essas questões em âmbito mundial. A contribuição de dados via *upload* remoto também é possível para fontes aprovadas e credenciadas. Uma boa explicação básica sobre a regressão logística polinômica, às vezes denominada regressão ordinal, consta de Marija Norusis, "Ordinal Regression", in *IBM SPSS Statistics 19 Advanced Statistical Procedures Companion* (New York: Prentice Hall, 2010), p. 69–89, acesso em 1 mar. 2017, [http://www.norusis.com/pdf/ASPC\\_v13.pdf](http://www.norusis.com/pdf/ASPC_v13.pdf); Richard Williams, "Statistics II: Ordered Logit Models—Overview" (South Bend, IN: Department of Sociology, University of Notre Dame, 21 February 2015), acesso em 1 mar. 2017, <https://www3.nd.edu/~rwilliam/stats3/L11.pdf>.

43. Hudson et al., "The Heart of the Matter", chap. 4.

44. Valerie M. Hudson e Donna Lee Bowen, "Family Law, Violence Against Women, and State Security: The Hajnal-Hartman Thesis and the Issue of Legal Enclaves" (apresentação, International Studies Association, New Orleans, 17–20 fev. 2010).
45. Robert Wright, *The Moral Animal* (New York: Vintage, 1995), p. 98.
46. Laura Betzig, *Despotism and Differential Reproduction: A Darwinian View of History* (New York: Aldine de Gruyter, 1986).
47. Marvin Harris, "The Evolution of Human Gender Hierarchies", in *Sex and Gender Hierarchies*, ed. Barbara D. Miller (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1993), p. 57–79.
48. James L. Boone, "Noble Family Structure and Expansionist Warfare in the Late Middle Ages: A Socioecological Approach", in *Rethinking Human Adaptation: Biological and Cultural Models*, eds. Rada Dyson-Hudson e Michael A. Little (Boulder, CO: Westview, 1983), p. 79–96.
49. Hudson et al., "The Heart of the Matter", chap. 4., app. B, table B.15.
50. Hillary Clinton, "Remarks at the TEDWomen Conference" (discurso, Ronald Reagan Building, Washington, DC, 8 dec. 2010), acesso em 1 mar. 2017, <https://www.techwomen.org/press-release/remarks-at-the-tedwomen-conference>.
51. Johnson et al., "Overconfidence in Wargames"; Caprioli, "Gendered Conflict"; Caprioli, "Primed for Violence"; Caprioli, "Gender Equality and State Aggression"; Melander, "Gender Equality and Interstate Armed Conflict"; Sobek, Abouharb, and Ingram, "The Human Rights Peace".
52. Bradley A. Thayer e Valerie M. Hudson, "Sex and the Shah-eed: Insights from the Life Sciences of Islamic Suicide Terrorism", *International Security* 34, no. 4 (Spring 2010): p. 37–62.
53. Valerie Hudson e Andrea Den Boer, *Bare Branches: The Security Implications of Asia's Surplus Male Population* (Cambridge, MA: MIT Press, 2004).
54. Ronald Inglehart et al., "Development, Freedom, and Rising Happiness: A Global Perspective (1981-2007)", *Perspectives on Psychological Science* 3, no. 4 (2008): p. 264–85.
55. Malcom Potts e Thomas Hayden, *Sex and War* (Dallas: BenBella Books, 2008), p. 25–26, p. 197, p. 301.
56. *Ibid.*, p. 14–15, p. 329, p. 369.



Mulheres sírias feridas chegam a um hospital de campanha após suas casas terem sido atingidas por um ataque aéreo na cidade de Azaz, nos arredores de Aleppo, Síria, 15 Ago 12. (Foto de Khalil Hamra, Associated Press)

# Lidando com a Presença de Mulheres Não Combatentes na Área de Operações Como Incorporar a RCSNU 1325 no Ambiente Operacional



*Master Sergeant Vince Lowery, Exército dos EUA*

**Nota do Editor:** *Este trabalho recebeu a segunda colocação no concurso de artigos de 2016 da publicação NCO Journal, sendo uma versão resumida do original publicado on-line.*

Quando os militares se preparam para serem enviados para uma zona de conflito, é lógico que devam aprender o máximo possível sobre a área onde vão operar. O inimigo já tem a vantagem de “mando de campo”; é recomendável que se busque minimizá-la aprendendo o máximo possível sobre o local e o povo que o habita. Além disso, é fundamental aprender mais sobre o poder cada vez maior de grupos não estatais; a crescente importância de organizações multinacionais; e o mutável conjunto de aliados e nações parceiras, os quais podem estar envolvidos nas operações para seus próprios fins — e sobre como cada um desses atores afeta os ambientes operacionais e aumenta sua complexidade.

Para sua desvantagem, o Exército dos EUA precisa permanecer adaptável para combater ao longo de todo o espectro geográfico mundial, o que significa que ele é obrigado a adestrar-se de um modo genérico, quando não houver uma ameaça ou alvo específico. Portanto, haverá pouco tempo para conduzir treinamentos sobre áreas geográficas específicas e familiarizar a força com determinadas culturas à medida que forem surgindo contingências. Contudo, mesmo diante de tantas incógnitas, a experiência tem demonstrado que se pode contar com o surgimento de algumas constantes como fatores durante a maioria das operações previstas. É possível antevê-las, e nossas forças devem se preparar para lidar com elas. Entre elas, há algumas que não foram plenamente reconhecidas até um período relativamente recente.

Uma dessas constantes subestimadas anteriormente é a influência que as mulheres não combatentes que habitam a área operacional exercem sobre o êxito ou insucesso das operações. A experiência mostra que saber o que a população de uma nação anfitriã (jovens ou idosos, membros da maioria ou minoria, homens ou mulheres) realmente quer para seu próprio Estado ou país é essencial para entender uma sociedade. Quando fatores de etnia, raça ou gênero são considerados e incluídos durante o processo de planejamento, o resultado da missão pode ser consideravelmente afetado<sup>1</sup>. Considerando esse contexto, nos últimos 17 anos de contínuo envolvimento dos EUA em missões

de conflito ou estabilização, um crescente cabedal de conhecimentos extraídos da experiência prática e pesquisas organizadas tem revelado que o êxito final das operações de estabilização depende, em grande parte, do *status* das mulheres na área de operações. Ao que parece, quanto mais atenção for dada à situação das mulheres durante as operações de estabilização e quanto mais elas forem incluídas nas instituições de governança de uma sociedade após um conflito, mais provável será o êxito da estabilização<sup>2</sup>. Em contrapartida, quanto menos o bem-estar e interesses das mulheres forem incorporados nas ações de estabilização programadas, menor será a probabilidade de sucesso.

O conhecimento sobre a dinâmica que esses fatores acabam exercendo no planejamento operacional pode contribuir aos esforços das forças dos EUA em prevenir que sociedades se tornem Estados Falidos e pode aumentar a capacidade dessas sociedades para se tornarem nações prósperas e governáveis, capazes de se proteger contra novas ameaças.

Portanto, uma importante consideração a ser feita durante o planejamento operacional diz respeito a minimizar a falta de atenção dada a segmentos vulneráveis, como mulheres e crianças, que normalmente representam mais que a metade da população de uma sociedade. Historicamente, as Forças Armadas não costumam incluir fatores relacionados a segmentos vulneráveis durante o planejamento, execução e avaliação de operações. Pesquisas realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) demonstram que a maioria das Forças Armadas tende a pensar que essas questões não devem ser discutidas até que cesse o combate<sup>3</sup>. Contudo, uma análise crítica de operações de estabilização passadas parece ressaltar que essa linha de raciocínio não é lógica para a prevenção de futuros conflitos ou êxito da missão operacional.

Assim, em marcante contraste com metodologias de planejamento anteriores, o considerável efeito que segmentos populacionais vulneráveis — dos quais as mulheres representam uma grande parte — podem ter sobre o combate deve ser considerado no planejamento e monitorado durante toda a campanha. Uma forma de examinar essas questões operacionais, que vem ganhando destaque devido às suas contribuições ao êxito na execução da missão, é a incorporação, no planejamento, da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (RCSNU) 1325 sobre Mulheres, Paz e Segurança (MPS).



O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova unanimemente a Resolução 1325 em 31 Out 2000 na Sede da ONU em Nova York, instando a ampliação do papel das mulheres em prevenir conflitos, promover a paz e assistir na reconstrução pós-conflito nas operações da ONU. A RCSNU 1325 incentiva que todos os atores envolvidos adotem uma perspectiva de gênero ao negociarem e implementarem acordos de paz, conclamando todas as partes em conflitos armados a respeitarem plenamente as leis internacionais aplicáveis aos direitos humanos de mulheres e meninas como civis e refugiadas. (Foto de Milton Grant, ONU)

## Um Breve Histórico sobre a RCSNU 1325

Em 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou a Resolução 1325, reconhecendo, formalmente, como os conflitos afetam mulheres e crianças de maneira diferente que aos homens<sup>4</sup>. Consiste em um arcabouço jurídico que enfoca não apenas o desconhecido impacto da guerra sobre as mulheres, como também o papel decisivo que elas devem desempenhar e, de fato, desempenham na gestão e resolução de conflitos e paz sustentável. São relacionadas a seguir algumas das principais ações constantes da resolução:

- ◆ maior representação das mulheres em processos decisórios relacionados à resolução de conflitos, paz e segurança;
- ◆ melhor proteção das mulheres durante conflitos armados, segundo o direito internacional humanitário;

- ◆ especial atenção ao bem-estar e papéis das mulheres em busca da justiça e desarmamento pós-guerra, desmobilização, reabilitação e reintegração de refugiados;

- ◆ estímulo aos Estados-membros no sentido de aumentarem consideravelmente seu apoio a iniciativas para integrar as mulheres durante a paz, protegê-las durante o conflito e oferecer treinamento sensível à dimensão de gênero.

Em 2011, o Presidente Barack Obama assinou a Ordem Executiva 13595, “Instituting a National Action Plan on Women, Peace, and Security” (“Instituição de um Plano de Ação Nacional sobre Mulheres, Paz e Segurança”)<sup>5</sup>. Esse plano de ação nacional representa “contínuos esforços no âmbito de todo o governo para explorar recursos diplomáticos, de defesa e de desenvolvimento norte-americanos para ampliar a participação

das mulheres em processos de paz e prevenção de conflitos, proteger mulheres e meninas contra a violência de gênero e ajudar a assegurar-lhes igual e pleno acesso a recursos de assistência e recuperação”<sup>6</sup>.

Em agosto de 2013, o Subsecretário Adjunto de Defesa para a Política de Estado de Direito e Detentos, em coordenação com o Vice-Diretor para Estratégias de Parceria da Diretoria de Planejamento e Política Estratégica, elaborou um guia de implementação orientando todos os órgãos do Departamento de Defesa a incorporar os conceitos em seus programas e políticas<sup>7</sup>. Embora esteja sendo revisado, para ser alinhado com o atual plano de ação nacional, o guia é útil para transmitir o espírito e a intenção da diretriz em via de publicação.

Atualmente, os militares — em particular, os que estejam servindo nos escalões brigada ou subordinados — podem achar que o conceito de considerar uma perspectiva de gênero e integrá-la no planejamento, execução e avaliação de todas as operações vai além do escopo do que eles precisam saber a fim de conduzir a guerra no terreno; ou que ela está fora de sua alçada, destinando-se apenas aos planejadores no nível estratégico ou político. Contudo, o caráter cada vez mais estratégico da área de operações, que resultou da globalização das mídias sociais, hoje faz com que seja imperioso que todos os militares — especialmente os sargentos e oficiais subalternos que tenham o contato mais próximo e direto com as pessoas em tal área — desenvolvam uma familiaridade e sensibilidade bem maiores em relação a como a dinâmica social decorrente do tratamento das mulheres afeta o êxito das missões. Portanto, considerando que os sargentos e oficiais subalternos conduzem patrulhas que alimentam com informações o quadro geral de Inteligência, a cultura de planejamento operacional precisa mudar juntamente com os elementos essenciais de informação, que devem ser adaptados de modo a incluir observações sobre a evolução do *status* das mulheres na área operacional.

Da mesma forma, os oficiais superiores e graduados mais antigos que analisam os dados obtidos também precisam obter conhecimento e um entendimento bem mais sofisticado sobre como as questões e tratamento das mulheres afetam as operações de estabilização, para certificar-se de que as tropas que conduzem os patrulhamentos estejam buscando as informações certas de todas as fontes relevantes. Sem a

necessária mudança nesse processo de busca e entendimento, as tropas continuarão, quase sempre, a utilizar as mesmas metodologias da unidade anterior para explorar fontes de informações, que podem não estar descrevendo um cenário correto de Inteligência sobre o que está realmente acontecendo. Embora os métodos para controlar e explorar fontes treinadas possam ser uma técnica comprovada para servir a um fim específico, essa técnica talvez não aproveite observações e opiniões ricas em dados de Inteligência fornecidas por um habitante comum, incluindo observações oriundas dos segmentos vulneráveis da população, com os quais os militares tenham contato como parte de seu esforço mais amplo de Inteligência. Assim, o cenário de Inteligência elaborado apenas com base em fontes treinadas pode ser distorcido, extremamente tendencioso e significativamente incompleto.

É possível fazer uma analogia com a situação de um investigador que tenta obter informações das testemunhas de um crime. Todas elas apresentarão declarações necessariamente distintas sobre o ocorrido porque suas perspectivas são diferentes. Suas experiências de vida e criação (que é algo socialmente construído) influenciarão sua interpretação sobre o que viram. Não importa quantas vezes um investigador interrogue uma testemunha, é bem provável que a resposta mude muito pouco em relação à declaração inicial. Seria tolice crer que os civis presentes em zonas de conflito sejam diferentes de qualquer outro tipo de testemunha.

Além disso, cabe ressaltar que — com um foco um pouco diferente em relação a certos aspectos da busca de Inteligência, referentes ao contato direto com segmentos vulneráveis e obtenção de informações sobre eles — os sargentos desempenharão um papel cada vez maior no processo do estado-maior em todos os níveis da organização. Isso porque as decisões e ações nos escalões superiores não podem ser executadas com êxito a menos que apoiadas na busca de informações e execução de ações pelos graduados nos níveis tático e operacional.

## Introdução de MPS às Tropas

A fim de incorporar o foco em segmentos vulneráveis da população na cultura de planejamento do I Corpo de Exército (*I Corps*), foram incluídas novas técnicas de Inteligência e análise no Exercício *Talisman Saber 2015* (*TS 15*). O *TS 15* é um adestramento bienal



Mulher palestina discute com policial de fronteira israelense durante protesto contra assentamentos judeus na aldeia de Nabi Saleh, na Cisjordânia, perto da cidade palestina de Ramallah, 04 Set 15. (Foto de Mohamad Torokman, Reuters)

combinado, destinado a adestrar tropas australianas e norte-americanas no planejamento e condução de operações de Força-Tarefa Combinada. Foi o primeiro exercício conjunto e combinado em que o U.S. Pacific Command, e mais especificamente o *I Corps*, teve de integrar a perspectiva de gênero em apoio à RCSNU 1325. A designação, pela Austrália, da integração da agenda MPS como terceiro objetivo do adestramento foi o que motivou essa inclusão.

Em abril de 2015 (três meses antes do Exercício), o *I Corps* formou uma equipe de três pessoas para possibilitar o cumprimento do objetivo do adestramento relacionado à integração da agenda MPS. O Subchefe do Estado-Maior (G-9) indicou um graduado mais antigo do sexo masculino, da área de Assuntos Cíveis, para servir como representante interno do *I Corps* e dar continuidade ao programa. Esse graduado deu apoio a uma funcionária terceirizada, especializada

na dimensão de gênero, que atuou como principal assessora do Comandante do *I Corps* com respeito a essa área<sup>8</sup>. A terceira integrante da equipe era uma oficial superior, também da Área de Assuntos Cíveis, do componente da Reserva, com vários anos de experiência no campo de estudos de gênero.

Em seus comentários iniciais durante a “semana acadêmica” do exercício, dedicada a aspectos teóricos, o Comandante do *I Corps* mencionou a importância do aspecto de MPS para o êxito da missão e falou da necessidade de incorporar a RCSNU 1325, relativa a esse assunto, durante o adestramento. Embora quase todos os militares que iam apoiar o exercício houvessem escutado essas observações, a diretriz teve pouco impacto, porque a maioria deles não sabia do que se tratava ou como aplicar seus conceitos. Isso se tornou evidente na semana seguinte, durante a fase preparatória do exercício (exercício preparatório, ou RAMPEX,

na sigla em inglês). A principal observação da equipe foi a de que a maioria dos integrantes do *I Corps* (com exceção da seção de planejamento do estado-maior principal do exercício) não tinha o menor conhecimento da RCSNU 1325, do conceito de integração de perspectiva de gênero ou de suas interações no exercício. Isso ocorreu apesar da apresentação de um módulo de instrução sobre o tema pela funcionária terceirizada uma semana antes<sup>9</sup>.

## Principais Lições Aprendidas

Para que qualquer adestramento tenha êxito, é preciso manter certos padrões. Um deles é cobrar resultados, especialmente no treinamento sobre um novo conceito no planejamento e operações militares. Uma das principais atribuições de um graduado ou oficial é manter e impor o cumprimento de padrões. Caberia aos chefes de seções do estado-maior principal (coronéis) e seus graduados mais antigos no escalão Corpo de Exército fazer com que seus subordinados entendessem os conceitos básicos sobre as considerações de gênero e sobre a incorporação da RCSNU 1325.

Além disso, novos conceitos, como o da incorporação da perspectiva de gênero, devem ter o apoio de toda a cadeia de comando. Sem o apoio do comando, desde o general até o comandante de fração, é pouco provável que as unidades levem o conceito de perspectiva de gênero como uma efetiva consideração no planejamento.

Outras observações feitas durante o RAMPEX mostraram que havia grande confusão e resistência entre os integrantes do estado-maior com respeito à incorporação da agenda MPS. A maior resistência à sua inclusão foi apresentada por aqueles com um menor entendimento sobre o assunto, o que estava correlacionado com os que estavam satisfeitos com o modo pelo qual já vinham conduzindo o planejamento e operações. Os poucos que realmente compreenderam o conceito de incorporação de uma perspectiva de gênero estavam propensos a incluí-la em suas operações e dispostos a solicitar informações adicionais sobre como poderiam melhor integrá-la.

Uma iniciativa que teve êxito durante o RAMPEX foi a criação de um Procedimento Operacional Padrão (POP) para quando os soldados fossem expostos a violações dos direitos humanos, especificamente o tráfico de pessoas e a violência sexual e de gênero. O memento produzido, chamado “Soldier’s Card”

(“Cartão do Soldado”), foi utilizado posteriormente por um dos principais comandos subordinados durante o exercício. A unidade se viu diante de uma situação em que crianças pequenas estavam sendo retiradas clandestinamente do país para serem escravizadas sob o pretexto de que um “tio” as estava levando para sua família em um campo de pessoas deslocadas. Por terem se dado ao trabalho de ler o POP, que lhes deu uma ferramenta para identificar uma situação dessas, os militares foram capazes de reconhecer o que estava realmente acontecendo, deter o traficante de pessoas e devolver as crianças aos seus pais.

**Agenda MPS no exercício.** Durante os dois ou três dias anteriores ao início do exercício, a equipe de MPS priorizou incorporar a perspectiva de gênero nas operações correntes, assim como mentorear indivíduos selecionados como pontos de contato subordinados, encarregados desse tema no escalão Divisão<sup>10</sup>. Depois que o exercício teve início, as atividades diárias do ciclo de operações não deixaram um tempo dedicado para dar continuidade à instrução das tropas sobre o assunto. Da ótica de uma análise pós-ação, a equipe deveria ter aproveitado oportunidades informais para instruir o pessoal durante o exercício, possivelmente treinando indivíduos ou seções durante breves intervalos ou criando curtas “mensagens-chave” e alternando-as com anúncios relativos ao moral, recreação e bem-estar nas telas de televisão das salas de descanso. Além disso, um treinamento sobre a RCSNU 1325 e a integração da perspectiva de gênero deveria ter sido criado ou determinado para aqueles que não houvessem participado da instrução em sala de aula, como os oficiais de ligação e os soldados dos principais comandos subordinados, muitos dos quais nem estavam cientes de que havia um objetivo de adestramento ligado à agenda MPS.

Na avaliação geral da equipe no meio do exercício, a maioria dos oficiais do Estado-Maior do *I Corps* ainda não tinha sido devidamente instruída sobre o conceito de MPS. Essa deficiência foi agravada pelo fato de não exigirem que os participantes do exercício assistissem a um curso de familiarização de 20 a 60 minutos no *site Joint Knowledge Online* — conforme havia estipulado a ordem de operações nas instruções de coordenação. Garantir a participação no curso teria proporcionado à toda a força um entendimento básico do que era a agenda MPS e por que a unidade estava incorporando a RCSNU 1325 em sua missão.

**Diferentes divisões, diferentes posturas.** No *I Corps*, designado como comando do componente terrestre das forças combinadas (CFLCC), havia duas Divisões de Infantaria designadas que demonstraram níveis de proficiência extremamente diferentes na incorporação da RCSNU 1325. A primeira não fez quase nada com respeito à inclusão da agenda MPS. Trocas de *e-mails* deixaram evidente que ela não ia priorizar sua implantação. A tarefa de inclusão foi atribuída a uma oficial australiana que recebeu poucas orientações e nenhum meio para efetivamente comunicar-se com a equipe do *I Corps*. Não apenas não incorporaram a agenda MPS, como também não treinaram efetivos que pudessem garantir sua continuidade em futuras operações e exercícios, como o *TS 17*, em que a Divisão atuará como o CFLCC.

A outra Divisão cumpriu o que era esperado pelo Departamento de Defesa, em conformidade com o guia de implementação. Essa Divisão nomeou um assessor de gênero, que leu o anexo do CFLCC sobre o tema e utilizou-o como um guia, estabelecendo os necessários relatórios, sistemas e diretrizes para as unidades subordinadas, o que levou a uma efetiva integração da perspectiva de gênero na Divisão.

A primeira delas é uma Divisão de Infantaria da ativa do Exército dos EUA. A meu ver, institucionalizou-se com décadas de execução da metodologia de planejamento militar, aprisionada em uma monótona rotina de condução das mesmas operações ano após ano. Seus integrantes treinam continuamente para os mesmos exercícios, que utilizam os mesmos materiais de planejamento usados por seus antecessores. Todos os seus objetivos se baseiam nas mesmas diretrizes de treinamento, que mudam muito pouco em relação ao ano anterior. Seu adestramento não pode basear-se em uma missão específica; deve abarcar uma ampla gama de missões, porque eles devem estar aptos a responder a ameaças em qualquer parte do mundo. Eles seguem a mesma rotina porque ela funciona e, por isso, decidem não modificá-la por medo de que novos conceitos os tirem de sua “zona de conforto”. Ocorre o mesmo com muitas outras unidades de Infantaria do Exército atualmente.

A outra grande unidade, uma Divisão de Infantaria da Guarda Nacional do Exército, não conduziu o planejamento com a mesma postura da Divisão da ativa. Minha observação é que a Guarda Nacional é um conglomerado de militares profissionalmente treinados que

também são civis. Seu treinamento também é direcionado por meio de diretrizes e de uma lista de tarefas essenciais à missão como a de seus colegas da ativa. Contudo, têm um tempo bastante limitado para o treinamento, o que resulta em uma diferente escala de prioridades. Pelo que pude observar, o foco de seu treinamento estava voltado à certificação da unidade para o desdobramento e ao cumprimento dos objetivos estabelecidos para o *TS 15* que os certificaria. Evidentemente, um desses objetivos era a incorporação da agenda MPS.

Embora os ambientes sejam distintos para todos os militares, creio que, em geral, a mentalidade do militar da ativa é diferente da mentalidade de alguém que passa a maior parte de sua carreira profissional trabalhando na iniciativa privada. A meu ver, os militares que interagem com o meio empresarial civil podem ser mais adaptáveis e abertos a mudanças. As empresas do segmento civil têm de adaptar-se às constantes mudanças de opinião e perfil demográfico para continuarem a ter sucesso, e muitos funcionários civis aprenderam a pensar com uma visão global, de modo que possam manter sua competitividade em uma economia retraída, ao passo que os comandantes da ativa mantêm seus subordinados focados em um pequeno número de tarefas para cumprir a missão. Os efetivos da Guarda Nacional foram capazes de entender como a incorporação do conceito de perspectiva de gênero os capacitaria a ter maior êxito, por incluir uma ótica mais ampla na análise do conflito. Isso lhes conferiu um maior entendimento operacional de seu ambiente. Não rejeitaram ou resistiram ao conceito, como foi o caso da outra Divisão; ao contrário, eles o aceitaram e o utilizaram para sua própria vantagem em prol da missão.

Além disso, o comando da Divisão da Guarda Nacional enfatizou repetidas vezes seu apoio à incorporação da agenda MPS, e o Chefe do Estado-Maior do grande comando instou os subordinados a pensarem como a agenda MPS está ligada às operações e como os efeitos de segunda e terceira ordem afetariam o êxito da missão. Também inter-relacionou Inteligência, efetivo, planejamento, logística, gestão de pessoal e todos os aspectos do combate, mostrando que todos os elementos têm um papel a cumprir no êxito da missão. Utilizou uma abordagem abrangente e desafiou os subordinados a fazerem o mesmo.

Uma máxima filosófica comum, de autoria desconhecida, afirma que a “sabedoria, se obtida, só vem



Combatente das Forças Democráticas Sírias (FDS) ajuda refugiados civis, incluindo muitas mulheres e crianças, evacuados pelas FDS do bairro de Manbij, controlado pelo Estado Islâmico, Província de Aleppo, Síria, 12 Ago 16. As FDS afirmaram que o Estado Islâmico estava usando civis como escudos humanos. (Foto de Rodi Said, Reuters)

depois de muita experiência e muita reflexão”. Algo que os comandantes militares nunca devem esquecer é que sua capacidade para mostrar uma perspectiva mais ampla aos seus subordinados ao fornecer-lhes propósito, direção e motivação é algo imprescindível para o êxito da missão. Em meus 23 anos de experiência militar, tenho observado que a atitude dos subordinados é sempre uma reflexão direta do tipo de liderança que recebem. Se o comando der a impressão de que algo não seja importante, os subordinados seguirão seu exemplo. Com base nas diferenças entre as duas Divisões, ficou claro qual dos dois comandos apoiava a iniciativa e qual não.

**Pesquisa pós-exercício.** No último dia do exercício, foram distribuídos 120 questionários anônimos em todas as seções de estado-maior do CFLCC, 102 dos quais foram preenchidos e devolvidos. Os resultados confirmaram muitas das observações feitas ao longo deste artigo. O principal ponto corroborado foi o de que a maioria dos comandantes deu pouca ou nenhuma ênfase à RCSNU 1325 ou à incorporação do conceito

de perspectiva de gênero no exercício, embora constituíssem um dos objetivos do adestramento e houvessem sido enfatizadas pelo general em comando.

Os comentários relacionados adiante representam algumas das respostas dadas à pergunta: “Qual é a principal ideia que lhe vem à mente ao ouvir MPS?” Eles refletem como os valores do comando se manifestaram nos pensamentos e atitudes dos subordinados. A seguir, são relacionadas as respostas, por ordem de frequência:

- ◆ MPS é assunto de mulher; MPS se refere a proteger o direito das mulheres;
- ◆ MPS não se aplica a mim ou à minha função;
- ◆ MPS é mais uma função de estado-maior que representa uma duplicação de esforços.

Todas essas respostas consistem em falsas premissas, que poderiam ter sido facilmente refutadas caso as pessoas em questão houvessem participado das aulas durante a “semana acadêmica” ou assistido ao curso *on-line*.

Outro conjunto de respostas relevantes se referia à pergunta “O que gostaria de ter aprendido sobre MPS

que poderia ter sido útil (durante o exercício)?” Os subordinados propuseram os itens a seguir:

- ◆ Receber informações e treinamento, assim como as expectativas do comando;
- ◆ Saber dos impactos sobre a seleção de alvos;
- ◆ Ver como a agenda MPS se aplica aos níveis operacional e tático;
- ◆ Entender como a implementação operacional afeta os esforços estratégicos.

Esses comentários indicam que os militares querem aprender sobre esse novo conceito. Os soldados precisam que seus sargentos aprendam novos conceitos, como MPS, que beneficiarão seus esforços de longo prazo nas operações. Também precisam ouvir de seus oficiais a importância desses conceitos e sua relação com a visão mais ampla sobre o êxito da missão. Sobretudo, esses soldados querem que seus comandantes dediquem tempo a ensiná-los.

## Implicações

O crescente poder de grupos não estatais, a importância cada vez maior das organizações multinacionais e a mutável composição do conjunto de aliados e nações parceiras têm contribuído para a complexidade dos ambientes operacionais. Durante anos, os militares ignoraram os efeitos que os segmentos populacionais vulneráveis, como mulheres e crianças, exercem como agentes ativos no combate e como contribuem para a mitigação do conflito. A história e experiência militar mostraram, repetidas vezes, que a falta de familiaridade com a cultura e sociedade local pode resultar na incapacidade de antever desafios e de cumprir os objetivos nacionais. Contudo, os comandantes militares continuam a concentrar a maioria de seus esforços em

capacidades “cinéticas” e a presumir que os conflitos são exclusivamente voltados ao sexo masculino, perpetuando a noção de que a paz é produzida unicamente pelos esforços daqueles mesmos homens que estão executando o combate.

Com as recentes restrições de recursos, faz-se ainda mais importante contar com militares providos de treinamento específico e conhecimento da RCSNU 1325, que sejam capazes de inserir o conceito de uma perspectiva de gênero em toda seção de estado-maior, a fim de fornecer diferentes óticas que possam afetar positivamente o resultado de um conflito. Caso certos fatores não sejam levados em consideração, pode-se perder a confiança de uma população, virando aqueles a quem pretendemos ajudar contra nós. A perda da confiança da população pode significar uma maior resistência pós-conflito e uma prolongada fase de transição para operações de paz e estabilização. Nossas forças não têm como lidar com mais uma campanha prolongada, que continuará a sobrecarregar nossos recursos e efetivos.

Os estudos continuam a mostrar que a implementação da agenda MPS e incorporação da perspectiva de gênero não só economiza tempo e dinheiro, mas também salva vidas<sup>11</sup>. A integração da agenda MPS também contribui com uma dose de realismo aos exercícios e reforça a execução do Comando de Missão durante o adestramento, ao possibilitar que comandantes lidem com uma ampla gama de circunstâncias com implicações no mundo real.

Os oficiais e graduados têm o dever de capacitar seus subordinados a entender a realidade mais ampla. Precisam dedicar tempo a transformar seus militares nos comandantes do futuro e não apenas usá-los como meios para conduzir o combate na atualidade. ■

*O Master Sergeant Vince Lowery, do Exército dos EUA, serve como Auxiliar de Operações da seção de Assuntos Civis (G-9) do I Corps, com a atribuição adicional de servir como assessor de gênero para o Corpo de Exército. Serviu em várias missões em unidades Rangers, aeroterrestres e de Assuntos Civis.*

## Referências

1. North Atlantic Treaty Organization (NATO) Bi-Strategic Command Directive 40-1, "Integrating UNSCR 1325 and Gender Perspective into the NATO Command Structure", 8 August 2012,

acesso em 28 fev. 2017, [http://www.nato.int/nato\\_static\\_fl2014/assets/pdf/pdf\\_2015\\_04/20150414\\_20120808\\_NU\\_Bi-SCD\\_40-11.pdf](http://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2015_04/20150414_20120808_NU_Bi-SCD_40-11.pdf). Segundo a OTAN, "gênero" consiste nos atributos sociais

relacionados a ser do sexo masculino ou feminino, aprendidos por meio da socialização, e determina a posição e valor de uma pessoa em um determinado contexto. Refere-se aos relacionamentos entre mulheres e homens e entre meninos e meninas e às relações entre as mulheres e entre os homens. Esses atributos, oportunidades e relacionamentos são construídos socialmente e aprendidos por meio de processos de socialização. "Gênero" não equivale a "mulher". "Sexo" é a classificação das pessoas como masculino ou feminino. Atribui-se um sexo a um recém-nascido com base em uma combinação de características físicas, incluindo cromossomos, hormônios, órgãos reprodutores internos e genitália.

2. Valerie M. Hudson et al., "The Heart of the Matter: The Security of Women and the Security of States", chap. 4 in *Sex and World Peace* (New York: Columbia University Press, 2012).

3. Radhika Coomaraswamy, *Preventing Conflict, Transforming Justice, Securing the Peace: A Global Study on the Implementation of United Nations [UN] Security Council Resolution 1325* (UN Women, 2015), accessed 28 February 2017, <http://wps.unwomen.org/-/media/files/un%20women/wps/highlights/unw-global-study-1325-2015.pdf>.

4. UN Security Council, Resolution 1325 (2000) [on Women, Peace, and Security], 31 October 2000, acesso em 2 mar. 2017, <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N00/720/18/PDF/N0072018.pdf>.

5. Instituting a National Action Plan on Women, Peace, and Security, 76 C.F.R. 80,205 (19 December 2011), <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/FR-2011-12-23/pdf/2011-33089.pdf>. O Presidente Barack Obama determinou que fosse criado um plano de ação nacional (*national action plan* — NAP) sobre mulher, paz e segurança (MPS). O NAP descreve a linha de ação do governo dos EUA para cumprir os cinco princípios relacionados a seguir.

Primeiro, o engajamento e a proteção das mulheres como agentes de paz e estabilização são centrais aos esforços dos EUA para promover a segurança; prevenir, resolver e responder a conflitos; e reconstruir sociedades.

Segundo, ao ampliarem os objetivos de integração de gênero descritos no documento *U.S. National Security Strategy and the Quadrennial Diplomacy and Development Review* ("Estratégia de Segurança Nacional dos EUA e na Revisão Quadrienal de Diplomacia e Desenvolvimento" em tradução livre), os esforços norte-americanos quanto à agenda MPS complementam e reforçam as iniciativas existentes para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, assegurar o respeito aos direitos humanos e atender às necessidades das populações vulneráveis em ambientes de crise e conflito.

Terceiro, na execução dessa política, os EUA se norteiam pelo princípio de inclusão, buscando as perspectivas e participação de uma grande variedade de partes envolvidas — mulheres e meninas; homens e meninos; e integrantes de grupos marginalizados, incluindo jovens ou minorias étnicas, raciais ou religiosas; pessoas com deficiências; pessoas deslocadas e povos indígenas; lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros; e pessoas de todos os estratos socioeconômicos.

Quarto, a fim de maximizar o impacto do NAP, os EUA buscam fazer com que as atividades em apoio à agenda MPS sejam coordenadas entre todos os departamentos e órgãos relevantes do governo, integrados nas iniciativas pertinentes da política externa norte-americana e reforçados pelo engajamento com parceiros internacionais.

Finalmente, as agências governamentais dos EUA são

responsáveis pela implementação das políticas e iniciativas aprovadas no NAP.

6. United States Agency of International Development, "United States Strategy to Prevent and Respond to Gender-Based Violence Globally: 2016 Update", June 2016, acesso em 2 mar. 2017, <https://www.state.gov/documents/organization/258703.pdf>.

7. Anne Witkowsky, "Integrating Gender Perspectives within the Department of Defense," *PRISM* 6, no. 1 (2016): p. 34.

8. O papel de assessor de gênero (GENAD) é o programa oficial aprovado para todas as atividades, incluindo planos, treinamento e exercícios referentes à agenda MPS, igualdade de gênero e integração de perspectiva de gênero. É de responsabilidade do GENAD proporcionar um canal para a implementação da agenda MPS nas políticas, planos e atividades.

9. Gender and UN Peacekeeping Operations (New York: UN Department of Peacekeeping Operations, October 2005), 1–4, acesso em 14 abr. 2017, [http://www.un.org/en/peacekeeping/publications/gender\\_brochure.pdf](http://www.un.org/en/peacekeeping/publications/gender_brochure.pdf); veja também Committee on Women in the NATO Forces (CWINF), *CWINF Guidance for NATO Gender Mainstreaming* (Brussels: NATO, June 2007), acesso em 14 abr. 2017, [http://www.nato.int/issues/women\\_nato/cwinf\\_guidance.pdf](http://www.nato.int/issues/women_nato/cwinf_guidance.pdf). Define-se integração de perspectiva de gênero como uma estratégia para alcançar a igualdade de gênero mediante uma análise sobre quais implicações uma ação planejada terá para as mulheres e os homens, incluindo legislação, políticas e programas em todas as áreas e todos os níveis, a fim de assegurar que os interesses e experiências de mulheres e homens sejam levados em consideração na criação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais. Isso fará com que as mulheres e os homens se beneficiem igualmente. A integração da perspectiva de gênero nesse contexto representa o processo de reconhecer e incorporar o papel que o gênero desempenha em relação às várias missões operacionais da OTAN. A integração da perspectiva de gênero não se concentra exclusivamente nas mulheres, mas os benefícios de tais práticas se baseiam no reconhecimento da posição de desvantagem delas em várias comunidades.

10. Designados como *Gender Focal Points* (GFP), esses indivíduos exercem uma função dupla, que apoia o comandante na implementação de diretrizes e procedimentos com uma perspectiva de gênero. O GFP mantém uma interação funcional com o GENAD, mas está subordinado à cadeia de comando. O GFP no nível tático assegura que a perspectiva de gênero seja plenamente integrada nas tarefas diárias da operação. Essas atividades podem incluir, entre outras, conduzir o patrulhamento; possibilitar a prestação de ajuda humanitária; efetuar procedimentos de busca; assistir as forças de segurança nacional; avaliar os diferentes riscos de segurança para homens e mulheres em atividades de monitoramento e avaliação; e fornecer treinamento em perspectiva de gênero para o pessoal da OTAN.

11. UN Security Council, "Report of the Secretary-General on Women and Peace and Security" (New York: UN, 16 September 2015), acesso em 28 fev. 2017, <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Report%20of%20the%20Secretary%20General%20on%20women%20and%20peace%20and%20security.pdf>; Natalia Zakharova, *Women and Peace and Security: Guidelines for National Implementation* (New York: UN Women, 2012), acesso em 28 fev. 2017, <http://www.unwomen.org/-/media/Headquarters/Media/Publications/en/02BPlanonWomenandPeaceandSecurity.pdf>; Hudson et al., "The Heart of the Matter".



Um sargento da 1ª Divisão Blindada controla uma multidão desordeira, para proteger um homem que foi quase pisoteado na parte de fora do Banco Al Rasheed, no mercado Jamila, no bairro xiita Cidade de Sadr, Bagdá, Iraque, 10 Jun 08. (Giannakouris/ Associated Press)

# A Guerra Jurídica

## Uma Introdução

Gen Bda (Reserva) Charles Dunlap Jr., Força Aérea dos EUA

**P**ara muitos comandantes e outras autoridades militares, o papel das leis nos conflitos do Século XXI é uma fonte de frustração. Alguns pensam que elas lhes “restringem” de uma forma que inibe o êxito em combate<sup>1</sup>. Para outros, as leis são mais uma “ferramenta que é usada pelos inimigos do Ocidente”<sup>2</sup>. Para, pelo menos, um aliado

principal, a Grã-Bretanha, as leis parecem injetar uma contraproducente hesitação nos ambientes operacionais<sup>3</sup>. Todas essas interpretações possuem elementos de verdade, mas, ao mesmo tempo, não são exatamente precisas em prover um entendimento do que pode ser chamado o papel da *guerra jurídica* nos conflitos militares atuais.

As leis têm se tornado um aspecto central dos conflitos do Século XXI. As guerras atuais são travadas dentro do que Joel Trachtman chama um “ambiente repleto de leis, com uma abundância de regras e fóruns legais”<sup>4</sup>. Isso é o resultado de muitos fatores fora do contexto militar, incluindo o impacto da economia globalizada. De fato, como o Global Policy Forum aponta, a globalização “está mudando os contornos das leis e criando novas instituições e normas legais globais”<sup>5</sup>.

Da mesma forma que outros aspectos da vida moderna, as tendências na esfera econômica impactam as funções de combate, e isso inclui como as leis interagem com o conflito armado. Muitas autoridades militares já admitiram essa realidade. O Alte Esq (Reserva). James L. Jones, do Corpo de Fuzileiros Navais, ex-Comandante da OTAN e Conselheiro de Segurança Nacional, observou, há alguns anos, que a natureza da guerra tinha mudado. “Ela tem se tornado muito legalista e muito complexa”, ele disse, acrescentando que agora “tem que se ter um advogado ou uma dúzia deles”<sup>6</sup>.

Também, a tecnologia tem revolucionado o impacto das leis na guerra, conforme as suas muitas manifestações são acrescentadas à complexidade da guerra. Entender as implicações da tecnologia no combate exige uma apreciação profunda das normas que a governam, ou que deveriam governá-la. O Gen Ex (Reserva) Stanley McChrystal observou recentemente que “a tecnologia somente fez com que as leis sejam mais relevantes no campo de batalha”<sup>7</sup>. Ele acredita que “nenhum entendimento verdadeiro do exercício do poder militar dos EUA pode ser obtido sem uma apreciação sólida de como as leis moldam as missões militares e os seus resultados”<sup>8</sup>.

O propósito deste artigo é prover uma visão geral do conceito do que veio a ser conhecido como a guerra jurídica. Ainda, visa proporcionar contexto prático para os líderes não ligados à área jurídica pensarem na guerra jurídica, bem como algumas considerações de como se preparar para operar contra um inimigo que busca tirar proveito desse fenômeno dos conflitos contemporâneos<sup>9</sup>.

## O Que é a Guerra Jurídica?

O termo guerra jurídica já existe há algum tempo, mas o seu uso moderno originou-se em um estudo que este autor escreveu para a Kennedy School, da Harvard [University], em 2001<sup>10</sup>. A guerra jurídica representa

um esforço para prover aos públicos militares e não especialistas na área jurídica um dicionário de termos de fácil compreensão, do tipo “memento”, sobre a maneira como beligerantes, em particular aqueles incapazes de enfrentar as capacidades militares de alta tecnologia, tentam empregar as leis como uma forma de guerra assimétrica<sup>11</sup>.

Ao longo do tempo, a definição tem evoluído, mas hoje em dia é melhor entendida como o emprego da lei como um meio de realizar o que, de outra forma, exigiria o emprego da força militar tradicional. É algum tipo de exemplo do que o estrategista chinês Sun Tzu pode dizer é a “excelência suprema” da guerra, que busca subjugar “a resistência do inimigo sem lutar”<sup>12</sup>. Na maioria das vezes, contudo, seria apenas uma parte de uma estratégia maior que, provavelmente, envolveria capacidades cinéticas (letais) ou outras capacidades militares tradicionais.

Mais importante ainda, a guerra jurídica é ideologicamente neutra. De fato, é útil considerá-la como uma arma que pode ser usada para o bem ou para o mal, dependendo de quem a exerce e para quais finalidades. Como Trachtman diz, “A guerra jurídica pode substituir o combate quando proporciona um meio para compelir um comportamento específico com menos custos do que a guerra cinética, ou mesmo em casos onde a guerra cinética seria ineficaz”<sup>13</sup>. Essa é uma verdade que é igualmente aplicável para os inimigos dos EUA tanto quanto é para os próprios Estados Unidos.

## Como os Estados Unidos Têm Usado a Guerra Jurídica?

Há muitos exemplos de como as leis podem ser usadas como um substituto pacífico para outras metodologias militares. Por exemplo, durante o início da Operação *Enduring Freedom*, as imagens comerciais de satélite de áreas no Afeganistão ficaram disponíveis no mercado livre. Embora talvez houvesse várias maneiras de impedir que tais dados extremamente valiosos caíssem em mãos hostis, uma “arma” jurídica — um contrato — foi usada para comprar as imagens. Essa ação preveniu que “as fotos caíssem em mãos de organizações terroristas, como a Al Qaeda”<sup>14</sup>.

As leis desempenham um papel muito importante nas operações de contrainsurgência. Embora o termo guerra jurídica não seja usado, o Manual de Campanha 3-24, *Insurgências e Contrainsurgências*



(FM 3-24, *Insurgencies and Countering Insurgencies*), está repleto de exemplos de como a lei é um elemento essencial do abrangente método necessário para obter êxito em tais conflitos<sup>15</sup>. Em particular, ressalta que “o estabelecimento do Estado de Direito é o principal objetivo e a situação final desejada da contrainsurgência”<sup>16</sup>. Como o Gen Ex David H. Petraeus ressaltou, é improvável que um esforço de contrainsurgência obtenha êxito na ausência de uma forma de guerra jurídica que produza o Estado de Direito no país alvo, em vez de depender apenas da eliminação ou da captura da força insurgente<sup>17</sup>.

Há outros meios legais que podem ter um impacto mais direto nas capacidades militares. Por exemplo, sanções internacionais debilitaram a força aérea iraquiana, até o ponto que menos de um terço das suas aeronaves estava pilotável, quando a coalizão realizou a invasão, em 2003<sup>18</sup>. O impacto operacional é óbvio: os jatos iraquianos foram mantidos em solo com tanta eficácia quanto se fossem abatidos. As sanções, também, são vistas como causadoras do adiamento do

Oficiais do exército sírio que apoiam o Presidente Bashar al-Assad e as suas famílias são trancados em jaulas para serem usados como “escudos humanos” pelo grupo “Exército de Islã”, no subúrbio de Douma, em Damasco, Síria, 31 Out 15. O grupo alegou que os escudos humanos protegeriam os civis de Douma dos ataques aéreos liderados pelas forças aéreas russas e sírias. (Balkis Press/Sipa USA via Associated Press)

crescimento da presença militar russa. Kyle Mizokami reportou, em 2016, que as sanções internacionais (junto com a queda de preço do petróleo) afetaram adversamente a economia, que, por sua vez, frustrou os esforços russos de reconstruir as suas forças armadas<sup>19</sup>.

Existe uma variedade de métodos de usar a lei para minar adversários, abordagens que podem ser classificadas sob a égide da guerra jurídica. Por exemplo, Juan Zarate, um ex-funcionário do Ministério da Fazenda, descreve uma gama de iniciativas legais que a sua agência usou para interromper e negar aos terroristas, em particular, os recursos financeiros de que precisavam<sup>20</sup>. Além disso, até processos jurídicos privados trabalham para negar aos terroristas acesso às plataformas bancárias e de mídia social, das quais eles contam cada vez mais<sup>21</sup>.

## Como é que o Adversário Emprega a Guerra Jurídica?

Muitos atores não estatais hostis usam a guerra jurídica como aspecto principal da sua estratégia para enfrentar as forças militares de alta tecnologia. Para esclarecer, empregam a lei para converter o respeito pela lei nos Estados Unidos e outros países democráticos em uma vulnerabilidade. Por exemplo, talvez busquem explorar relatórios reais ou imaginários de baixas civis, com a esperança de criar medo de que mais do mesmo irá resultar em um uso limitado de certas tecnologias militares (e.g., poder aéreo) pelos países com forte Estado de Direito, como os Estados Unidos.

As sequelas do bombardeio da casamata Al Firdos, durante a Guerra do Golfo, em 1991, pressagiavam muito do que vemos atualmente. Embora fosse considerada ser um centro de comando e controle militar, na realidade foi usada como um abrigo para as famílias de autoridades iraquianas de alto nível. Quando as fotografias de civis mortos e feridos foram veiculadas pelo mundo inteiro, elas “realizaram o que as defesas antiaéreas iraquianas não podiam fazer: o centro de Bagdá passar a ser atacado de forma comedida, se é que fosse atacado”<sup>22</sup>.

Ironicamente, nada que infringisse a lei da guerra ocorreu, mas as percepções disso tinha o efeito operacional de um sistema antiaéreo sofisticado<sup>23</sup>. Muitos adversários têm aprendido com esse evento, como um exemplo de como um meio de baixa tecnologia pode enfrentar sistemas de alta tecnologia. Obviamente, as percepções são importantes. Michael Riesman e Chris T. Antoniou insistem:

Nas democracias populares modernas, mesmo um conflito armado limitado requer uma base substancial de apoio público. Esse apoio pode erodir ou até inverter-se rapidamente, independentemente do valor do objetivo político, se as pessoas *acreditam* que a guerra está sendo travada de uma maneira injusta, inumana ou iníqua [ênfase aumentada]<sup>24</sup>.

Consequentemente, depois de observar o que o bombardeio aéreo de Al Firdos provocou, alguns adversários buscam explorar tais incidentes quando ocorrem. Outros, porém, procuram orquestrá-los para receber o benefício da possível contenção subsequente. Por exemplo, o Estado Islâmico “emprega civis como escudos humanos para alegar que a coalizão, liderada pelos EUA,

visa pessoas inocentes durante as incursões”<sup>25</sup>.

De fato, a maioria dos adversários dos EUA realmente vê o respeito pela lei, por parte da nossa cultura política, como um “centro de gravidade”, para ser explorado. William Eckhardt observa:

Ao saber que nossa sociedade respeita o Estado de Direito tanto que exige conformidade com ele, nossos inimigos atacam cuidadosamente nossos planos militares como ilegais e imorais e nossa execução desses planos como contrária à lei da guerra. Essa vulnerabilidade é o que o filosófico da guerra, Carl von Clausewitz, chamaria nosso “centro de gravidade”<sup>26</sup>.

Os incidentes de ilegalidades favorecem, de modo marcante, a estratégia da guerra jurídica do inimigo. O escândalo de abuso de prisioneiros em Abu Ghraib, que ocorreu durante a Guerra do Iraque, é uma ilustração clássica<sup>27</sup>. É significativo que o Gen Div Ricardo Sanchez, então Comandante da Força-Tarefa Combinada 7 (comandante das forças terrestres da coalizão no Iraque), tenha usado linguagem militar tradicional ao avaliar o impacto da explosão de criminalidade em Abu Ghraib, chamando-a “claramente uma derrota” porque o seu *efeito* foi indistinguível daquele imposto por reveses militares tradicionais<sup>28</sup>. Em outros lugares, como reportado por Joseph Berger no *New York Times*, Petraeus, então Comandante do Comando Conjunto Central dos EUA, explicara, durante uma entrevista, como as violações da lei impactam o que acontece no campo de batalha:

Sempre que temos, talvez, tomado medidas rápidas e impensadas, elas têm saído pela culatra”, [Petraeus] disse. Toda vez que americanos usaram métodos que violavam as Convenções de Genebra ou outros padrões do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, ele disse: “No final, acabamos pagando o preço. Abu Ghraib e outras situações semelhantes não são biodegradáveis. Não desaparecem. O inimigo continua a bater em você com elas, como um porrete”<sup>29</sup>.

A situação é agravada ainda mais durante essa época de onipresentes câmeras esportivas, telefones celulares e aparelhos semelhantes que são capazes de gravar e transmitir imagens pelo mundo inteiro, em tempo real ou quase real. Um vídeo, de 40 segundos, de fuzileiros

# A INTEGRAÇÃO DA GUERRA JURÍDICA NO COMBATE

navais urinando nos corpos de talibãs mortos que se tornou “viral” era, segundo autoridades afegãs, uma “ferramenta de recrutamento para o Talibã”<sup>30</sup>. Isso é exatamente o tipo de ilegalidade evitável que os adversários orientados para a guerra jurídica exploram com presteza.

O ponto é que, hoje em dia, cada soldado no terreno é, de fato, um “cabo estratégico”. O Alte Esq Ex Charles C. Krulak, ex-Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, disse, em 1999, que “o fuzileiro naval individualmente será o símbolo mais ostensivo da política externa norte-americana e irá potencialmente influenciar não apenas a situação tática imediata, mas também os níveis operacionais e estratégicos”<sup>31</sup>. Atualmente, a divulgação da legalidade ou ilegalidade de indivíduos, demasiadamente facultada pela tecnologia, é capaz de ter um impacto operacional ou estratégico.

## A Guerra Jurídica da China e da Rússia

É um erro pensar que a guerra jurídica é algo somente usado pelos atores não estatais que estão vulneráveis à tecnologia. Os países com capacidades militares formidáveis empregam a guerra jurídica, mas de forma diferente. A China, por exemplo, possui uma doutrina extremamente sofisticada sobre a “guerra legal”, que designa essas estratégias como um dos seus “três tipos de guerra”<sup>32</sup>. Segundo Dean Cheng, o “Exército de Libertação Popular aborda a guerra jurídica de uma perspectiva diferente: como uma arma ofensiva capaz de incapacitar oponentes e obter a iniciativa política”<sup>33</sup>.

### INTEGRATING LAWFARE AND WARFARE

JOEL P. TRACHTMAN\*

**Abstract:** Current military campaigns are not waged solely on the physical battlefield, but in multiple other arenas. One such arena is lawfare: legal activity that supports, undermines, or substitutes for other types of warfare. In today's law-rich environment, with an abundance of legal rules and legal facts, strategists must evaluate the full scope of possible legal argumentation. Lawfare can substitute for warfare where it provides a means to compel specified behavior with fewer costs than kinetic warfare, or even in cases where kinetic warfare would be ineffective. As a result, lawfare can be strategically integrated into military command structures to bring about desired outcomes.

#### INTRODUCTION

Both kinetic warfare and legal dispute are forms of contestation.<sup>1</sup> Contestation can be physical or symbolic. Legal arguments or claims are one type of symbolic contestation. Other types of symbolic contestation may be based on historical justification, moral philosophy, or religious doctrine.<sup>2</sup> Symbolic contestation may be used alongside or in place of physical contestation.<sup>3</sup> Although we may plan strategy around geographically defined contested arenas like the South China Sea, the Crimea, or Syria, we may also consider functionally defined arenas such as the cyber or biological arenas.<sup>4</sup> Arenas for contestation may be geographic or functional, physical, or symbol-

© 2016, Joel P. Trachtman. All rights reserved.  
\* Professor of International Law, The Fletcher School of Law and Diplomacy, Tufts University. This essay is based on a speech given at the Naval War College Center Strategy Forum in June 2016.  
\*\* See also: J. TRACHTMAN, LAWFARE: LAW AS A WEAPON OF WAR, L. J. O'NEIL, *Transatlantic Journal of a Washington World*, 54:1 (Fall 2015), 6:40-60; [http://www.dau.com/andrew/andrew\\_journals/andrew\\_journals/2015/11/andrew\\_journals\\_201511\\_washington\\_world.html](http://www.dau.com/andrew/andrew_journals/andrew_journals/2015/11/andrew_journals_201511_washington_world.html) [https://perma.cc/6A44-5679].  
\*\*\* See TRACHTMAN, *supra* note 1, at 6-7.  
\*\*\*\* See also: J. TRACHTMAN, *supra* note 1, at 6-7.  
\*\*\*\*\* See Peter Navarro, *China's Non-Event: "Pivot to Asia" Against America*, N.Y.T. Daily (Oct. 5, 2015), <http://www.nytimes.com/2015/10/05/opinion/peter- Navarro-china-non-event-pivot-to-asia.html> [https://perma.cc/548B-20CC], see, e.g., *supra* notes 49-70, 83-91 and accompanying text.

267

Joel P. Trachtman, em seu artigo “Integrating Lawfare and Warfare” (“A Integração da Guerra Jurídica no Combate”, em tradução livre), escreve que a guerra jurídica deve ser estrategicamente integrada na estrutura de comando militar caso se queira conseguir resultados desejados. Ele recomenda áreas onde um componente legal integrado pode melhorar os resultados estratégicos e táticos:

- Identificar disputas em que uma resolução jurídica é improvável, assim prevenindo, com mais precisão, o contexto para conflitos cinéticos.
- Participar no planejamento de novos sistemas de armas e na adaptação de sistemas de armas existentes, para maximizar a efetividade das restrições legais aplicadas.
- Antecipar mudanças das regras de engajamento e das políticas associadas com a escolha de alvos e identificar métodos para maximizar a efetividade, apesar dos desafios potenciais.
- Identificar as circunstâncias em que oponentes criam fatos jurídicos no terreno que podem lhes proporcionar uma vantagem durante conflitos futuros, como as operações chinesas no Mar da China Meridional.
- Identificar as circunstâncias em que pode ser vantajoso criar fatos jurídicos no terreno.
- Identificar circunstâncias em que os oponentes buscam criar regras jurídicas internacionais ou modificar ou aplicar regras jurídicas internacionais existentes que restringiriam o emprego daquelas armas em que as suas forças tenham uma vantagem.
- Propor regras jurídicas internacionais ou aplicar aquelas existentes que restringirão o emprego daquelas armas em que as suas forças estejam em desvantagem.
- Identificar os esforços do oponente para negar acesso a material e formular respostas legais.
- Identificar as necessidades de material do inimigo e buscar negar acesso dentro das leis aplicáveis.

Fonte: Joel P. Trachtman, “Integrating Lawfare and Warfare,” *Boston College International and Comparative Law Review* 39, no. 2 (2016): p. 267 e 281, acesso em: 20 mar. 2017, <http://lawdigitalcommons.bc.edu/iclr/vol39/iss2/3>.

Ao citar fontes chinesas, Cheng observa, “A guerra legal, na sua forma mais básica, envolve o argumento de que o seu próprio lado obedece à lei, a crítica do outro lado por violações da lei e o desenvolvimento de argumentos pelo próprio lado em casos onde há, também, violações da lei”<sup>34</sup>. Os eventos atuais sugerem que a China parece estar executando a sua estratégia de guerra jurídica. De fato, alguns observadores consideram essa estratégia como a investida principal da sua expansão no Mar da China Meridional<sup>35</sup>.

Além disso, hoje, a Rússia é frequentemente vista como um praticante proeminente do que já foi chamada a “guerra híbrida”, da qual a guerra jurídica é um elemento. Na linguagem do Exército, o termo “ameaça híbrida” descreve “a aparentemente aumentada complexidade das operações, a multiplicidade dos atores envolvidos e a falta de clareza entre os elementos tradicionais de conflito”<sup>36</sup>. Ela combina as “forças tradicionais governadas pela lei e a tradição e os costumes militares com as forças não reguladas que agem sem restrições à violência ou à escolha de alvos”<sup>37</sup>.

O Chefe do *Joint Chiefs of Staff* (Organização que reúne os Comandantes das Forças Singulares dos EUA) Gen Ex Joseph F. Dunford Jr. diz que tenta evitar a terminologia “híbrida.” Em vez disso, ele a considera “uma competição com um adversário que possui uma dimensão militar, mas que sabe exatamente qual é o nosso limite, antes de nós tomarmos a ação militar decisiva.” Consequentemente, ele observa que “eles operam abaixo desse nível,” e são capazes de “continuar a avançar na conquista de seus seus interesses enquanto nós perdemos a vantagem competitiva”<sup>38</sup>.

Peritos jurídicos dizem que a forma de guerra híbrida da Rússia busca, explicitamente, confundir as linhas legais para explorar a incerteza resultante<sup>39</sup>. Eles postulam que a “incerteza, a ambiguidade e o caráter atribuível que são inerentes da guerra híbrida criam não apenas novos problemas de segurança, mas também desafios legais,” especialmente para aqueles que aderem à lei internacional com boa fé e aos enquadramentos acordados em comum estabelecidos e governados sob princípios do Estado de Direito<sup>40</sup>. Certamente, isso é um tipo de guerra jurídica e algo que faz parte, de longa data, do arsenal russo<sup>41</sup>.

## Como Responder no Nível Tático: As Responsabilidades do Comandante

Obviamente, muitos dos desafios e oportunidades apresentados pela guerra jurídica, em suas variadas

manifestações, surgem principalmente nos níveis estratégico e operacional do conflito. No entanto, isso não significa que outros aspectos da guerra jurídica não têm importância para aqueles no nível tático. Isso é relevante em relação à negação da oportunidade para o inimigo empregar as técnicas da guerra jurídica, para explorar ou provocar atos que produzam o fato, ou a percepção, da ilegalidade que pode minar ou até impedir o sucesso da missão.

A maioria dos comandantes e líderes do nível tático entende que eles têm uma ampla variedade de responsabilidades na esfera legal, particularmente relacionadas com a disciplina. O *2015 Commander's Legal Handbook* (“O Compêndio Legal do Comandante, de 2015”) aconselha isso em muitos casos,

A finalidade das suas ações deve ser preservar a situação legal até poder consultar o seu assessor jurídico. Contudo, como a maioria dos aspectos das suas responsabilidades de comando, pode-se fracassar se simplesmente esperar para as coisas acontecer. Precisa-se ser proativo na prevenção de problemas antes que eles ocorram<sup>42</sup>.

Em termos de operações, ser proativo em relação ao desafio da guerra jurídica inclui o que eu chamo “preparação jurídica do espaço de combate”.

## Preparação Jurídica do Espaço de Combate

Os comandantes estão familiarizados com o conceito de preparação das informações do campo de batalha, mas precisam acrescentar a preparação jurídica do espaço de combate a sua “lista de tarefas”<sup>43</sup>. Isso significa a análise sistemática das dimensões jurídicas de uma missão específica e o seu contexto, e a determinação dos seus potenciais efeitos nas operações. Então cabe aos comandantes — em todos os níveis — tomarem todas as medidas possíveis para melhorar os efeitos positivos da lei sobre as operações, e para eliminar ou mitigar os potenciais impactos negativos.

Essencial para esse esforço seria a utilização dos assessores jurídicos. Como qualquer outra Arma, Quadro ou Serviço o Assessor Jurídico [Judge Advocate General (JAG): quadro de especialistas em direito do Exército dos EUA — N. do T.] tem estabelecido uma área de prática explícita para “prover conselhos jurídicos aos comandantes e suas equipes de

comando sobre as leis domésticas, estrangeiras e internacionais que influenciam as operações militares<sup>44</sup>.

Recentemente, o Maj Dan Maurer, um Assessor Jurídico do Exército (JAG), alertou outros advogados militares sobre a necessidade de entender o seu papel de assessoria em relação ao comandante e a outros tomadores de decisão. Embora não abordasse especificamente a guerra jurídica, os seus conselhos ainda têm utilidade: “Os tomadores de decisão precisam ser completamente confiantes e conscientes não apenas sobre *o que* você pensa, mas *por que* você pensa assim e *como* as decisões particulares deles afetarão *outros* além das consequências vagas do exercício imediato<sup>45</sup>.”

A maioria dos comandantes provavelmente concordaria com Maurer, mas como eles podem garantir que o seu assessor jurídico seja capaz de lhes proporcionar esse tipo de discernimento? Parte da resposta é fácil, que comandantes provavelmente serão apoiados por assessores jurídicos com fortes habilidades legais. Hoje em dia, é extremamente concorrido ser designado como oficial da Assessoria Jurídica do Exército, e os estudantes de Direito e os advogados que se candidatam para a posição precisam estar entre os melhores<sup>46</sup>. Contudo, a perspicácia legal é apenas uma parte do processo.

O melhor advogado não pode ser efetivo se ele não entende completamente os negócios e necessidades do cliente. No ambiente militar, isso significa um entendimento profundo da missão, das capacidades e da mentalidade da unidade apoiada. Muito disso cabe ao assessor jurídico desenvolver, porém comandantes podem facilitar o processo ao se aproximar dele. Isso significa assegurar que o assessor jurídico visite a unidade frequentemente e obtenha familiaridade com os soldados, equipamento e métodos de operações. Isso precisa ser cumprido na sede da unidade, porque é extremamente difícil fazer isso às pressas ou durante os períodos de missão no exterior.

O êxito, Maurer nos informa, é “medido pelo *próprio relacionamento* entre o assessor e o tomador de decisão principal<sup>47</sup>.” Ele oferece essas perguntas para introspecção por ambos, o assessor jurídico e o tomador de decisão:

É [o relacionamento] caracterizado pela confiança? É profundo? É sincero? Perdoa erros e aceita nuances e um pouco de caos?

É construído para permitir *tempo* para ser *todas* essas coisas, ou é nada mais do que um relatório bissemanal?<sup>48</sup>

Nada disso, claro, dispensa a responsabilidade do assessor jurídico e de outros na sua cadeia de comando funcional de se engajar em uma análise jurídica profissional de amplo alcance, e frequentemente altamente técnico, e preparar um plano de apoio jurídico que abranja todos os níveis da guerra necessários para travar, efetivamente, a guerra jurídica e, por outro lado, proteger-se contra ela<sup>49</sup>.

## Educar as Tropas sobre a Guerra Jurídica

Além de obter o assessor jurídico ideal, é importante conseguir que as tropas entendam o “por que” da guerra jurídica. A parte mais óbvia desse processo para unidades de nível tático é garantir que as tropas entendam que a disciplina no espaço de combate é mais do que um assunto de caráter e responsabilidade pessoais; ela se relaciona diretamente, como discutido anteriormente, ao sucesso operacional.

Conseqüentemente, o comandante e outros da equipe de comando precisam explicar a importância de negar aos adversários incidentes, reais ou percebidos, de má conduta que possam ser explorados. Essa parte da preparação jurídica do campo de batalha precisa começar bem antes da unidade chegar ao espaço de combate. Como o Supremo Tribunal Federal dos EUA explicou no caso *Chapell contra Wallace*,

As exigências inescapáveis da disciplina militar e da obediência às ordens não podem ser ensinadas no campo de batalha; o hábito da conformidade com os procedimentos militares e com as ordens precisa ser efetivamente um reflexo, sem tempo para debate ou reflexão<sup>50</sup>.

No entanto, ao mesmo tempo, os comandantes do Século XXI precisam considerar que os militares atuais não são autômatos (e não devemos querer que seja assim). Segundo o Deloitte Millennial Survey, de 2016, os valores pessoais têm a maior influência no processo decisório da Geração do Milênio<sup>51</sup>. Isso significa que eles precisam ter um profundo entendimento de como uma tarefa se encaixa nos seus valores e éticas pessoais<sup>52</sup>. Richard Schragger ressalta que a “lei permite que nossas tropas se engajem em atos violentos de força, com

relativamente pouca hesitação ou receios morais”<sup>53</sup>. A lei, ele informa, cria um “espaço legal bem definido dentro da qual militares individualmente podem agir sem recorrer aos seus próprios códigos morais pessoais”<sup>54</sup>.

Ausente de um entendimento sólido da importância da lei e das suas bases morais, os códigos morais pessoais podem se virar para o pior, sob o enorme estresse do combate. O falecido historiador Stephen Ambrose observou que é um “aspecto universal da guerra” que quando tropas jovens são colocados “em um país estrangeiro com armas nas mãos, às vezes, coisas terríveis acontecem, as quais se desejaria que nunca tivessem ocorrido”<sup>55</sup>. Mais recente, William Langewiesche reportou quão o combate pode distorcer catastróficamente o juízo de, em outros contextos, bons soldados<sup>56</sup>. Esse e outros estudos de caso precisam ser examinados cuidadosamente por todos: comandantes, assessores jurídicos e tropas.

Claramente, para negar ao adversário uma estratégia efetiva da guerra jurídica, as tropas precisam ser instruídas sobre o assunto e sobre a sua incorporação nas regras de engajamento. Os comandantes, contudo, precisam ser cautelosos em relação aos limites autoimpostos, pois eles podem ser usados para o benefício dos adversários. Por exemplo, o anúncio, primeiro pela OTAN e depois pelos Estados Unidos, sobre as regras de engajamento que exigem uma “quase certeza” de zero baixas civis cria a percepção de ilegalidade quando tais baixas inevitavelmente ocorrem, embora a lei internacional não requeira zero baixas civis, mas simplesmente que não devem ser excessivas em relação à concreta e objetivada vantagem militar prevista<sup>57</sup>.

Tais restrições publicamente promulgadas convidam adversários a fazerem exatamente o que a lei não quer que eles façam: inserirem-se entre civis para proteger-se de um ataque aéreo com mais eficácia do que qualquer defesa antiaérea pode fazer. De fato, há um risco verdadeiro de que as regras de engajamento demasiadamente restritivas possam, paradoxalmente, pôr civis em risco, porque a não realização de uma investida talvez poupe alguns civis no curto prazo, mas, com o tempo, o inimigo que escapa pode prosseguir e causar danos aos inocentes, que não teria sido o caso se o ataque fosse realizado e o inimigo tivesse sido neutralizado<sup>58</sup>.

Tudo isso sugere que as complexidades dos campos de batalha modernos, e em particular as implicações da

guerra jurídica e das técnicas contra ela, fazem que as soluções sejam muito dependentes de fatos. Um entendimento sofisticado sobre o “terreno” jurídico é essencial e exigirá um investimento intelectual real por parte de comandantes militares e das suas forças, se quiserem estar preparados para vencer.

As maquinações legais dos russos para travar a guerra híbrida não são necessariamente as mesmas que a guerra das leis da China no Mar da China Meridional ou a exploração impiedosa de escudos humanos do Estado Islâmico para repelir as armas de alta tecnologia. Cada método é uma prática relacionada à guerra jurídica, porém divergente. Apenas por meio de uma análise discriminada e detalhada dessas várias estratégias da guerra jurídica podem as forças dos EUA ser capazes de antecipar e mitigar o emprego da guerra jurídica de um adversário.

## Observações Conclusivas

Ainda há muito trabalho para fazer. Em seu livro sobre a guerra jurídica, Orde Kittrie observa sabiamente que “apesar do termo ser cunhado por uma autoridade do governo dos EUA, esse governo somente tem se engajado esporadicamente com o conceito da guerra jurídica”<sup>59</sup>. Ele prossegue lamentando que os Estados Unidos não possuem “nenhuma estratégia ou doutrina sobre a guerra jurídica, e nenhum gabinete ou mecanismo Interagências que desenvolva ou coordene, sistematicamente, a defesa ou o ataque de guerra jurídica dos EUA”<sup>60</sup>.

Embora a enumeração de todas as técnicas para enfrentar as estratégias da guerra jurídica de adversários esteja além do alcance deste artigo, espero que, junto com outros especialistas, um começo já esteja em andamento. Felizmente, algum trabalho útil já foi feito em relação a desafios específicos. Por exemplo, o estudo, de 2013, de Stephan Halper — preparado para o Office of Net Assessments do Departamento de Defesa — proporciona ideias úteis não somente para a situação específica que aborda (as ações chinesas no Mar da China Meridional), mas também práticas reais para outras situações da guerra jurídica<sup>61</sup>. Da mesma forma, Trachtman fez um trabalho valioso que ajudará a desenvolver pensamentos sobre a guerra jurídica<sup>62</sup>.

Além disso, na revista *Three Swords Magazine*, da OTAN, o Ten Cel John Moore, do Exército dos EUA, observa que embora a OTAN não possua uma

definição ou uma doutrina formal, o conceito vem sendo discutido em estudos e conferências<sup>63</sup>. Considerando o crescimento, especialmente do emprego russo da guerra híbrida com o seu elemento de guerra jurídica, ele acredita que é urgente que a OTAN coalesça o pensamento existente sobre o tema e o exprima em uma doutrina formal, para facilitar a capacidade da Aliança de defender-se contra as técnicas da guerra jurídica, bem como empregar o conceito de forma proativa<sup>64</sup>.

Entretanto, comandantes e autoridades em todos os níveis precisam incluir as leis e a guerra jurídica nos seus processos de planejamento e na condução das operações, mesmo na ausência de doutrina formal. O fato é que a guerra jurídica não é um fenômeno temporário; ela é intrínseca aos conflitos atuais e continuará a ser assim no futuro previsível. Os melhores líderes garantirão que eles e as suas tropas estejam preparados para enfrentar esse desafio. ■

*General de Brigada Charles Dunlap Jr., da Força Aérea dos EUA, serviu 34 anos no Serviço Ativo antes de entrar na Reserva Remunerada, em 2010, como o Deputy Judge Advocate General (Vice Juiz-Advogado Geral) da Força Aérea. Suas funções anteriores incluem rodízios na Europa e na Coreia e operações na África e no Oriente Médio. É graduado pela St. Joseph's University e pela Escola de Direito da Villanova University e é graduado com distinção do National War College. É o Diretor Executivo do Center on Law, Ethics and National Security da Escola de Direito da Duke University. Os blogs dele podem ser encontrados no site LAWFIRE, <https://sites.duke.edu/lawfire/>.*

## Referências

1. Shawn Snow, "It's Time to Remove Lawyers from the War Room," *Military Times* website, 14 May 2016, acesso em: 7 mar. 2017, <http://www.militarytimes.com/story/opinion/2016/05/14/time-remove-lawyers-war-room/84233792/>.
2. Brooke Goldstein, como citado por Steve Herman, "'Lawfare' Could Become Trump Tool against Adversaries," *Voice of America* website, 24 Jan. 2017, acesso em: 7 mar. 2017, <http://www.voanews.com/a/lawfare-possible-trump-tool-against-adversaries/3690167.html>.
3. Con Coughlin, "Legal Action against Soldiers 'Could Undermine Britain on the Battlefield' Warns Chief of General Staff," *The Telegraph* website, 29 Jan. 2016, acesso em: 7 mar. 2017, <http://www.telegraph.co.uk/news/uknews/defence/12130929/Legal-action-against-soldiers-could-undermine-Britain-on-the-battlefield-warns-chief-of-general-staff.html>. O Chefe do Estado-Maior Geral britânico disse, no ano passado, em reação a mais de 1.500 processos judiciais contra as forças britânicas, "Se nossos soldados estão sempre preocupados que possam ser processados porque o equipamento que usam não é o melhor equipamento no mundo, então isso é claramente um risco potencial para a liberdade de ação, a qual precisamos incentivar para ser capazes de derrotar nosso oponente".
4. Joel P. Trachtman, "Integrating Lawfare and Warfare," *Boston College International and Comparative Law Review* 39, no. 2 (2016): p. 267, acesso em: 7 mar. 2017, <http://lawdigitalcommons.bc.edu/iclr/vol39/iss2/3>.
5. "Globalization of Law," *Global Policy Forum* website, acesso em: 7 mar. 2017, <https://www.globalpolicy.org/globalization/globalization-of-law.html>.
6. Lyric Wallwork Winik, "A Marine's Toughest Mission (Gen. James L. Jones)," *Parade Magazine*, 19 Jan. 2003.
7. Stanley A. McChrystal, prefácio de *U.S. Military Operations: Law, Policy, and Practice*, eds. Geoffrey S. Corn, Rachel E. VanLandingham e Shane R. Reeves (New York: Oxford University Press, 2015), p. xi.
8. *Ibid.*, p. xii.
9. See Charles J. Dunlap Jr., "Lawfare," in *National Security Law*, 3rd ed. (Durham, NC: Carolina Academic Press, 2015), acesso em: 7 mar. 2017, [http://scholarship.law.duke.edu/faculty\\_scholarship/3408/](http://scholarship.law.duke.edu/faculty_scholarship/3408/). O autor já discutiu a guerra jurídica em trabalhos escritos anteriores, e um pouco da discussão aqui foi tirada deles.
10. Dunlap, "Law and Military Interventions: Preserving Humanitarian Values in 21st Conflicts" (paper presentation, Humanitarian Challenges in Military Intervention Conference, Washington, DC, 29 Nov. 2001), acesso em: 7 mar. 2017, [http://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=6193&context=faculty\\_scholarship](http://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=6193&context=faculty_scholarship); "About Lawfare: A Brief History of the Term and the Site," *Lawfare* (blog), acesso em: 7 mar. 2017, <https://www.lawfareblog.com/about-lawfare-brief-history-term-and-site>. Segundo o blog *Lawfare*, o termo "guerra jurídica" veio a ser adotado durante a apresentação do ensaio "Law and Military Interventions" ("A Lei e as Intervenções Militares", em tradução livre) de Dunlap.
11. *DOD [Department of Defense] Dictionary of Military and Associated Terms*, s.v. "asymmetric," modificado mais recentemente em fevereiro de 2017, p. 21, acesso em: 15 mar. 2017, [http://www.dtic.mil/doctrine/new\\_pubs/dictionary.pdf](http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/dictionary.pdf). "Nas operações militares, a aplicação de estratégias, táticas, capacidade e métodos dissimilares para contornar ou neutralizar os pontos fortes do inimigo ao mesmo tempo de explorar as suas fraquezas".
12. Sun Tzu, *The Art of War*, trans. Lionel Giles (Norwalk, CT:

Puppet Press, 1910), p. 46.

13. Trachtman, "Integrating Lawfare and Warfare," p. 267.
14. Bijal P. Trivedi, "U.S. Buys up Afghanistan Images from Top Satellite," National Geographic website, 25 Oct. 2001, [http://news.nationalgeographic.com/news/2001/10/1025\\_TVikonos.html](http://news.nationalgeographic.com/news/2001/10/1025_TVikonos.html).
15. Field Manual 3-24, *Insurgencies and Countering Insurgencies* (Washington, DC: U.S. Government Publishing Office [GPO], May 2014), [http://armypubs.army.mil/epubs/DR\\_pubs/DR\\_a/pdf/web/fm3\\_24.pdf](http://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/fm3_24.pdf).
16. Ibid., p. 13-13.
17. David H. Petraeus, entrevista por Sam Bailey, *Frontline*, PBS, 14 Jun. 2011, <http://www.pbs.org/wgbh/frontline/article/interview-general-david-petraeu/>. Petraeus disse, "Não se pode matar ou capturar a saída de uma insurgência de força industrial, que é a situação enfrentada pelo Afeganistão. ... leva a uma abordagem abrangente, e não somente militar, mas civil-militar".
18. "Iraqi Air Force 2003 and Rebuilt 2006," *Weapons and Warfare* website, 11 Jan. 2017, acesso em: 7 mar. 2017, <https://weaponsandwarfare.com/2017/01/11/iraqi-air-force-2003-and-rebuilt-2006/>.
19. Kyle Mizokami, "Russia's Military: Don't Believe the Hype," *The Week* website, 4 Jan. 2016, acesso em: 7 mar. 2017, <http://the-week.com/articles/596822/russias-military-dont-believe-hype>.
20. Juan C. Zarate, *Treasury's War: The Unleashing of a New Era of Financial Warfare* (New York: PublicAffairs, 2013); veja, também, Tom C. W. Lin, "Financial Weapons of War," *Minnesota Law Review* 100 (2016): p. 1377, [http://www.minnesotalawreview.org/wp-content/uploads/2016/04/Lin\\_ONLINEPDF.pdf](http://www.minnesotalawreview.org/wp-content/uploads/2016/04/Lin_ONLINEPDF.pdf).
21. Veja Jody Westbrook Flowers, "Litigation Areas: Anti-Terrorism," Motley Rice LLC website, acesso em: 7 mar. 2017, <https://www.motleyrice.com/anti-terrorism>.
22. Michael R. Gordon e Bernard E. Trainor, *The General's War: The Inside Story of the Conflict in the Gulf* (New York: Back Bay Books, 1994), p. 326.
23. Gary D. Solis, *The Law of Armed Conflict: International Humanitarian Law in War*, 2nd ed. (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2016), p. 275-76.
24. W. Michael Reisman e Chris T. Antoniou, eds., *The Laws of War: A Comprehensive Collection of Primary Documents on International Laws Governing Armed Conflict* (New York: Vintage, 1994), p. xxiv.
25. Sarbaz Yousef, "ISIS Uses Iraqi Civilians as Human Shields, Dozens Killed in U.S.-led Strike near Kirkuk," ARA News website, 4 Jun. 2015, acesso em: 15 mar. 2017, <http://aranews.net/2015/06/isis-uses-iraqi-civilians-as-human-shields-dozens-killed-in-u-s-led-strike-near-kirkuk/>.
26. William George Eckhardt, "Lawyering for Uncle Sam When He Draws His Sword," *Chicago Journal of International Law* 4, no. 2 (2003): p. 441, acesso em: 7 mar. 2017, <http://chicagounbound.uchicago.edu/cjil/vol4/iss2/12/>.
27. "Iraq Prison Abuse Scandal Fast Facts," CNN, modificado mais recentemente em 5 mar. 2017, acesso em: 15 mar. 2017, <http://www.cnn.com/2013/10/30/world/meast/iraq-prison-abuse-scandal-fast-facts/>.
28. Ricardo Sanchez, entrevista por Tom Brokaw, NBC Nightly News, 30 Jun. 2004, <http://www.msnbc.msn.com/id/5333895/>.
29. Petraeus, "Meet the Press" interview, cited in Joseph Berger, "U.S. Commander Describes Marja Battle as First Salvo in Campaign," *New York Times*, 21 Feb. 2010, acesso em: 8 mar. 2017, [http://www.nytimes.com/2010/02/22/world/asia/22petraeus.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2010/02/22/world/asia/22petraeus.html?_r=0).
30. Daniel Bates e Lee Moran, "'Disgusting' Video is 'Recruitment Tool for the Taliban': Outrage Across the World after Footage Emerges Showing U.S. Troops 'Urinating on Dead Afghan Bodies,'" Daily Mail website, 12 Jan. 2012, acesso em: 7 mar. 2017, <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2085378/US-troops-urinating-dead-Afghan-bodies-video-used-Taliban-recruitment-tool.html>.
31. Charles C. Krulak, "The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War," *Marines Magazine*, January 1999, [http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic\\_corporal.htm](http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic_corporal.htm).
32. Dean Cheng, "Winning without Fighting: Chinese Legal Warfare," *Backgrounder*, no. 2692 (Washington, DC: The Heritage Foundation, 18 May 2012), <http://www.heritage.org/asia/report/winning-without-fighting-chinese-legal-warfare>.
33. Ibid.
34. Ibid.
35. John Garnaut, "China's New Weapon for Expansion: Lawfare," *Sydney Morning Herald* website, 11 Apr. 2014, acesso em: 7 mar. 2017, <http://www.smh.com.au/world/chinas-new-weapon-for-expansion-lawfare-20140411-zqtir.html>.
36. Army Doctrine Reference Publication 3-0, *Operations* (Washington, DC: U.S. GPO, November 2016), para. 1-15, acesso em: 3 abr. 2017, [http://www.apd.army.mil/epubs/DR\\_pubs/DR\\_a/pdf/web/ADRP%203-0%20FINAL%20WEB.pdf](http://www.apd.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/pdf/web/ADRP%203-0%20FINAL%20WEB.pdf).
37. Ibid.
38. Joseph F. Dunford Jr., "Remarks and Q&A" (discurso, Center for Strategic and International Studies, Washington, DC, 5 October 2016), <http://www.jcs.mil/Media/Speeches/Article/707418/gen-dunfords-remarks-and-qa-at-the-center-for-strategic-and-international-studi/>.
39. Veja Aurel Sari, "Legal Aspects of Hybrid Warfare," *Lawfare* (blog), 2 Oct. 2015, acesso em: 7 mar. 2017, <https://www.lawfare-blog.com/legal-aspects-hybrid-warfare/>; Sari, "Hybrid Warfare, Law and the Fulda Gap," in *Complex Battle Spaces* (Oxford, UK: Oxford University Press, forthcoming), acesso em: 20 mar. 2017, [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2927773](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2927773).
40. Sascha Dov Bachmann e Andres B. Munos Mosquera, "Hybrid Warfare and Lawfare," *The Operational Law Quarterly—Center for Law and Military Operations* 16, no. 1 (2015): p. 4, acesso em: 20 mar. 2017, [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2698228](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2698228).
41. Christi Scott Bartman, *Lawfare: Use of the Definition of Aggressive War by the Soviet and Russian Federation Governments* (Newcastle upon Tyne, UK: Cambridge Scholars Publishing, 2010).
42. The Judge Advocate General's (JAG's) Legal Center and School, U.S. Army, Misc. Pub. 27-8, *2015 Commander's Legal Handbook* (Charlottesville, VA: JAG's Legal Center and School, 2015), p. 1, acesso em: 3 April 2017, <https://www.jagcnet.army.mil/cdrsLegalHandbook>.
43. James W. Welch e M. David Riley, "Intelligence Preparation of the Battlefield: Company Commanders Must Do Their Part," *Armor* 127, no. 2 (April-June 2016): p. 40, acesso em: 8 mar. 2017, [http://www.benning.army.mil/armor/eARMOR/content/issues/2016/APR\\_JUN/2Welch-Riley16.pdf](http://www.benning.army.mil/armor/eARMOR/content/issues/2016/APR_JUN/2Welch-Riley16.pdf).
44. U.S. Army JAG Corps, "Areas of Practice—Operational Law," modificado mais recentemente em 5 mai. 2015, acesso em: 15 mar. 2017, <http://www.goarmy.com/jag/jag-areas-of-practice.html>.
45. Dan Maurer, "The Staff Officer's Paintbrush: The Art of Advising Commanders," Modern War Institute at West Point,

2 Mar. 2017, acesso em: 8 mar. 2017, <http://mwi.usma.edu/staff-officers-paintbrush-art-advising-commanders/>.

46. Veja Ilana Kowarski, "5 Traits for Would-Be Military Lawyers," *U.S. News and World Report*, 11 Nov. 2016, acesso em: 15 mar. 2017, <https://www.usnews.com/education/best-graduate-schools/top-law-schools/articles/2016-11-11/5-traits-law-students-can-develop-to-be-a-military-attorney>.

47. Maurer, "The Staff Officer's Paintbrush."

48. *Ibid.*

49. Trachtman, "Integrating Lawfare and Warfare," p. 281.

50. *Chappell v. Wallace*, 462 U.S. 296, 300 (1983), <https://supreme.justia.com/cases/federal/us/462/296/case.html>.

51. Deloitte Touche Tohmatsu Limited, *2016 Deloitte Millennial Survey* (2016), p. 12, acesso em: 15 mar. 2017, <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/global/Documents/About-Deloitte/gx-millennial-survey-2016-exec-summary.pdf>.

52. *Ibid.*

53. Richard Schragger, "Cooler Heads: The Difference between the President's Lawyers and the Military's," *Slate* website, 20 Sep. 2006, acesso em: 8 mar. 2017, [http://www.slate.com/articles/news\\_and\\_politics/jurisprudence/2006/09/cooler\\_heads.html](http://www.slate.com/articles/news_and_politics/jurisprudence/2006/09/cooler_heads.html).

54. *Ibid.*

55. Stephen E. Ambrose, *Americans at War* (New York: Berkley, 1998), p. 152.

56. William Langewiesche, "How One U.S. Soldier Blew the Whistle on a Cold-Blooded War Crime," *Vanity Fair*, 16 Jun. 2015, acesso em: 15 mar. 2017, <http://www.vanityfair.com/news/2015/06/iraq-war-crime-army-cunningham-hatley-trial>.

57. Veja Charles Dunlap, "Civilian Casualties, Drones, Airstrikes and the Perils of Policy," *War on the Rocks* website, 11 May 2015, acesso em: 8 mar. 2017, <https://warontherocks.com/2015/05/civilian-casualties-drones-airstrikes-and-the-perils-of-policy/>.

58. Veja Dunlap, "The Moral Hazard of Inaction in War," *War on the Rocks* website, 19 Aug. 2016, acesso em: 8 mar. 2017, <https://warontherocks.com/2016/08/the-moral-hazard-of-inaction-in-war/>.

59. Orde F. Kittrie, *Lawfare: Law as a Weapon of War* (Oxford, UK: Oxford University Press, 2016), p. 3.

60. *Ibid.*

61. Stefan Halper, *China: The Three Warfares* (Cambridge, UK, University of Cambridge, May 2013), <https://cryptome.org/2014/06/prc-three-wars.pdf>.

62. Kowarski, "5 Traits for Would-Be Military Lawyers."

63. John Moore, "Lawfare," *Three Swords Magazine*, January 2017, p. 39, acesso em: 3 abr. 2017, [http://www.jwc.nato.int/images/stories/news\\_items/2017/Lawfare\\_Moore.pdf](http://www.jwc.nato.int/images/stories/news_items/2017/Lawfare_Moore.pdf).

64. *Ibid.*, p. 42-43.



Conferências de Estado-Maior, que incluíram o Chefe de Estado-Maior Geral Gerasimov (segundo à esquerda) e o então Tenente-General Andrey Valerievich Kartapolov (segundo à direita) ocorreram em 15 Jul 15, no Ministério de Defesa da Rússia, em Moscou, com representantes da República da Coreia. Os artigos e as palestras publicadas por ambos são amplamente considerados como tradução dos conceitos estratégicos dominantes que orientam a evolução das Forças Armadas russas. (Foto cortesia do Ministério de Defesa da Rússia)

# A Natureza Evolutiva do Modo Russo de Combater

Ten Cel Timothy Thomas (Reserva), Exército dos EUA

**E**ste artigo discute os três artigos militares russos sobre os quais a maioria dos analistas militares ocidentais especialistas em Rússia tem

dedicado a sua atenção ao longo dos últimos quatro anos. Diferente de outras análises desses artigos, esta oferece uma perspectiva que os compara lado a lado,

examinando o texto das versões originais e não simplesmente os comentários da imprensa sobre eles. Novos gráficos e tabelas incluídos nas versões originais são citados e alguns são discutidos com maiores detalhes, um dos quais é incluído aqui. Este artigo, em particular, pretende realizar quatro tarefas. Primeiro, demonstra que cinco elementos do pensamento militar russo continuam a dominar as descrições de conflito pelos especialistas militares. Segundo, mostra a preferência do Estado-Maior Geral russo pelo termo “novo tipo” de guerra acima de “guerra de nova geração” (GNG) e a ausência quase total do último termo nas publicações russas, desde 2013. Terceiro, ressalta que há, também, indicações nos artigos de que a Rússia talvez tenha em mente outra maneira para descrever o modo contemporâneo de combater ainda em desenvolvimento. Por último, é notável a ausência do emprego do termo “híbrido” pelas Forças Armadas russas para descrever o seu modo de combate.

## Uma Descrição dos Artigos

Ao longo dos últimos quatro anos, os analistas ocidentais têm considerado três artigos na imprensa militar russa como o foco do pensamento militar russo contemporâneo. São eles a transcrição da palestra proferida na Academia de Ciência Militar, no início de 2013, pelo Chefe do Estado-Maior Geral Valery Gerasimov; um artigo publicado em *Voennaya Mysl* (*Pensamento Militar*), no final de 2013, pelo Tenente-General S. A. Bogdanov e pelo Coronel S. G. Chekinov, ambos da Reserva; e a transcrição da palestra proferida na Academia de Ciência Militar, no início de 2015, pelo Tenente-General (agora Coronel-General) Andrey V. Kartapolov.

Nesses artigos, Gerasimov discute as tendências e as novas formas e modos de combater; Bogdanov e Chekinov abordam o que eles denominam “guerra de nova geração”, uma expressão que não tem aparecido nas publicações militares russas posteriores; e Kartapolov analisa o que é chamado o “novo tipo de guerra” (NTG).

Um aspecto interessante é que as explicações ocidentais para esses artigos têm sido incisivas, mas, também, às vezes, incorretas — incisivas no sentido que muitos dos assuntos são ressaltados, mas incorretas no que não oferecem o contexto ou acesso aos artigos originais, o que têm provocado algumas imprecisões e

impedido uma análise mais precisa. Por exemplo, o título da palestra, de 2013, de Gerasimov é “As Tendências Principais na Evolução de Formas e Métodos de Empregar Forças Armadas e as Tarefas Atuais da Ciência Militar Relacionadas à sua Melhoria” e não “O Valor da Previsão”, que indica que a maioria dos analistas não tinha acesso ao artigo original, mas em vez disso, leu apenas como fora citado e declarado na revista russa *Voyenno-promyshlennyi kompleks — VPK* (*Complexo Militar Industrial*). O foco desse artigo é, na realidade, as tendências na maneira de combater e as formas e os métodos para enfrentá-las.

Além disso — para os artigos de Gerasimov e Kartapolov, em particular — há vários gráficos ou tabelas que acompanhavam as suas palestras que foram publicados na *Vestnik Akademii Voennykh Nauk* (*Revista da Academia de Ciência Militar*) que não parecem ter sido analisados nas discussões dentro e fora da Rússia, até agora. Embora apenas um gráfico tenha sido incluído neste artigo, cada gráfico ou tabela acrescentou muito ao entendimento daquelas palestras.

Este artigo irá analisar, brevemente, o conteúdo dessas três obras e concentrar-se nas mensagens de cada autor quando aplicadas dentro do contexto do pensamento militar russo. É importante levar em conta (como e refletido nesses três documentos) que o pensamento militar russo, na opinião deste autor, consiste em cinco elementos básicos: as tendências da natureza variável da guerra, a previsão, a estratégia e a correlação de forças ao longo dos eixos estratégicos, as formas e os métodos dos meios de combate e o uso de lições históricas<sup>1</sup>. A abordagem de cada autor tende a enfatizar muitos desses elementos do pensamento militar.

Finalmente, os autores militares russos citam que as suas forças armadas conduzem o NTG, e não a guerra híbrida. Embora nenhum artigo específico seja usado para substanciar essa opinião, vale observar que as forças armadas russas fazem uma afirmação ao contrário, que o Ocidente emprega táticas híbridas contra a Rússia (veja a discussão no artigo de Kartapolov, abaixo). Por exemplo, em relação à guerra híbrida, um artigo, de 2015, de uma revista militar russa declarou o seguinte:

“A guerra híbrida (*gibridnaya voyna*)”, então, não é exatamente o termo correto e está um pouco em discordância com o glossário usado na ciência militar deste país. Essencialmente, essas ações podem ser consideradas como

uma forma de confronto entre países ou, em um sentido mais restrito, como uma forma em que as forças e as capacidades são usadas para garantir a segurança nacional<sup>2</sup>.

Além disso, o Presidente russo Vladimir Putin (em 30 de maio de 2017) declarou durante uma entrevista ao jornal *Le Figaro*:

Não há necessidade de escalar coisa alguma, nenhuma necessidade de imaginar míticas ameaças russas, guerras híbridas e assim por diante. Essas são as suas próprias fantasias e, então, vocês se assustam e, com base nisso, formulam uma probabilidade política. Tal política não tem probabilidade<sup>3</sup>.

## Gerasimov, no Início de 2013

A palestra do Chefe do Estado-Maior Geral Gerasimov, transcrita e publicada, em 2013, em um artigo da *Vestnik Akademii Voennykh Nauk* (*Revista da Academia de Ciência Militar*) é sobre as tendências, formas (que são organizações militares) e métodos (que incluem armas e tipos de arte militar) a serem usados pelas forças militares russas<sup>4</sup>. Ele começa a sua abordagem com algumas das tendências que observou sobre a natureza variável da guerra. Essas tendências incluem afirmações de que

- as guerras já não estão sendo declaradas,
- as “revoluções coloridas” (demonstrações populares em massa conduzidas juntamente com outros esforços populares para minar as instituições nacionais de governo) podem ocorrer com rapidez,
- o novo tipo de guerra é semelhante à guerra tradicional (a sua menção do NTG precede a de Kartapolov por dois anos e Gerasimov nunca usou o termo GNG em quaisquer de suas cinco palestras anuais na Academia de Ciência Militar) e

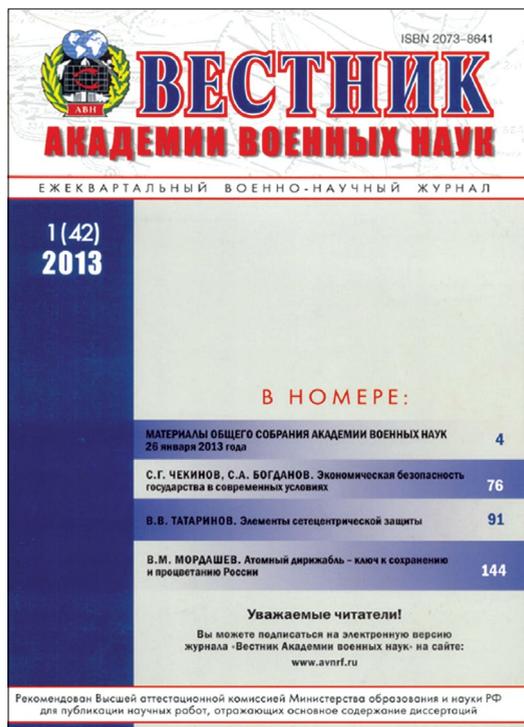
- os métodos não militares são, às vezes, mais efetivos que os militares.

Primeiro, Gerasimov afirma que uma combinação de métodos não militares, incluindo o potencial de protestos da população, ações militares clandestinas, operações de informações e atividades das forças especiais são empregados por algumas nações para controlar conflitos (Ironicamente, a fórmula que descreve remonta às próprias atividades russas associadas à anexação da Crimeia). Ele observa, também, que a

manutenção da paz e o que ele chama operações de “regulação de crises” podem, às vezes, ser usadas como um emprego aberto de forças militares para conquistar objetivos específicos<sup>5</sup>.

Segundo, Gerasimov lista um conjunto de evoluções que parecem descrever como uma guerra contemporânea deve ser travada. Ele afirma que a tática principal dentro desse conjunto de evoluções é a ausência de contato ou o engajamento remoto, considerando que a tecnologia das informações tem reduzido em muito as distâncias espaciais e de tempo entre os oponentes. Como consequência, ele observa, as pausas operacionais estão desaparecendo. Depois, descreve como os níveis de guerra e de combate (estratégia, operações, táticas; ataque

e defesa) se estabilizaram devido à existência das tecnologias das informações. Terceiro, ele especifica que está crescendo o emprego de forças móveis conjuntas operando em um ambiente de reconhecimento e de informações. Quarto, ele descreve a eficácia das zonas de exclusão aérea, bloqueios e o emprego de empresas militares privadas, observando que estão sendo utilizados com mais frequência. Quinto, ele descreve os tipos de métodos assimétricos para enfrentar um oponente que estão em evolução. Para avançar mais nessas áreas, Gerasimov recomenda, durante a sua



A edição, de 2013, da *Revista da Academia de Ciência Militar* em que o artigo “As Tendências Principais na Evolução de Formas e Métodos de Empregar Forças Armadas e as Tarefas Atuais da Ciência Militar Relacionadas à sua Melhoria” foi publicado (página 24). (Imagem Cortesia do Autor)

palestra, que a Academia de Ciência Militar ajude no desenvolvimento de novas formas e métodos de emprego assimétrico.

Finalmente, ele afirma que o emprego de munições guiadas de precisão, robôs, veículos aéreos não tripulados e armas baseadas em novos princípios físicos serão os novos métodos principais para engajar um inimigo<sup>6</sup>.

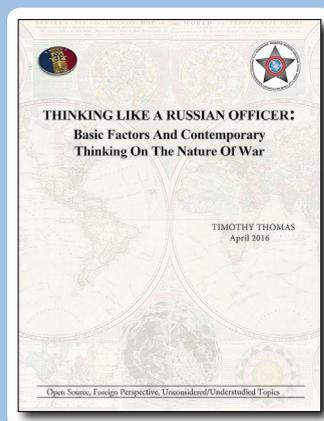
Depois, Gerasimov analisa e descreve as formas e os métodos de combate empregados pelos soviéticos no Afeganistão, incluindo no artigo uma tabela que os lista. Ele observa que “um conjunto de assuntos muito importantes é associado com a melhoria das formas e dos métodos do emprego de agrupamentos de forças”. E, de acordo com o título deste artigo, ele prossegue, descrevendo um número de formas e de métodos necessários para as forças armadas russas, como os usados fora das fronteiras do país; para as forças aeroespaciais; e para operações humanitárias, de resgate e de evacuação, entre outras. Gerasimov observa, também, que as formas (sem menção dos métodos) são necessárias para operações estratégicas e a manutenção da paz<sup>7</sup>.

Essa descrição das formas e dos métodos é ampliada com uma avaliação de como melhorar o conceito de defesa territorial da Rússia. Para abordar esse objetivo, Gerasimov cita que ele está buscando uma maneira para integrar as infraestruturas civis e militares para que, em caso de conflito, todos lutem em defesa do território russo. Isso precisa ser realizado, Gerasimov observa depois, com a cooperação das estruturas de poder do Estado e das outras estruturas do Estado. Uma consequência dessa necessidade é o desenvolvimento de novas maneiras para apoiar o processo decisório<sup>8</sup>.

À luz dos seus comentários declarando a defesa territorial como uma necessidade específica, parece que o subsequente passo para realizar esse objetivo foi alcançado, considerando que, aparentemente, o Centro de Gerenciamento da Defesa Nacional (CGDN) da Rússia, durante o exercício *Kavkaz—2016*, cumpriu

a meta de melhorar a defesa territorial ao assumir o controle da integração das estruturas militares e civis. Além disso, o CGDN, que foi o foco da palestra de Gerasimov na Academia, em 2015, também tem instituído, como tem sido noticiado, modelos e simulações para melhorar as capacidades de tomada de decisão e, também, começado a ensinar aos civis as técnicas de integração com as forças armadas.

Gerasimov conclui a sua palestra observando que as mudanças da natureza dos conflitos exigem novos sistemas de apoio e novas formas e métodos para o emprego dos meios de combate. Ele declara que a Rússia não deve copiar a experiência estrangeira. Em vez de acompanhar, a exigência é “ultrapassar” os adversários e estar na vanguarda em relação a esses meios. Até agora, com seu foco no desenvolvimento de novas armas de todos os tipos, desde hipersônicas até quânticas, o Ministério de Defesa da Rússia parece aderir irrestritamente a esse conselho. Além disso, ele afirma que a



## Military Review

### NÓS RECOMENDAMOS

Para uma discussão mais detalhada sobre o ambiente intelectual e cultural dentro do qual o pensamento de oficiais russos é formado, veja a monografia de Timothy Thomas “Thinking like a Russian Officer: Basic Factors and Contemporary Thinking on the Nature of War” (Fort Leavenworth, KS: Foreign Military Studies Office, April 2016), disponível em: [http://fmso.leavenworth.army.mil/documents/Thinking%20Like%20A%20Russian%20Officer\\_monograph\\_Thomas%20\(final\).pdf](http://fmso.leavenworth.army.mil/documents/Thinking%20Like%20A%20Russian%20Officer_monograph_Thomas%20(final).pdf).

previsão dos tipos de guerra aos quais a Rússia pode ser atraída foi muito importante. Ele termina citando os comentários de Alexander Svechin, há vários anos, sobre o pensamento estratégico que “cada conflito tem a sua própria lógica”. Ele conclui declarando que conta com a Academia de Ciência Militar para estudar novas maneiras de lidar com diferentes tipos de conflito e apoiar os seus esforços relacionados a esse assunto<sup>9</sup>.

A palestra de Gerasimov inclui vários diagramas e tabelas. Um desses ressalta o emprego de métodos não militares sendo usados em uma proporção de 4:1 em relação aos métodos militares. Há três diagramas que

se concentram nas formas e nos métodos de conflito (tradicionais, novos e aqueles usados no Afeganistão). Finalmente, há uma lista das tarefas principais da ciência militar, um diagrama dos equipamentos robóticos dos EUA e uma lista de maneiras como usar as Forças Armadas russas fora das fronteiras do país<sup>10</sup>.

## Chekinov e Bogdanov, no Final de 2013

Na conclusão do seu artigo na décima edição da *Voennaya Mysl'* (*Pensamento Militar*), em 2013, o Tenente-General (Reserva) S. A. Bogdanov e Coronel (Reserva) S. G. Chekinov declaram que “a superioridade de informações e as operações antecipatórias são os ingredientes principais do êxito nas guerras de nova geração”<sup>11</sup>. Para entender esse ponto de vista, é importante voltar atrás no artigo e se concentrar nos elementos corroborativos oferecidos pelos autores sobre esses dois itens.

Uma afirmação chave feita por eles é que a previsão é talvez uma melhor maneira para entender as “operações antecipatórias”. Na realidade, a tradução russa é “o primeiro a ver será o primeiro a começar as ações decisivas”<sup>12</sup>. Em relação à superioridade de informações, os autores apresentam duas ideias principais no seu documento. A primeira é que “nenhum objetivo será conquistado nas guerras futuras a menos que um beligerante obtenha a superioridade de informações sobre o outro”<sup>13</sup>. Portanto, será necessário obter a superioridade em relação à tecnologia das informações desde que as novas armas têm mais poder mortífero, alcance, precisão e velocidade. As tecnologias de informações superiores são necessárias para fornecer Inteligência, reconhecimento, controle, comunicações e capacidades de guerra de Informação com maior

potencial<sup>14</sup>. Tais armas têm “alterado significativamente os padrões de emprego do poder de combate e a condução das operações militares”<sup>15</sup>. Isso exige um foco nas armas da nova geração em particular, como robôs, veículos aéreos não tripulados, com-

putação quântica, munições guiadas de precisão, sistemas de reconhecimento-ataque e capacidades de guerra eletrônica<sup>16</sup>. Essas armas são o resultado de tecnologias que tanto integram as capacidades em uma velocidade de nanosegundos quanto oferecem novas capacidades nunca antes previstas. Por exemplo, os robôs podem conduzir reconhecimento, coordenar operações de combate entre várias Forças Singulares, consertar armas, construir defesas, destruir equipamento pesado inimigo, desativar minas e neutralizar áreas contaminadas<sup>18</sup>.

A segunda ideia ressaltada pelos autores é a necessidade de estabelecer o que eles se referem como a superioridade da “guerra psicológica e das informações”. Isso se refere ao controle da pressão que as informações podem exercer contra um adversário por meio

da mídia, organizações não governamentais, subsídios estrangeiros, organizações religiosas, propaganda e desinformações planejadas para provocar o caos em uma sociedade<sup>19</sup>. Enquanto isso, a Rússia tentará defender-se contra ameaças semelhantes e criar um ambiente favorável para as operações das forças armadas ao enfrentar a guerra psicológica e a guerra das informações que acredita estão sendo usadas contra ela pelos meios não militares e de dissuasão. Entre os meios não militares estão os morais, psicológicos, ideológicos, diplomáticos, econômicos, de informações e outros. As medidas de dissuasão também incluem uma demonstração da prontidão da Força, uma advertência sobre o emprego imediato da opção



A edição, de 2013, de *Pensamento Militar* (Nr 10) onde o artigo “Sobre a Natureza e o Conteúdo das Guerras de uma Nova Geração”, do Tenente-General (Reserva) S. A. Bogdanov e do Coronel (Reserva) S. G. Chekinov, foi publicado (página 13). (Imagem Cortesia do Autor)

nuclear e a preparação e a condução de uma operação de informações para enganar o inimigo sobre a prontidão operacional da Rússia<sup>20</sup>.

A discussão por parte dos autores sobre o aspecto de previsão dos ingredientes da GNG para o sucesso é igualmente, se não mais, interessante, uma vez que se concentra na importância dos períodos de início e de encerramento do conflito, na identificação de alvos que asseguram o êxito e no emprego de medidas que garantirão a vitória. O início do período da guerra (os autores anteriormente tinham escrito sobre o período inicial da guerra) é prevista como decisiva. Eles afirmam que ele incluirá uma operação de informações direcionada, uma operação de guerra eletrônica, uma operação aeroespacial, incursões continuadas pela força aérea, o emprego de armas de alta precisão lançadas de várias plataformas, artilharia de longo alcance e armas baseadas nos novos princípios físicos. O período de encerramento será usado para esmagar ou aniquilar as unidades restantes, principalmente pelo emprego de tropas terrestres<sup>21</sup>.

Os alvos que precisam ser identificados no processo de previsão e subsequentemente neutralizados são os centros de controle governamentais e militares críticos, instalações essenciais do complexo militar industrial e o sistema de gerenciamento das forças armadas do oponente. Também de importância vital é a prevenção de um desdobramento ordenado das forças inimigas. A vitória é assegurada se o sistema político e econômico do oponente é tornado ingovernável, a sua população desmoralizada e os complexos militares industriais destruídos ou danificados até o ponto de serem irrecuráveis, segundo os autores<sup>22</sup>.

Outro aspecto chave deste artigo é um foco nas tendências da natureza variável da guerra que a Rússia considera em evolução, e não na natureza predefinida de como derrotar essas tendências, como as previsões dos períodos de abertura e de encerramento sugerem. Aqui três dessas tendências são identificadas. Primeiro, a tática principal da GNG é declaradamente o engajamento remoto, uma vez que a tecnologia das informações tem reduzido a distância (física, temporal e informacional) entre os oponentes. Segundo, os níveis de guerra e de combate (estratégia, operações, táticas; ataque e defesa) têm permanecido estáveis devido à existência das tecnologias das informações. Terceiro, o emprego de forças móveis conjuntas operando em um

ambiente de reconhecimento e de informações está crescendo<sup>23</sup>. Vale observar que essas tendências e algumas outras, quase palavra por palavra, parecem ter sido tiradas da palestra anterior, de Gerasimov, em 2013.

Os autores prosseguem, observando que novas armas e métodos para empregá-las têm mudado radicalmente a natureza e o conteúdo do conflito armado. Novos padrões de emprego do poder de combate e de condução de operações militares têm mudado em várias maneiras. Como consequência, já não existem linhas divisórias entre oponentes; os flancos são mais expostos; as ordens de batalha têm lacunas; as armas de alta tecnologia do atacante oferecem superioridade esmagadora; as armas de alta precisão de longo alcance podem ser usadas em uma grande escala; as instalações econômicas e os centros de controle vitais podem ser destruídos como nunca antes; atualmente, o reconhecimento, os fogos e as unidades de guerra eletrônica e de informações das Forças Singulares e das Armas são integrados; e os satélites em órbita desempenham um papel em cada vez mais amplo<sup>24</sup>. Finalmente, os meios assimétricos, medidas não militares e os meios indiretos serão usados mais do que nunca para compensar a superioridade do oponente.

Assim, este artigo se concentra na necessidade de obter a superioridade de informações, prever a direção provável da guerra e desenvolver uma apreciação pela natureza variável do conflito armado, tal como em um papel aumentado para as operações não militares. Nos seus textos escritos após a publicação deste artigo, os autores recorreram somente ao uso do NTG e não da GNG. É interessante que o assunto da GNG parece ter desaparecido das revistas militares russas desde a publicação do artigo de Chekinov e Bogdanov, em 2013. Além disso, os autores não abordaram a GNG nos sete artigos que escreveram desde então, na [revista] *Pensamento Militar*. Esses artigos abrangeram assuntos sobre a futurologia, a arte da guerra, a previsão, a arte militar e a segurança, a estratégia e o conceito da guerra do Século XXI. Eles apenas se referiram ao NTG, indicando uma preferência do Estado-Maior Geral por essa terminologia, como demonstrado na próxima seção.

## Kartapolov, no Início de 2015

O Tenente-General Andrey V. Kartapolov era Comandante da Diretoria de Operações Principais do Estado-Maior Geral russo quando deu uma palestra na

## Os Métodos e as Maneiras de Conduzir um Novo Tipo de Guerra

A conquista de objetivos no novo tipo de guerra juntamente com, ou sem, o emprego de força militar. Conjunto de ações indiretas “métodos híbridos”.

Pressionar o inimigo de forma política, econômica, psicológica e por meio das informações.

Desorientar a liderança política e militar do Estado alvo. Espalhar insatisfação entre a população.

Preparar destacamentos de oposição armada e enviá-los para a região de conflito.

**Intensificar pressão diplomática e propaganda na comunidade mundial.**

Desdobrar e empregar clandestinamente forças de operações especiais, ataques cibernéticos e ações contra software; conduzir reconhecimento e atos subversivos em grande escala; apoiar a oposição interna; e empregar novos sistemas de armas.

**Mudar para métodos clássicos de travar a guerra, usando vários tipos de armas em combinação com ações de informações de larga escala.**

Capturar território inimigo com ação simultânea contra (destruição de) forças e alvos por toda a sua área.

Empregar armas de precisão em larga escala, empregando extensivamente forças de operações especiais, sistemas robóticos e armas baseadas nos novos princípios físicos.

**Liquidar centros de resistência com a ajuda de ataques aéreos e de artilharia, efetuando ataques de armas de precisão e inserindo forças de assalto. Limpar o território usando forças terrestres. Estabelecer controle completo do Estado alvo.**

(Gráfico traduzido pelo Dr. Harold Orenstein)

### **Gráfico de “Lições dos Conflitos Militares e as Probabilidades de Evolução dos Recursos e dos Métodos para Conduzi-los. Ações Diretas e Indiretas nos Conflitos Internacionais Contemporâneos,” *Vestnik Akademii Voennykh Nauk 2* [Revista da Academia de Ciência Militar 2] (2015): p. 35.**

Academia de Ciência Militar que abrangeu os elementos do NTG, no início de 2015. Em relação às forças armadas russas, ele observou,

Formas e métodos não padronizados estão sendo desenvolvidos para uso das nossas Forças Armadas, que farão com que seja possível nivelar a superioridade tecnológica do inimigo. Para isso, as características da preparação e da condução do novo tipo de guerra estão em pleno uso e métodos “assimétricos” para enfrentar o inimigo estão em desenvolvimento<sup>25</sup>.

Ele prossegue, afirmando que a transferência das operações em grande escala para o emprego de munições guiadas de precisão tem mudado a natureza da guerra, considerando que estão direcionadas não somente contra agrupamentos de forças de um Estado, mas também contra a estrutura crítica no âmago de um Estado inimigo. Os Estados Unidos e a OTAN, com

novos sistemas estratégicos de defesa antiaérea, tentam neutralizar as capacidades de outras nações para conduzir tais operações, minando assim a estabilidade global e interrompendo a correlação de forças desenvolvida na esfera de mísseis nucleares<sup>26</sup>.

Depois, Kartapolov discute muitos dos mesmos elementos de pensamento militar russo abordados por Gerasimov, Chekinov e Bogdanov. Esses assuntos incluem a necessidade de desenvolver novas armas, as formas e os métodos do seu uso, novas mudanças da natureza do conflito armado e o crescente emprego de modelos não tradicionais de confronto que utilizam ambas as ações diretas e indiretas. Então, ele discorre bastante sobre o que ele descreve como a campanha anti-russa dos EUA e as suas tentativas de se manter como a única superpotência do mundo, por meio da introdução de métodos híbridos, que incluem efeitos psicológicos e das informações. Isso envolve ações indiretas que consistem em atividades clandestinas

direcionadas para provocar problemas internos na população de um oponente e o emprego de assim chamadas “terceiras forças”. As campanhas políticas conduzidas pelo Ocidente, ele observa, produzem “pressão de informações” oculta, alegando que outros participam em violações dos direitos humanos, tirania, desenvolvimento de armas de destruição em massa e falta de democracia. Os confrontos de informações são conduzidos usando falsificações, substituições ou distorções das informações<sup>27</sup>. É interessante que tudo isso parece exatamente com os métodos que a Rússia utilizou na Ucrânia, para se apoderar da Crimeia.

Kartapolov, depois, entra em uma longa discussão sobre as revoluções coloridas, que segundo ele provocam confusão entre os oponentes do Ocidente sobre quem luta e para que, o que é verdade e o que é mentira<sup>28</sup>. Mais uma vez, isso parece muito semelhante à forma como a mídia controlada pelo Estado russo tem atuado em áreas como o Báltico, onde fabrica a sua própria realidade e ignora a verdade. Então ele declara que o uso dos métodos do NTG pelo Ocidente viola os padrões humanitários, desloca populações e é quase como a condução de genocídio. O pretexto para interferência pela força é conduzido “sob o manto de prevenir uma catástrofe humanitária e estabilizar a situação”. Depois ele afirma que o NTG é entre 80% e 90% de propaganda e 10% a 20% de violência<sup>29</sup>.

Para combater essas tendências, a ação direta (como ações ofensivas) precisam aderir ao princípio do dinamismo, considerando que uma operação passiva levará a uma perda de comando e controle. Da mesma forma, ele afirma que os recursos armados precisam ser melhorados, especialmente as capacidades de Inteligência, comando e controle e os meios de destruição, com a capacidade de atacar à grande distância<sup>30</sup>.

Assim, Kartapolov apresenta uma opinião contraditória do NTG. Ele enfatiza, várias vezes, como o Ocidente, e os Estados Unidos em particular, utiliza o conceito e o faz de uma maneira implacável. Depois, no final do seu discurso, ele afirma claramente que a Rússia

está se preparando para conduzir o NTG também, juntamente com o desenvolvimento de métodos assimétricos. O diagrama do NTG (gráfico na página 40) que Kartapolov usa para explicar o conceito é anexado no final da sua apresentação<sup>31</sup>. Observe que ele equivale as ações indiretas (um foco russo) às híbridas (um foco norte-americano).

A importância do diagrama é que Kartapolov oferece algo que nenhum outro oficial russo tem tentado, uma visão sobre como os conflitos futuros se desenvolvem e são resolvidos em fases.

Kartapolov observa, no final do seu discurso, que o desenvolvimento de ações assimétricas e indiretas precisa ser introduzido no treinamento operacional. Além disso, ele acrescenta que novos e melhorados recursos e métodos

para a condução de conflitos militares contemporâneos estão crescendo e são “capazes, também, de dar à luz a outras formas de guerra”<sup>32</sup>. Assim, ele conclui que os métodos GNG e NTG talvez sejam apenas passos no caminho para o desenvolvimento de novas formas e métodos de guerra.

A apresentação de Kartapolov inclui vários gráficos. Esses gráficos abrangem a estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos, de 2015, o desenvolvimento e a escalada de conflitos militares, as diferenças básicas entre guerras tradicionais e conflitos contemporâneos, as forças clássicas da condução da guerra armada (aqui havia fotografias de capas de regulamentos militares russos), mudanças da natureza do conflito armado, tendências de prioridade no desenvolvimento e na criação



Após à publicação da sua palestra de 2015, na Academia de Ciência Militar, Andrey V. Kartapolov foi promovido a coronel-general e designado como Comandante do Distrito Militar do Ocidente, em 2015. (Foto cortesia da Wikimedia Commons)

de capacidades de combate contemporâneas das Forças Armadas russas e um quadro com vários tipos de operações assimétricas<sup>33</sup>.

## Conclusões

Todos esses três artigos se concentram na evolução de tendências na guerra, na natureza variável de conflito e na necessidade de novas formas e métodos de combater. Devido à proeminência dos autores, esses podem ser considerados representativos do pensamento militar russo atual, nos escalões mais altos. Cada apresentação, contudo, tem, também, uma inclinação particular que é digna de menção.

No artigo de Gerasimov, é o fato de que a Rússia precisa tentar ultrapassar os seus oponentes potenciais em armas e não simplesmente copiar a experiência estrangeira. Por essa razão, o Ocidente deve esperar que o esforço de modernização russo continue sem pausa até que, do ponto de vista de Putin, a Rússia ultrapasse o Ocidente em competência, em modernos equipamentos e em proeminência nas novas ideias e capacidades assimétricas.

A palestra de Gerasimov é, também, a primeira a exprimir a observação de que no conflito contemporâneo, os métodos não militares são usados em uma proporção de 4:1 em relação aos métodos militares. Finalmente, ele se concentra na melhoria do conceito de defesa territorial da Rússia, que proporcione ao país defesa em profundidade, ao integrar as estruturas civis e militares. Esse objetivo parece ter sido alcançado com o desenvolvimento do Centro de Gerenciamento da Defesa Nacional russo.

Para Bogdanov e Chekinov, a sua explicação da GNG como um tópico parece ter desaparecido. É desconhecido se isso é porque a discussão sobre o conceito tem, agora, entrado nos canais sigilosos da Rússia ou se tem simplesmente perdido a sua utilidade e foi substituída por outros conceitos. Independentemente disso, a discussão sobre as armas de nova geração tem continuado. Quase diariamente na imprensa russa, há menção ao impacto das armas de nova geração, sejam

armas baseadas em novos princípios físicos ou, como observado por um autor, armas que, por enquanto, não podem ser discutidas na mídia. Os autores enfatizam bastante que os novos padrões de emprego do poder de combate têm evoluído e a condução das operações militares tem mudado.

O artigo de Kartapolov é o mais polêmico, em que ele presta uma quantidade excessiva de atenção aos métodos ocidentais de combate, afirmando que os métodos híbridos foram usados pelos Estados Unidos e pela OTAN ao longo dos últimos 20 anos. Ele descreve as características do NTG e oferece um diagrama que ilustra como isso pode progredir. Depois, no final do artigo, ele observa que a Rússia irá implementar o NTG e melhorá-lo com métodos assimétricos e indiretos. Talvez de maior interesse seja sua declaração que novos e melhorados recursos e métodos para a condução de conflitos militares contemporâneos estão crescendo e são “capazes, também, de dar à luz a outras formas de guerra”<sup>32</sup>.

Entretanto, os centros militares dos EUA, por todo o país, continuam a focar nos conceitos da GNG. Sem dúvida, há valor nisso, e o esforço deve continuar. Contudo, os líderes precisam, também, tomar consciência do fato de que esse conceito, talvez por desuso, tem desaparecido das publicações russas. Está na hora de colocar uma quantidade igual de foco no NTG, o conceito atualmente enfatizado, que mesmo os autores do artigo sobre a nova geração parecem ter adotado. É muito importante continuar a acompanhar o que esses e outros proeminentes autores militares russos têm a dizer no futuro. As suas novas ideias sobre a natureza variável da guerra, em particular, ajudam todas as nações a obter uma outra perspectiva sobre o caminho que a humanidade toma, de acordo com o desenvolvimento de novas armas. O caminho não é auspicioso, considerando que é cheio de riscos potenciais, com consequências não desejadas, e talvez trágicas para a maioria das nações, se muitos dos conceitos — emprego de [armas] hipersônicas, nucleares, quânticas, etc. — forem usados no futuro, especialmente por Estados malfeitores. ■

*O Tenente-Coronel Timothy L. Thomas, do Exército dos EUA, Reserva Remunerada, é analista superior do Foreign Military Studies Office (Escritório de Estudos Militares Estrangeiros), no Forte Leavenworth, Kansas. É bacharel em Engenharia pela Academia Militar dos EUA e mestre em Relações Internacionais pela*

University of Southern California. Durante sua carreira no Exército dos EUA, foi Oficial da Área de Assuntos Internacionais, especializado em estudos soviéticos/russos. É autor de vários artigos e livros, incluindo três sobre a Rússia: *Russia Military Strategy: Impacting 21st Century Reform and Geopolitics* (“A Estratégia Militar Russa: Impactando a Reforma e a Geopolítica do Século XXI”, em tradução livre); *Recasting the Red Star: Russia Forges Tradition and Technology through Toughness* (“Reformulando a Estrela Vermelha: A Rússia Forja a Tradição e a Tecnologia pela Tenacidade”, em tradução livre); e *Kremlin Kontrol* (“Controle pelo Kremlin”, em tradução livre).

## Referências

1. Para uma discussão sobre esses elementos, veja Timothy Thomas, “Thinking like a Russian Officer: Basic Factors and Contemporary Thinking on the Nature of War” (monografia, Fort Leavenworth, KS: Foreign Military Studies Office, April 2016), acesso em: 10 mai. 2017, [http://fmso.leavenworth.army.mil/documents/Thinking%20Like%20A%20Russian%20Officer\\_monograph\\_Thomas%20\(final\).pdf](http://fmso.leavenworth.army.mil/documents/Thinking%20Like%20A%20Russian%20Officer_monograph_Thomas%20(final).pdf).
2. V. B. Andrianov e V. V. Loyko, “Questions Regarding the Use of the Armed Forces of the Russian Federation in Crisis Situations in Peacetime,” *Voennaya Mysl* 1 (*Pensamento Militar* 1) (2015), p. 68.
3. “Macron et Poutine: L’entente Contre le Terrorisme,” *Le Figaro*, 30 May 2017, citado em Russian Interfax News Agency (in English), 30 May 2017.
4. Valery V. Gerasimov, “Principal Trends in the Development of the Forms and Methods of Employing Armed Forces and Current Tasks of Military Science Regarding Their Improvement,” *Vestnik Akademii Voennykh Nauk* 1 (*Revista da Academia de Ciência Militar* 1) (2013): p. 24-29.
5. *Ibid.*, p. 24.
6. *Ibid.*, p. 24, 26.
7. *Ibid.*, p. 26-27.
8. *Ibid.*, p. 28.
9. *Ibid.*, p. 29.
10. *Ibid.*, p. 25-28.
11. S. G. Chekinov e S. A. Bogdanov, “On the Character and Content of Wars of a New Generation,” *Voennaya Mysl* 10 (*Pensamento Militar* 10) (2013): p. 13–24.
12. *Ibid.*, p. 24.
13. *Ibid.*, p. 14.
14. *Ibid.*, p. 15.
15. *Ibid.*, p. 17.
16. *Ibid.*, p. 21-22.
17. *Ibid.*, p. 20.
18. *Ibid.*, p. 22.
19. *Ibid.*, p. 17-18.
20. *Ibid.*, p. 20, 24.
21. *Ibid.*, p. 23.
22. *Ibid.*
23. *Ibid.*, p. 13.
24. *Ibid.*, p. 16-17.
25. Andrey V. Kartapolov, “Lessons of Military Conflicts and Prospects for the Development of Resources and Methods of Conducting Them. Direct and Indirect Actions in Contemporary International Conflicts,” *Vestnik Akademii Voennykh Nauk* 2 (*Revista da Academia de Ciência Militar* 2) (2015): p. 35.
26. *Ibid.*
27. *Ibid.*, p. 29.
28. *Ibid.*, p. 30-31.
29. *Ibid.*, p. 33.
30. *Ibid.*
31. *Ibid.*, p. 28.
32. *Ibid.*, p. 36.
33. *Ibid.*, p. 27-28, 30-32 e 34-35.



# A Região Indo-Ásia-Pacífico e o Conceito de Combate Multidomínio

Gen Ex Robert B. Brown, Exército dos EUA

**A**s Forças Armadas dos Estados Unidos (EUA) se encontram em uma encruzilhada, enfrentando desafios institucionais e operacionais. A natureza da guerra continua a mudar em um ritmo rápido, exigindo que líderes militares reavaliem algumas de suas principais crenças. Essa situação já provocou a análise e a melhoria de conceitos, de capacidades e de recursos humanos para garantir que as forças dos EUA estejam prontas para os conflitos atuais e futuros. Sem dúvida, qualquer conflito futuro será cada vez mais complexo e

abrangente, envolvendo ações através de múltiplos domínios — terrestre, aéreo, marítimo, espacial e cibernético — por múltiplas Forças Singulares, às vezes simultaneamente<sup>1</sup>. O nascente conceito de Combate Multidomínio, sobre o qual alguns dos elementos estão descritos em um documento vindouro produzido, juntamente, pelo Exército e pelo Corpo de Fuzileiros Navais, aborda a progressiva complexidade do campo de batalha e a sua exigência pela integração das Forças Singulares<sup>2</sup>. Embora ainda em fase de desenvolvimento e experimentação, o conceito já afeta as



(Gráfico por Sgt Mark A. Moore II, Exército dos EUA)

decisões operacionais e sobre a distribuição de recursos, especialmente na região Indo-Ásia-Pacífico.

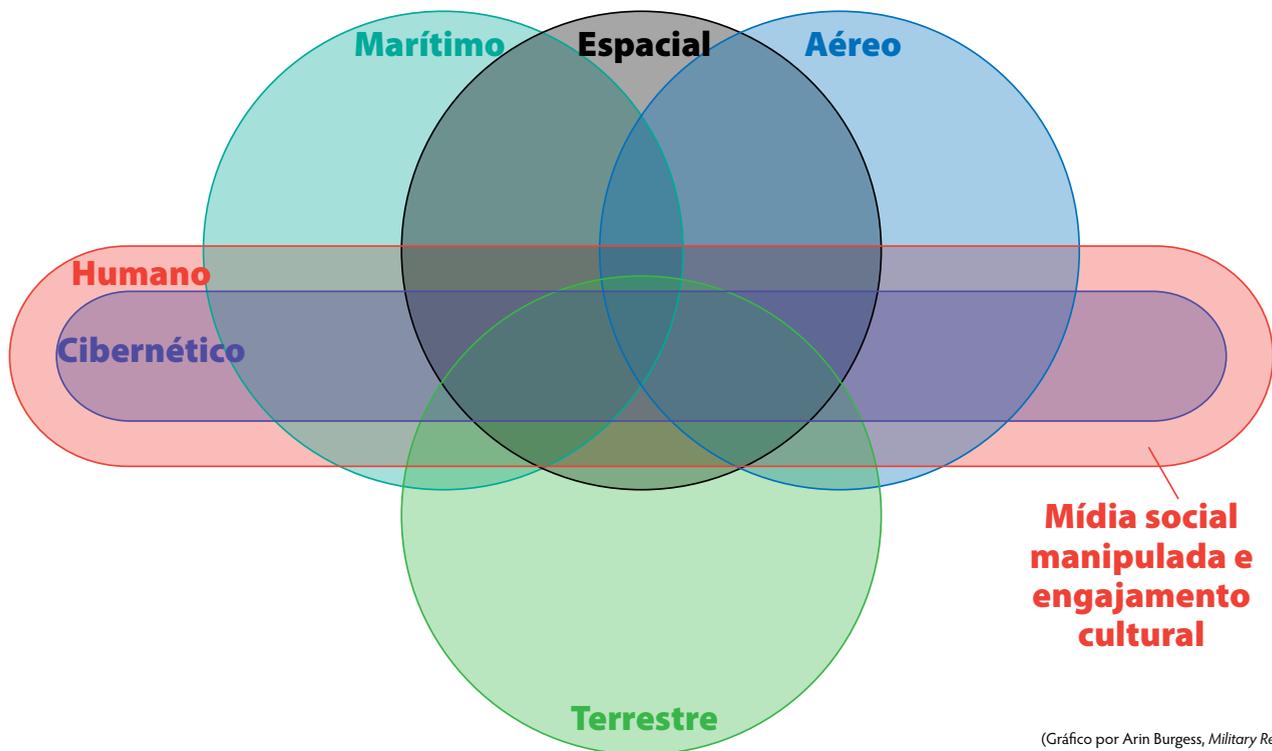
Este artigo apresenta três tópicos para ilustrar como pensamos sobre a implementação do conceito Combate Multidomínio na área de responsabilidade do Comando do Pacífico. Primeiro, aborda brevemente a situação estratégica na região Indo-Ásia-Pacífico, que tipifica a necessidade de um novo conceito operativo para integrar todas as Forças Armadas dos Estados Unidos. Depois, descreve o conceito Combate Multidomínio, incluindo os três elementos que ajudam a definir os seus efeitos desejados: integração conjunta, tecnologia e recursos humanos. Por último, apresenta como pode se visualizar um cenário de combate multidomínio no nível tático.

## O Contexto Estratégico na Região Indo-Ásia-Pacífico

Considerando que o equilíbrio da situação internacional nessa região é mais tênue do que nunca, o conceito Combate Multidomínio é extremamente necessário. A região contém 36 países em 16 zonas de fuso horário, mais da metade da população do mundo, 24 das 36 megacidades na Terra e abrange mais do que a metade da superfície do planeta<sup>3</sup>. A região contém

três das maiores economias do mundo, sete das maiores forças armadas e cinco dos sete parceiros com acordos de defesa mútua com os Estados Unidos<sup>4</sup>. Segundo o Alte Esq Harry B. Harris Jr., Comandante do Comando do Pacífico dos EUA, “aproximadamente US\$ 5,3 trilhões em comércio global anual depende do livre acesso às rotas marítimas [como as do Estreito de Malaca e do Mar da China Meridional, e] US\$ 1,2 trilhão desse comércio marítimo é destinado a, ou exportado de, os Estados Unidos”<sup>5</sup>. Adicionalmente, “o Estreito de Malaca, sozinho, representa mais de 25% dos transportes petrolíferos e 50% do trânsito de gás natural, a cada dia”<sup>6</sup>. Além disso, a área está exposta a desastres, com os seus tufões, terremotos, vulcões, tsunamis e outros eventos representando “mais de 60% dos desastres naturais do mundo”<sup>7</sup>. Em resumo, a prosperidade global depende da estabilidade e da segurança dessa vasta e complexa região.

Essas dinâmicas demográficas e econômicas integram com a elevada taxa de inovação tecnológica, somando-se à complexidade política e militar encontrada na região Indo-Ásia-Pacífico. As drásticas mudanças tecnológicas provocadas pelos sistemas militares não tripuladas, aprendizagem de máquinas, inteligência artificial, nanotecnologia, biotecnologia e



(Gráfico por Arin Burgess, *Military Review*)

## Campo de Batalha Multidomínio

megadados apenas ampliam a competição militar entre rivais geopolíticos. Muitas dessas novas ferramentas tecnológicas dependem do emprego da conectividade digital — com 7 bilhões de aparelhos conectados à Internet, em 2016, e uma previsão de 50 bilhões antes de 2020 — que apenas aumenta a já perigosa situação no ciberespaço e a sua dependência dos meios espaciais para conectividade<sup>8</sup>.

As inovações tecnológicas também alimentam e ampliam os desafios de segurança na região Indo-Ásia-Pacífico, com alguns dos mais implacáveis problemas mundiais entre eles. Os desafios incluem uma cada vez mais beligerante Coreia do Norte que compartilha a sua progressivamente mais capaz tecnologia de mísseis com o Irã; uma crescente China que desafia as regras e normas internacionais; uma Rússia revanchista que é cada vez mais ativa no Pacífico com uma postura militar provocativa; um atrito contínuo respaldado por armas nucleares entre a Índia e o Paquistão; intensas atividades de redes violentas de extremistas operando em nações aliadas e parceiras; e instabilidade política e diplomática resultante de mudanças na liderança do poder executivo dos principais aliados e parceiros

regionais. A ameaça mais perigosa na região Indo-Ásia-Pacífico vem de atores regionais com arsenais nucleares com a intenção de minar a ordem internacional. As capacidades sofisticadas de negação de acesso e forças para-militares controladas pelo Estado e respaldadas por grandes forças militares com linhas de comunicação interiores criam o perigo de *faits accomplis* [fatos consumados].

Como a situação internacional, a situação militar é, também, cada vez mais perigosa. Os adversários e inimigos têm aprendido com os sucessos e fracassos dos EUA ao longo das últimas décadas. Eles reconhecem que os pontos fortes dos EUA, baseados na projeção de poder, operações conjuntas e superioridade tecnológica, levaram ao êxito tático sem precedentes. Como tal, adversários têm desenvolvido capacidades e conceitos que tentam remover essas vantagens, aumentando a complexidade do campo de batalha para as Forças Armadas dos Estados Unidos. Essa situação levou ao aumento das áreas comuns globais em disputa, com uma perda de dominância militar dos EUA no ar e no mar devido às tecnologias e táticas de negação de acesso. Se os oponentes realizam ações graduais ou repentinas, os

Estados Unidos precisam melhorar significativamente a sua vantagem estratégica na região Indo-Ásia-Pacífico, se não, arriscarão perder terreno nas esferas militar, diplomática e econômica.

Devido a essas tendências estratégicas, tanto positivas quanto negativas, as forças dos EUA e aliadas precisam manter as vantagens militares atuais e recapturar aquelas que tenham sido perdidas. A redução do risco de conflito e a garantia da estabilidade do sistema internacional atual dependem da nossa capacidade de dissuadir atores importantes de cometerem ações agressivas e danosas. Precisamos interromper os ciclos de decisão inimigos e apresentar a eles múltiplos dilemas que produzam incerteza e paralise os seus esforços. Se agressão leva ao conflito, não obstante, precisamos estar preparados para derrotar inequivocamente nossos inimigos.

Essa abordagem é a força motriz por trás do conceito Combate Multidomínio, que é projetado para superar as tecnologias de negação de acesso e afetar conjuntamente todos os domínios para produzir áreas localizadas de superioridade<sup>9</sup>. Dessa forma, esses efeitos restabelecerão as capacidades de manobra de toda a força conjunta, em qualquer região, colocando o inimigo em uma posição de desvantagem, para que as forças dos EUA possam obter a iniciativa.

## Elementos do Conceito Combate Multidomínio

Inicialmente, talvez o conceito Combate Multidomínio pareça como nada mais do que as tradicionais operações conjuntas. Há um fundo de verdade nisso. O que estamos tentando realizar — efeitos através de domínios — não é inteiramente novo. Por exemplo, em Termópilas e em Salamina, os gregos antigos empregaram ambas as forças terrestres e navais, para derrotar os invasores persas<sup>10</sup>. Em tempos bem mais recentes, os Estados Unidos da América devem a sua independência ao emprego eficaz das forças terrestres e navais americanas e francesas contra o exército do Lorde Cornwallis, em Yorktown.

Outro exemplo histórico é a Campanha de Vicksburg durante a Guerra Civil Americana. Com sua capacidade de controlar a navegação do Rio Mississippi, as forças de artilharia, infantaria e cavalaria dos confederados de Vicksburg se constituíam em um desafio formidável de antiacesso e de negação de área para as

forças da União. O Gen Ulysses S. Grant, da União, só superou esse desafio ao combinar as capacidades e efeitos das suas próprias forças de artilharia, cavalaria e infantaria com navios da Marinha liderados pelo Almirante Andrew Hull Foote<sup>11</sup>.

A introdução da aeronave, do submarino e do navioaeródromo durante a Primeira Guerra Mundial e a incorporação de comunicações de rádio móvel e de sistemas de radar durante a Segunda Guerra Mundial aumentaram em muito a capacidade do comandante estratégico de operar através de vários domínios, simultaneamente. Mais recentemente, o desenvolvimento do conceito AirLand Battle (Combate Ar-Terra) nos anos 80 e depois o Air-Sea Battle (Combate Ar-Mar), em 2013, mostram que o pensamento militar evoluiu ao longo da mesma linha geral — como vencer decisivamente, mesmo em inferioridade numérica ou em desvantagem tecnológica, ao integrar as operações em múltiplos domínios para apresentar múltiplos dilemas aos inimigos. As diferentes Forças Singulares têm regularmente apoiado uma à outra em todos os domínios. Portanto, quando Harris diz que quer que o Exército produza efeitos fora do domínio terrestre, ele não está pedindo para fazer algo sem precedente. Entre 1794 e 1950, o Exército foi responsável pela defesa costeira e de portos e depois pela defesa aérea da Pátria. O quadro de *Warrant Officers* (oficiais especialistas) do Exército se originou da necessidade, durante a Primeira Guerra Mundial, de especialistas técnicos para preencher as fileiras do Serviço de Colocação de Minas Submarinas do Exército. A ideia, ou o desejo, de efeitos através de domínios não é nova<sup>12</sup>.

Embora não está pedindo às Forças Singulares para conduzirem as suas missões de uma maneira completamente diferente do passado, haverá diferenças. Nós, no Exército, já não podemos simplesmente nos concentrar na terra, deixando o ar e o mar para as outras Forças Singulares. Tampouco podem o Corpo de Fuzileiros Navais, a Marinha e a Força Aérea simplesmente focar nos “seus” domínios. Todos nós precisamos integrar melhor nosso planejamento, operações, comando e controle e efeitos através de todos os domínios.

A realização da integração exige uma nova abordagem, uma nova mentalidade. Todas as Forças Singulares dos EUA precisam mudar suas culturas distintas para uma de inclusão e de abertura, concentrando-se em uma mentalidade de “o conjunto

primeiro”. O Exército precisa incorporar melhor a mentalidade do Comando de Missão, onde cada pessoa é estimulada a exercer a iniciativa com base no seu papel e função. E precisa se concentrar na preparação de comandantes que obtenham êxito na ambiguidade e no caos.

**Integração conjunta.** É esperado que o conceito Combate Multidomínio integre três áreas chave: organizações e processos; tecnologia; e recursos humanos. As mudanças nas organizações e nos processos serão planejadas para fornecer ferramentas diferentes ao Exército e melhor focadas nas forças conjuntas para superar a perda de superioridade ou de paridade dos Estados Unidos em certos domínios, particularmente no ar, no mar e dentro do ciberespaço. O Exército já não pode focar exclusivamente no domínio terrestre. Como parte da força conjunta, as forças do Exército precisam produzir efeitos nos diversos domínios, em apoio às outras Forças Singulares, para auxiliá-las a superar os seus desafios operacionais, e vice-versa. Isso significa que a mudança precisa se concentrar em maior capacidade de atuar através dos domínios e em integração mais eficiente e eficaz entre os componentes da força conjunta.

No Comando do Pacífico do Exército dos EUA (USARPAC), estamos tentando fazer isso por meio de três áreas. A primeira é projetar e experimentar com *designs* flexíveis de comando e controle, unidades adaptáveis e escalonáveis e políticas flexíveis em áreas chave. Segunda, a maioria dessa experimentação ocorrerá como parte de um programa de exercícios planejados com a intenção de fazer com que todos os eventos sejam conjuntos e multinacionais, tendo como objetivo final, o exercício *Rim of the Pacific* (“Bacia do Pacífico”) da Marinha, em 2018. Finalmente, apoiamos cada vez mais a inovação nos processos de todas as Forças Singulares, dos Comandos Componentes das Forças Singulares e dos Comandos Unificados.

**Tecnologia.** Outra área chave é a inovação tecnológica. Precisamos superar e explorar a velocidade das inovações tecnológicas, em vez de perder a superioridade de nossas capacidades por meio de lentos programas de aquisição. O Departamento de Defesa e o Exército já têm criado a base para soluções rápidas de aquisição de material com o Strategic Capabilities Office (Gabinete de Capacidades

Estratégicas), no Gabinete do Secretário de Defesa, e o Rapid Capabilities Office (Gabinete de Capacidades Rápidas), no Quartel-General do Comando do Exército (Headquarters, Department of the Army). Esses gabinetes fazem um excelente trabalho de redefinir o emprego da tecnologia atual para aplicações inovadoras, um componente chave da reconquista da nossa vantagem tática. O USARPAC está fortemente ligado a esses esforços. Ele tem utilizado todos os novos equipamentos nos exercícios e em experimentações. Como tem sido o caso por vários anos, o USARPAC tira proveito da cultura, que esse comando tem desenvolvido ao longo da última década ou mais, de ser um grande “laboratório de combate”. A tecnologia oferece ferramentas essenciais para apoiar a tomada de decisão, para a letalidade e para a proteção. Precisamos aproveitar essa tecnologia para dar mais poder aos nossos homens e mulheres e aumentar a sua letalidade e eficácia.

**Recursos Humanos.** A área final que o conceito Combate Multidomínio aborda é o pessoal. As Forças Armadas dos EUA precisam acostumar o seu pessoal a superar os desafios de estarem em inferioridade numérica, estarem atuando longe de suas bases e serem “menos instruídos” do que os adversários e inimigos. Os recursos humanos são a maior vantagem estratégica dos Estados Unidos. Para tirar proveito dessa vantagem, as Forças Armadas precisam desenvolver líderes ágeis e adaptáveis por meio do ensino e do treinamento. Rigorosos exercícios de tomada de decisão, incluindo cenários “impossíveis” ou “Cisne Negro” (ou seja, um evento inesperado de grandes proporções) que militares não esperam, podem ajudar a desenvolver habilidades de pensamento crítico<sup>13</sup>. O fracasso precisa ser uma opção, de acordo com o princípio que os exercícios de aprendizagem desenvolvem líderes que responderão melhor durante conflitos reais. Os líderes precisam, também, receber algum nível de formação e treinamento culturais que lhes permitirá experimentar maneiras diferentes de pensar. No USARPAC, abordamos tanto o pensamento crítico quanto o entendimento cultural por meio de um programa regional de desenvolvimento de liderança gerido e direcionado para o pessoal do nível de comando do componente do Exército. Conforme as brigadas de assessoria e de assistência do Exército estejam disponíveis on-line, incluiremos, também, no



processo de ensino e de treinamento, o pessoal das unidades designadas para o Pacífico, para prepará-los para as operações naquela região.

## O Combate Multidomínio na Prática

O seguinte cenário fictício ilustra o conceito Combate Multidomínio aplicado no nível tático. Este exemplo se baseia em uma localização hipotética, na região Indo-Ásia-Pacífico.

Vamos supor que houvesse um arquipélago ou massa terrestre litorânea cuja sua localização o tornasse um terreno decisivo, influenciando a navegação aérea ou marítima ou acesso a um porto estratégico. A posse dessa área por um certo poder hostil se constituiria em uma ameaça séria à ordem internacional e à estabilidade e à segurança da região Indo-Ásia-Pacífico.

Então, esse poder hostil se apodera dessa área e anuncia que limitaria o trânsito comercial aéreo e marítimo, negando acesso a qualquer nação alinhada aos Estados Unidos. As obrigações de tratados

Forças multinacionais desfilam em formação depois da cerimônia de inauguração do exercício *Cobra Gold 2017*, em Utapao, Tailândia, 15 Feb 17. O evento, em sua trigésima sexta realização, é o maior exercício, nível Teatro de Operações, de Cooperação em Segurança na região Indo-Ásia-Pacífico. O foco deste ano foi promover segurança regional e garantir respostas efetivas para as crises na região ao reunir uma poderosa força multinacional para abordar objetivos compartilhados e compromissos de segurança na região. (Sgt Marc Castaneda, Marinha dos EUA)

exigiriam que os Estados Unidos intervissem militarmente, embora o arsenal de armas e eletrônico fosse considerável.

Uma opção militar que emprega o conceito de Combate Multidomínio pode incluir o emprego de capacidades cibernéticas e espaciais para cegar e interromper, temporariamente, os sistemas inimigos de comando e controle para que as forças de operações especiais possam entrar e obter um ponto de desembarque no arquipélago. Elas, então, facilitariam as forças anfíbias de fuzileiros navais a obter uma cabeça de praia, um campo de aviação e outras estruturas essenciais necessárias para garantir a segurança da cabeça de praia. Imediatamente atrás delas estariam

embarcações do Exército carregadas com equipamentos pesados de engenharia para consertar a pista de pouso, se fosse necessário, e construir posições de defesa mais reforçadas. Simultaneamente, os C-17 e C-130 da Força Aérea trariam uma força-tarefa *Stryker* do Exército, nível batalhão, com uma bateria de Sistemas de Foguetes de Artilharia de Alta Mobilidade, especialmente equipados com módulos de míssil de cruzeiro antinavio e uma bateria do sistema de armas de Capacidade de Proteção de Fogos Indiretos para a defesa aérea de curto alcance. Além disso, uma bateria de obuseiros 155mm com munição de alta velocidade seria desembarcada, enquanto os fuzileiros navais, com uma redefinição de missão, embarcariam nas recém-esvaziadas aeronaves para subseqüentes operações de entrada forçada, se for necessário.

Dentro de 96 horas, a força-tarefa do batalhão *Stryker* estaria entrincheirada e pronta. Com os sistemas tripulados e não tripulados da Força Aérea, os navios e veículos submarinos não tripulados da Marinha, um conjunto de sistemas de radar do Exército (como AN/TPQ-36, AN/TPQ-37 e Sentinel) e o sistema de detecção de ameaças aéreas Joint Land Attack Cruise Missile Defense Elevated Netted Sensor System para ver além do horizonte, haveria uma rede multidomínio de sensores sobrepostos, que poderiam operar indefinidamente, para identificar, escolher alvos e empregar fogos letais e eletrônicos em todos os domínios — terrestre, marítimo, cibernético e espacial — simultaneamente.

O reabastecimento ou as comunicações da força-tarefa podem vir a ser cortados por períodos indefinidos. É por isso que essa força-tarefa de aproximadamente mil pessoas seria capaz de se manter por até 30 dias — dez vezes o requerimento doutrinário atual de 72 horas para uma unidade desse tamanho. No entanto, com os avanços em sistemas móveis de purificação de água, painéis solares, baterias, turbinas eólicas e energia das ondas e das marés, bem como impressoras 3D para produzir peças de reposição, tal unidade pode ser autossuficiente por muito mais tempo do que mesmo unidades muito maiores eram no século anterior. Ainda precisariam combustível para as suas viaturas, mas com os veículos aéreos não tripulados e outras plataformas autônomas que melhoram a proteção da força, eles podem limitar a necessidade de veículos conduzidos por combustível

fóssil e suplementar os meios orgânicos de apoio com o Sistema Conjunto de Entrega por Lançamento Aéreo da Força Aérea.

Para reiterar, essas unidades talvez tenham que operar em condições extremamente rigorosas com recursos limitados e sem uma linha de comunicações terrestre, marítima ou aérea contínua vinculando-as a outras forças amigas. Contudo, esses homens e mulheres estariam prontos, com líderes excepcionais empregando o Comando de Missão.

Mais uma vez, isso é apenas um exercício de pensamento, baseado em como as forças do Exército do Pacífico estão pensando e experimentando o combate multidomínio. A aplicação do conceito pode parecer diferente em outras partes do mundo, ou até em áreas diferentes dentro da região Indo-Ásia-Pacífico. No entanto, é evidente que, independente da geografia ou do adversário, unidades do Exército precisam ser bem lideradas, bem treinadas e bem equipadas para operar dentro e através de múltiplos domínios em apoio a uma força conjunta.

Uma maneira para garantir que isso realmente aconteça é por meio de exercícios operacionais holísticos, com o comando componente do Exército e suas unidades subordinadas trabalhando, lado a lado, com os desenvolvedores de conceitos e de doutrina no Comando de Instrução e Doutrina (TRADOC) do Exército dos EUA. Hoje, no Pacífico, isso está ocorrendo. Estamos aplicando os aspectos de integração conjunta, de tecnologia e de pessoal do conceito Combate Multidomínio por meio de inclusão rigorosa desses conceitos e capacidades em todos os nossos exercícios, que culminará em um teste principal no exercício da Marinha *Rim of the Pacific*, em 2018. Além disso, estamos considerando como integrar uma abordagem multidomínio em nossos esforços de planejamento, alocação de equipamento e desenvolvimento de líderes.

O Exército não deve hesitar em prover recursos e testar esse tipo de ação. Muitos dos conceitos e capacidades encontrados no conceito Combate Multidomínio serão necessários não apenas para conflitos futuros, mas também para conflitos no prazo curto, o que requer que nós estejamos prontos para “lutar hoje à noite”. Não se engane: a experimentação doutrinária e a implementação de uma abordagem multidomínio irão aumentar nossa prontidão, bem como preparar nossos homens e mulheres para vencer guerras, se isso for exigido pela Nação. ■

O General de Exército, Robert B. Brown, do Exército dos EUA, é o Comandante do Componente do Exército do Comando do Pacífico dos EUA (USARPAC). Serviu mais de 12 anos em unidades concentradas na região Indo-Ásia-Pacífico, incluindo as funções de Comandante do I Corpo-de-Exército e da Base Conjunta Lewis-McCord; Subcomandante da 25ª Divisão de Infantaria; Diretor de Treinamento e de Exercícios, J-7 (agora J-37), do Comando Pacífico dos EUA (USPACOM); Assessor Executivo do Comandante do USPACOM; Oficial de Planejamento do USARPAC; e Comandante da 1ª Brigada de Combate (Stryker) da 25ª Divisão de Infantaria. Postos na Força Geradora [aquela parte do Exército cuja finalidade é gerar e sustentar as unidades operacionais do Exército — N. do T.] incluem Comandante do Centro de Armas Combinadas do Exército e Comandante do Centro de Excelência de Manobra.

## Referências

1. Sean Kimmons, "Battles of the future will be fought in multiple domains, senior leaders say," Army.mil, 5 Oct. 2016, acesso em: 27 fev. 2017, [https://www.army.mil/article/176230/new\\_multi\\_domain\\_battle\\_concept\\_to\\_drive\\_change\\_in\\_armys\\_future](https://www.army.mil/article/176230/new_multi_domain_battle_concept_to_drive_change_in_armys_future).
2. David G. Perkins, "Multi-Domain Battle: Joint Combined Arms Concept for the 21st Century," Association of the United States Army website, 14 Nov. 2016, acesso em: 24 fev. 2017, <https://www.ousa.org/articles/multi-domain-battle-joint-combined-arms-concept-21st-century>. O Centro de Integração de Capacidades do Exército deverá publicar um documento sobre o conceito de Combate Multidomínio em 2017.
3. U.S. Pacific Command, "USPACOM Area of Responsibility," acesso em: 27 fev. 2017, <http://www.pacom.mil/About-USPACOM/USPACOM-Area-of-Responsibility>.
4. CNN Money, "World's largest economies," [http://money.cnn.com/news/economy/world\\_economies\\_gdp/](http://money.cnn.com/news/economy/world_economies_gdp/), acesso em: 28 fev. 2017.
5. Harry B. Harris Jr., "Role of Land Forces In Ensuring Access to Shared Domains" (speech, Association of the United States Army Institute of Land Warfare LANPAC Symposium, Honolulu, Hawaii, 25 May 2016), acesso em: 27 fev. 2017, <http://www.pacom.mil/Media/Speeches-Testimony/Article/781889/lanpac-symposium-2016-role-of-land-forces-in-ensuring-access-to-shared-domains/>.
6. Harris, "ASPEN Security Forum Remarks by Adm. Harris" (discurso, ASPEN Security Forum, Aspen, Colorado, 23 Jul. 2015), acesso em: 27 fev. 2017, <http://www.pacom.mil/Media/Speeches-Testimony/Article/610925/aspens-security-forum-remarks-by-adm-harris/>.
7. Jennifer D. P. Moroney et al., *Lessons from Department of Defense Disaster Relief Efforts in the Asia-Pacific Region* (Santa Monica, CA: RAND, 2013), p. 1.
8. Peter Singer, apresentação na U.S. Army Pacific Commanders Conference, 13 out. 2016.
9. Kevin Benson, "Extending the Second Offset and Multi-Domain Battle," The Strategy Bridge website, 29 Nov. 2016, acesso em: 27 fev. 2017, <http://thestrategybridge.org/the-bridge/2016/11/29/extending-the-second-offset-and-multi-domain-battle>. Veja também J. P. Clark, "In Defense of a Big Idea for Joint Warfighting," War on the Rocks website, 22 Dec. 2016, acesso em: 21 fev. 2017, <https://warontherocks.com/2016/12/in-defense-of-a-big-idea-for-joint-warfighting/>.
10. Veja Barry Strauss, *The Battle of Salamis: The Naval Encounter That Saved Greece—and Western Civilization* (New York: Simon and Schuster, 2005), p. 15.
11. Veja Terrence J. Winschel, *Triumph and Defeat: The Vicksburg Campaign* (Mason City, IA: Savas Publishing, 1999).
12. Várias pesquisas abordam cada um desses aspectos da história do Exército dos EUA no website do Center of Military History, acesso em: 27 fev. 2017, <http://www.history.army.mil>.
13. Nassim Nicholas Taleb, *The Black Swan: The Impact of the Highly Improbable* (New York: Random House, 2010). O autor descreve o termo "Cisne Negro" como uma ocorrência que é uma raridade, tem muito impacto e tem uma previsibilidade retrospectiva (mas não prospectiva).

# ÍNDICE 2017

---

## PARTE I - TÍTULOS

TÍTULOS	PÁG	TRIMESTRE
<b>Argentina Novamente em uma Encruzilhada - Implicações para os Estados Unidos da América e para a Região</b> R. Evan Ellis	19	3º
<b>Avaliação Estratégica da Política de Defesa da Bolívia</b> Cristián Faundes	10	1º
<b>Batalhão de Vigilância e Reconhecimento Operacional</b> Cap Brian Fitzgerald, Exército dos EUA	80	3º
<b>Cerne da Questão, O</b> <b>A Segurança das Mulheres, A Segurança dos Estados</b> Valerie M. Hudson, Bonnie Ballif-Spanvill, Mary Caprioli e Chad F. Emmett	18	4º
<b>Colapso da Coreia do Norte ou a Reunificação Coreana, O</b> <b>A Importância da Preparação sobre a Previsão</b> Bryan Port	47	1º
<b>Cortando os Pés para Caber nos Sapatos</b> <b>Uma Análise do Comando de Missão no Exército dos EUA</b> Maj Amos C. Fox, Exército dos EUA	9	4º
<b>Criação de um Recurso, A</b> <b>Ajudando o Exército do Comando Central dos EUA a Estabelecer um Programa de Coleta de Documentos Históricos</b> Michael Yarborough	79	2º
<b>Crise Venezuelana, A</b> <b>O Que os Estados Unidos e os Países da Região Podem Fazer</b> Gustavo R. Coronel	62	3º
<b>Definição e o Controle dos Efeitos Desejados em uma Resposta de Segurança Nacional, A</b> <b>A Evolução da Profissão das Armas</b> Alte (Res) James G. Stavridis, Marinha dos EUA, Maj Brig (Res) Ervin J. Rokke, Força Aérea dos EUA e CMG (Res) Terry C. Pierce, Marinha dos EUA	10	3º

<b>Desenvolvendo a Letalidade Digital</b> Cap Jonathan Stafford, Exército dos EUA	73	3°
<b>Desenvolvimento de Profissionais do Exército, O Reduzindo a Lacuna de Valores</b> Ten Cel Thomas R. Matelski, Exército dos EUA	26	2°
<b>Dissertações</b>		
<b>Um Modelo de Maximizar o Retorno do Investimento do Exército em Educação</b> Maj Hassan Kamara, Exército dos EUA	71	2°
<b>Entendendo o Inimigo Atual</b> <b>Os Grandes Estrategistas da Jihad Moderna</b> Sebastian Gorka	30	1°
<b>Fórmula de Lenin para Moldar a Opinião Pública pelo Agendamento, A</b> Cel (Res) William M. Darley, Exército dos EUA	60	1°
<b>Guerra Jurídica, A</b> <b>Uma Introdução</b> Gen Bda (Res) Charles Dunlap Jr., Força Aérea dos EUA	47	4°
<b>Importância de um Plano de Autoaperfeiçoamento de Longo Prazo para os Oficiais do Exército, A</b> Cel (Res) Dean A. Nowowiejski, Exército dos EUA	53	3°
<b>Inovação na Guerra Moderna</b> <b>Marcos Principais, Limitações Impostas pela Ética Militar e pela Lei Internacional</b> Maj Bruno Barbosa Fett de Magalhães, Exército Brasileiro	3	3°
<b>Lidando com a Presença de Mulheres Não Combatentes na Área de Operações</b> <b>Como Incorporar a RCSNU 1325 no Ambiente Operacional</b> Master Sergeant Vince Lowery, Exército dos EUA	37	4°
<b>Migração como Arma na Teoria e na Prática, A</b> Kelly M. Greenhill	3	2°
<b>Natureza Evolutiva do Modo Russo de Combater, A</b> Ten Cel Timothy Thomas (Res), Exército dos EUA	58	4°
<b>Olimpíadas Rio – 2016</b> <b>Uma Leitura Geopolítica</b> Gen Ex Castro, Paulo Cesar de, Exército Brasileiro	3	1°

<b>Operações em Múltiplos Domínios e o Apoio Aéreo Aproximado, As Uma Nova Perspectiva</b>	31	3°
Ten Cel Av Clay Bartels, Força Aérea dos EUA Maj Tim Tormey, Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA Jon Hendrickson		
<b>Oposição à Burocracia, Em</b>	18	2°
Richard Adams, PhD		
<b>Papel das Forças Armadas de Cingapura na Formação dos Valores, Imagem e Identidade Nacionais, O</b>	43	3°
Cel Fred Wel-Shi Tan e Ten Cel Psalm B. C. Lew, Forças Armadas de Cingapura		
<b>Pensamento Militar Brasileiro, O</b>	3	4°
Gen Ex (Res) Paulo Cesar de Castro, Exército Brasileiro		
<b>Perigo das Ilusões, O — e Como Evitar que Essas Causem Conflitos Uma Perspectiva sobre a China</b>	81	1°
Cel Michael J. Forsyth, Exército dos EUA		
<b>Preparação de Inteligência Complexa do Campo de Batalha nas Operações de Antiterrorismo Ucrânicas, A</b>	51	2°
Victor R. Morris		
<b>“Recomendar o Bem” A Moralidade Islâmica e por que ela Importa</b>	38	1°
Capelão (Maj) Seth H. George, Exército dos EUA		
<b>Redução do Tamanho do Quartel-General do Comando do Exército dos EUA, A Uma Análise Pós-Ação</b>	60	2°
Gen Div (Res) Thomas Spoehr, Exército dos EUA Brig Gen David Komar, Exército dos EUA Ten Cel Terrence Alvarez, Exército dos EUA Ten Cel (Res) Raymond Shetzline, Exército dos EUA		
<b>Região Indo-Ásia-Pacífico e o Conceito de Combate Multidomínio, A</b>	68	4°
Gen Ex Robert B. Brown, Exército dos EUA		
<b>Renovação da Liderança nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e o Futuro da Força, A</b>	43	2°
Cel Andrew Morgado, Exército dos EUA		
<b>Transformação do Adestramento de Unidades com a Ciência da Aprendizagem, A</b>	34	2°
Cap Andrew P. Jenkins, Exército dos EUA		

<b>Treinamento para a Ação Decisiva</b>	72	1º
Maj Will Shoemate, Exército dos EUA		
Maj Benjamin Jensen, Exército dos EUA		
<b>Um Processo de Aquisição Estratégico para uma Inovação Eficaz</b>	19	1º
Ten Cel Rafael Rodriguez		
Maj William Shoemate		
Maj Justin Barnes		
Sra. Karen Burke		

---

## PARTE II – AUTORES

AUTOR	PÁG	TRIMESTRE
<b>Adams, Richard PhD</b>		
Oposição à Burocracia, Em	18	2º
<b>Alvarez, Ten Cel Terrence, Exército dos EUA</b>		
Redução do Tamanho do Quartel-General do Comando do Exército dos EUA, A	60	2º
Uma Análise Pós-Ação		
<b>Ballif-Spanvill, Bonnie</b>		
Cerne da Questão, O	18	4º
A Segurança das Mulheres, A Segurança dos Estados		
<b>Barnes, Maj Justin</b>		
Um Processo de Aquisição Estratégico para uma Inovação Eficaz	19	1º
<b>Bartels, Ten Cel Av Clay, Força Aérea dos EUA</b>		
Operações em Múltiplos Domínios e o Apoio Aéreo Aproximado, As	31	3º
Uma Nova Perspectiva		
<b>Brown, Gen Ex Robert B., Exército dos EUA</b>		
Região Indo-Ásia-Pacífico e o Conceito de Combate Multidomínio, A	68	4º
<b>Burke, Sra. Karen</b>		
Um Processo de Aquisição Estratégico para uma Inovação Eficaz	19	1º
<b>Caprioli, Mary</b>		
Cerne da Questão, O	18	4º
A Segurança das Mulheres, A Segurança dos Estados		
<b>Castro, Gen Ex Paulo Cesar de, Exército Brasileiro</b>		
Olimpíadas Rio – 2016	3	1º
Uma Leitura Geopolítica		
Pensamento Militar Brasileiro, O	3	4º

<b>Chad F. Emmett</b>		
Cerne da Questão, O	18	4°
A Segurança das Mulheres, A Segurança dos Estados		
<b>Coronel, Gustavo R.</b>		
Crise Venezuelana, A	62	3°
O Que os Estados Unidos e os Países da Região Podem Fazer		
<b>Darley, Cel (Res) William M., Exército dos EUA</b>		
Fórmula de Lenin para Moldar a Opinião Pública pelo Agendamento, A	60	1°
<b>Dunlap, Gen Bda (Res) Charles Jr., Força Aérea dos EUA</b>		
Guerra Jurídica, A	47	4°
Uma Introdução		
<b>Ellis, R. Evan</b>		
Argentina Novamente em uma Encruzilhada Implicações para os Estados Unidos da América e para a Região	19	3°
<b>Ervin, Maj Brig (Res) Rokke J., Força Aérea dos EUA</b>		
Definição e o Controle dos Efeitos Desejados em uma Resposta de Segurança Nacional, A	10	3°
A Evolução da Profissão das Armas		
<b>Faundes, Cristián</b>		
Avaliação Estratégica da Política de Defesa da Bolívia	10	1°
<b>Fett de Magalhães, Maj Bruno Barbosa, Exército Brasileiro</b>		
Inovação na Guerra Moderna	3	3°
Marcos Principais, Limitações Impostas pela Ética Militar e pela Lei Internacional		
<b>Fitzgerald, Cap Brian, Exército dos EUA</b>		
Batalhão de Vigilância e Reconhecimento Operacional	80	3°
<b>Forsyth, Cel Michael J., Exército dos EUA</b>		
Perigo das Ilusões, O — e Como Evitar que Essas Causem Conflitos	81	1°
Uma Perspectiva sobre a China		
<b>Fox, Amos C., Maj Exército dos EUA</b>		
Cortando os Pés para Caber nos Sapatos	9	4°
Uma Análise do Comando de Missão no Exército dos EUA		
<b>George, Capelão (Maj) Seth H., Exército dos EUA</b>		
“Recomendar o Bem”	38	1°
A Moralidade Islâmica e por que ela Importa		

<b>Gorka, Sebastian</b>		
Entendendo o Inimigo Atual	30	1º
Os Grandes Estrategistas da Jihad Moderna		
<b>Greenhill, Kelly M.</b>		
Migração como Arma na Teoria e na Prática, A	3	2º
<b>Hendrickson, Jon</b>		
Operações em Múltiplos Domínios e o Apoio Aéreo Aproximado, As	31	3º
Uma Nova Perspectiva		
<b>Jenkins, Cap Andrew P., Exército dos EUA</b>		
Transformação do Adestramento de Unidades com a Ciência da Aprendizagem, A	34	2º
<b>Jensen, Maj Benjamin, Exército dos EUA</b>		
Treinamento para a Ação Decisiva	72	1º
<b>Kamara, Maj Hassan, Exército dos EUA</b>		
Dissertações		
Um Modelo de Maximizar o Retorno do Investimento do Exército em Educação	71	2º
<b>Komar, Brig Gen David, Exército dos EUA</b>		
Redução do Tamanho do Quartel-General do	60	2º
Comando do Exército dos EUA, A — Uma Análise Pós-Ação		
<b>Lew, Ten Cel Psalm B. C., Forças Armadas de Cingapura</b>		
Papel das Forças Armadas de Cingapura na Formação dos Valores, Imagem e	43	3º
Identidade Nacionais, O		
<b>Lowery, Master Sergeant Vince, Exército dos EUA</b>		
Lidando com a Presença de Mulheres Não Combatentes na Área de Operações	37	4º
Como Incorporar a RCSNU 1325 no Ambiente Operacional		
<b>Matelski, Ten Cel Thomas R., Exército dos EUA</b>		
Desenvolvimento de Profissionais do Exército, O	26	2º
Reduzindo a Lacuna de Valores		
<b>Morgado, Cel Andrew, Exército dos EUA</b>		
Renovação da Liderança nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e o Futuro da Força, A	43	2º
<b>Morris, Victor R</b>		
Preparação de Inteligência Complexa do Campo de Batalha nas Operações de	51	2º
Antiterrorismo Ucrainianas, A		
<b>Nowowiejski, Cel (Res) Dean A., Exército dos EUA</b>		
Importância de um Plano de Autoaperfeiçoamento de Longo Prazo para os Oficiais do Exército, A	53	3º

<b>Pierce, CMG (Res) Terry C., Marinha dos EUA</b>		
Definição e o Controle dos Efeitos Desejados em uma Resposta de Segurança Nacional, A A Evolução da Profissão das Armas	10	3°
<b>Port, Bryan</b>		
Colapso da Coreia do Norte ou a Reunificação Coreana, O A Importância da Preparação sobre a Previsão	47	1°
<b>Rodriguez, Ten Cel Rafael</b>		
Um Processo de Aquisição Estratégico para uma Inovação Eficaz	19	1°
<b>Shetzline, Ten Cel (Res) Raymond, Exército dos EUA</b>		
Redução do Tamanho do Quartel-General do Comando do Exército dos EUA, A Uma Análise Pós-Ação	60	2°
<b>Shoemate, Maj William</b>		
Um Processo de Aquisição Estratégico para uma Inovação Eficaz Treinamento para a Ação Decisiva	19	1°
<b>Spoehr, Gen Div (Res) Thomas, Exército dos EUA</b>		
Redução do Tamanho do Quartel-General do Comando do Exército dos EUA, A Uma Análise Pós-Ação	60	2°
<b>Stafford, Cap Jonathan, Exército dos EUA</b>		
Desenvolvendo a Letalidade Digital	73	3°
<b>Stavridis, Alte (Res) James G., Marinha dos EUA</b>		
Definição e o Controle dos Efeitos Desejados em uma Resposta de Segurança Nacional, A A Evolução da Profissão das Armas	10	3°
<b>Thomas, Timothy, Ten Cel (Reserva), Exército dos EUA</b>		
Natureza Evolutiva do Modo Russo de Combater, A	58	4°
<b>Tormey, Maj Tim, Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA</b>		
Operações em Múltiplos Domínios e o Apoio Aéreo Aproximado, As Uma Nova Perspectiva	31	3°
<b>Valerie M. Hudson</b>		
Cerne da Questão, O A Segurança das Mulheres, A Segurança dos Estados	18	4°
<b>Wel-Shi Tan, Cel Fred, Forças Armadas de Cingapura</b>		
Papel das Forças Armadas de Cingapura na Formação dos Valores, Imagem e Identidade Nacionais, O	43	3°

**Yarborough, Michael**

Criação de um Recurso, A	79	2º
Ajudando o Exército do Comando Central dos EUA a Estabelecer um Programa de Coleta de Documentos Históricos		

**PARTE III - ASSUNTOS**

PÁG TRIMESTRE

**AMEAÇAS**

Desenvolvendo a Letalidade Digital	73	3º
<i>Cap Jonathan Stafford, Exército dos EUA</i>		
Entendendo o Inimigo Atual	30	1º
Os Grandes Estrategistas da Jihad Moderna		
<i>Sebastian Gorka</i>		
Fórmula de Lenin para Moldar a Opinião Pública pelo Agendamento, A	60	1º
<i>Cel (Res) William M. Darley, Exército dos EUA</i>		
“Recomendar o Bem”	38	1º
A Moralidade Islâmica e por que ela Importa		
<i>Capelão (Maj) Seth H. George, Exército dos EUA</i>		

**ARGENTINA**

Argentina Novamente em uma Encruzilhada Implicações para os Estados Unidos da América e para a Região	19	3º
Implicações para os Estados Unidos da América e para a Região		
<i>R. Evan Ellis</i>		

**ASSUNTOS LATINO-AMERICANOS**

Argentina Novamente em uma Encruzilhada	19	3º
Implicações para os Estados Unidos da América e para a Região		
<i>R. Evan Ellis</i>		
Avaliação Estratégica da Política de Defesa da Bolívia	10	1º
<i>Cristián Faundes</i>		
Crise Venezuelana, A	62	3º
O Que os Estados Unidos e os Países da Região Podem Fazer		
<i>Gustavo R. Coronel</i>		
Inovação na Guerra Moderna	10	1º
Marcos Principais, Limitações Impostas pela Ética Militar e pela Lei Internacional		
<i>Maj Bruno Barbosa Fett de Magalhães, Exército Brasileiro</i>		

---

## **BOLÍVIA**

Avaliação Estratégica da Política de Defesa da Bolívia <i>Cristián Faundes</i>	10	1°
---	----	----

---

## **BRASIL**

Inovação na Guerra Moderna Marcos Principais, Limitações Impostas pela Ética Militar e pela Lei Internacional <i>Maj Bruno Barbosa Fett de Magalhães, Exército Brasileiro</i>	10	1°
Olimpíadas Rio — 2016 Uma Leitura Geopolítica <i>Gen Ex Paulo Cesar de Castro, Exército Brasileiro</i>	3	1°
Pensamento Militar Brasileiro, O <i>Gen Ex (Res) Paulo Cesar de Castro, Exército Brasileiro</i>	3	4°

---

## **CHINA**

Perigo das Ilusões, O — e Como Evitar que Essas Causem Conflitos Uma Perspectiva sobre a China <i>Cel Michael J. Forsyth, Exército dos EUA</i>	81	1°
--	----	----

---

## **COREIA**

Colapso da Coreia do Norte ou a Reunificação Coreana, O A Importância da Preparação sobre a Previsão <i>Bryan Port</i>	47	1°
--	----	----

---

## **COMANDO DE MISSÃO**

Cortando os Pés para Caber nos Sapatos Uma Análise do Comando de Missão no Exército dos EUA <i>Maj Amos C. Fox, Exército dos EUA</i>	9	4°
--	---	----

---

## **CONFLITOS MODERNOS**

Colapso da Coreia do Norte ou a Reunificação Coreana, O A Importância da Preparação sobre a Previsão <i>Bryan Port</i>	47	1°
Entendendo o Inimigo Atual Os Grandes Estrategistas da Jihad Moderna <i>Sebastian Gorka</i>	30	1°

---

## **DIMENSÃO HUMANA**

Migração como Arma na Teoria e na Prática, A <i>Kelly M. Greenhill</i>	3	2°
---	---	----

---

## DOCTRINA E ADESTRAMENTO

Batalhão de Vigilância e Reconhecimento Operacional <i>Cap Brian Fitzgerald, Exército dos EUA</i>	80	3°
Cortando os Pés para Caber nos Sapatos Uma Análise do Comando de Missão no Exército dos EUA <i>Maj Amos C. Fox, Exército dos EUA</i>	9	4°
Oposição à Burocracia, Em <i>Richard Adams, PhD</i>	18	2°
Transformação do Adestramento de Unidades com a Ciência da Aprendizagem, A <i>Cap Andrew P. Jenkins, Exército dos EUA</i>	34	2°
Treinamento para a Ação Decisiva <i>Maj Will Shoemate, Exército dos EUA</i> <i>Maj Benjamin Jensen, Exército dos EUA</i>	72	1°

---

## EDUCAÇÃO MILITAR

Dissertações Um Modelo de Maximizar o Retorno do Investimento do Exército em Educação <i>Maj Hassan Kamara, Exército dos EUA</i>	71	2°
Importância de um Plano de Autoaperfeiçoamento de Longo Prazo para os Oficiais do Exército, A <i>Cel (Res) Dean A. Nowowiejski, Exército dos EUA</i>	53	3°
“Recomendar o Bem” A Moralidade Islâmica e por que ela Importa <i>Capelão (Maj) Seth H. George, Exército dos EUA</i>	38	1°
Renovação da Liderança nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e o Futuro da Força, A <i>Cel Andrew Morgado, Exército dos EUA</i> <i>Maj Hassan Kamara, Exército dos EUA</i>	43	2°

---

## EXÉRCITO DOS EUA

Guerra Jurídica, A Uma Introdução <i>Gen Bda (Res) Charles Dunlap Jr., Força Aérea dos EUA</i>	47	4°
Lidando com a Presença de Mulheres Não Combatentes na Área de Operações Como Incorporar a RCSNU 1325 no Ambiente Operacional <i>Master Sergeant Vince Lowery, Exército dos EUA</i>	37	4°
Oposição à Burocracia, Em <i>Richard Adams, PhD</i>	18	2°
Redução do Tamanho do Quartel-General do Comando do Exército dos EUA, A Uma Análise Pós-Ação <i>Gen Div (Res) Thomas Spoehr, Exército dos EUA</i> <i>Brig Gen David Komar, Exército dos EUA</i> <i>Ten Cel Terrence Alvarez, Exército dos EUA</i> <i>Ten Cel (Res) Raymond Shetzline, Exército dos EUA</i>	60	2°

---

## FORÇAS ARMADAS

Cerne da Questão, O	18	4°
A Segurança das Mulheres, A Segurança dos Estados <i>Valerie M. Hudson, Bonnie Ballif-Spanvill, Mary Caprioli e Chad F. Emmett</i>		
Definição e o Controle dos Efeitos Desejados em uma Resposta de Segurança Nacional, A	10	3°
A Evolução da Profissão das Armas <i>Alte (Res) James G. Stavridis, da Marinha dos EUA</i> <i>Maj Brig (Res) Ervin J. Rokke da Força Aérea dos EUA e</i> <i>CMG (Res) Terry C. Pierce, da Marinha dos EUA</i>		
Entendendo o Inimigo Atual	30	1°
Os Grandes Estrategistas da Jihad Moderna <i>Sebastian Gorka</i>		
Oposição à Burocracia, Em	18	2°
<i>Richard Adams, PhD</i>		
“Recomendar o Bem”	38	1°
A Moralidade Islâmica e por que ela Importa <i>Capelão (Maj) Seth H. George, Exército dos EUA</i>		
Região Indo-Ásia-Pacífico e o Conceito de Combate Multidomínio, A	68	4°
<i>Gen Ex Robert B. Brown, Exército dos EUA</i>		
Um Processo de Aquisição Estratégico para uma Inovação Eficaz	19	1°
<i>Ten Cel Rafael Rodriguez, Exército dos EUA</i> <i>Maj William Shoemate, Exército dos EUA</i> <i>Maj Justin Barnes, Exército dos EUA</i> <i>Sra. Karen Burke</i>		

---

## GUERRA MODERNA

Entendendo o Inimigo Atual	30	1°
Os Grandes Estrategistas da Jihad Moderna <i>Sebastian Gorka</i>		
Inovação na Guerra Moderna	3	3°
Marcos Principais, Limitações Impostas pela Ética <i>Maj Bruno Barbosa Fett de Magalhães, Exército Brasileiro</i>		
Natureza Evolutiva do Modo Russo de Combater, A	58	4°
<i>Ten Cel Timothy Thomas (Res), Exército dos EUA</i>		
Operações em Múltiplos Domínios e o Apoio Aéreo Aproximado, As	31	3°
Uma Nova Perspectiva <i>Ten Cel Av Clay Bartels, Força Aérea dos EUA</i> <i>Maj Tim Tormey, Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA</i> <i>Jon Hendrickson</i>		
Papel das Forças Armadas de Cingapura na Formação dos Valores, Imagem e Identidade Nacionais, O	43	3°
<i>Cel Fred Wel-Shi Tan e</i> <i>Ten Cel Psalm B. C. Lew, Forças Armadas de Cingapura</i>		

Preparação de Inteligência Complexa do Campo de Batalha nas Operações de Antiterrorismo Ucrânicas, A <i>Victor R. Morris</i>	51	2°
“Recomendar o Bem” A Moralidade Islâmica e por que ela Importa <i>Capelão (Maj) Seth H. George, Exército dos EUA</i>	38	1°

---

## HISTÓRIA

Criação de um Recurso, A Ajudando o Exército do Comando Central dos EUA a Estabelecer um Programa de Coleta de Documentos Históricos <i>Michael Yarborough</i>	79	2°
--	----	----

---

## LIDERANÇA

Desenvolvimento de Profissionais do Exército, O Reduzindo a Lacuna de Valores <i>Ten Cel Thomas R. Matelski, Exército dos EUA</i>	26	2°
Papel das Forças Armadas de Cingapura na Formação dos Valores, Imagem e Identidade Nacionais, O <i>Cel Fred Wel-Shi Tan e Ten Cel Psalm B. C. Lew, Forças Armadas de Cingapura</i>	43	3°
Renovação da Liderança nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e o Futuro da Força, A <i>Cel Andrew Morgado, Exército dos EUA</i>	43	2°

---

## PODER TERRESTRE

Batalhão de Vigilância e Reconhecimento Operacional <i>Cap Brian Fitzgerald, Exército dos EUA</i>	80	3°
Operações em Múltiplos Domínios e o Apoio Aéreo Aproximado, As Uma Nova Perspectiva <i>Ten Cel Av Clay Bartels, Força Aérea dos EUA Maj Tim Tormey, Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA Jon Hendrickson</i>	31	3°

---

## RÚSSIA

Natureza Evolutiva do Modo Russo de Combater, A <i>Ten Cel Timothy Thomas (Res), Exército dos EUA</i>	58	4°
--	----	----

---

## SEGURANÇA

Cerne da Questão, O A Segurança das Mulheres, A Segurança dos Estados <i>Valerie M. Hudson, Bonnie Ballif-Spanvill, Mary Caprioli e Chad F. Emmett</i>	18	4°
--	----	----





A equipe da *Military Review* deseja aproveitar esta ocasião para expressar seu profundo agradecimento ao Tenente-Coronel Mauricio Alejandro Rojo Fuentes, do Exército do Chile, por seu abnegado e incansável trabalho no desempenho de sua função como redator-assessor da edição hispano-americana.

Além de realizar com distinção e supremo profissionalismo suas importantes atribuições editoriais, logrou fortalecer os estreitos laços de amizade entre os Estados Unidos da América e seu Exército, aprofundando o intercâmbio profissional e a compreensão mútua entre as respectivas instituições armadas.

Na qualidade de redator-assessor, o Tenente-Coronel Rojo participou de todo o processo de publicação da edição hispano-americana da *Military Review*, assegurando sua qualidade. Como Oficial de Ligação do Exército do Chile junto ao Centro de

Armas Combinadas do Exército dos EUA, desempenhou exemplarmente todas as atribuições de seu cargo em todas as atividades de representação, deixando evidentes seus sólidos conhecimentos profissionais, o que lhe permitiu manter uma fluida ligação e intercâmbio profissional com seus colegas do Exército dos EUA e de outras nações.

O Tenente-Coronel Rojo foi um digno embaixador de seu país e de seu respeitado Exército.

A equipe da *Military Review* e, em especial, aqueles de nós que tivemos o privilégio de trabalhar estreitamente com o Tenente-Coronel Rojo em todas as fases de produção da edição hispano-americana nos despedimos de um colega e amigo por quem guardamos o mais alto grau de respeito e afeto. Desejamos-lhe pleno êxito em seu novo destino profissional e expressamos nossos mais sinceros votos de felicidade à sua distinta família.